

Hans Ulrich Gumbrecht

Corpo e Forma

ENSAIOS PARA UMA CRÍTICA NÃO-HERMENÊUTICA

Organizador

João Cezar de Castro Rocha



Rio de Janeiro

1998

Copyright © 1998 by EdUERJ

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer meios, sem a autorização expressa da Editora.



EdUERJ

Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier 524 - Maracanã

CEP 20550-013 - Rio de Janeiro - RJ

Tel./Fax: (021) 587-7788 Tel. (021) 587-7789 / 587-7854 / 587-7855

Coordenação de Publicação Renato Casimiro

Coordenação de Produção e Projeto Gráfico Rosania Rolins

Diagramação Ronaldo Pereira Reis

Revisão Jeaneth Medeiros e Maria Bastos

Capa Heloisa Fortes

Apoio Administrativo Maria Fátima de Mattos

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/SISBI/SERPROT

G974 Gumbrecht, Hans Ulrich

Corpo e forma : ensaios para uma crítica não-hermenêutica / Hans Ulrich Gumbrecht; Organizador João Cezar de Castro Rocha. - Rio de Janeiro : EdUERJ, 1998.

180 p.

ISBN 85-85881-49-6

1. Literatura - Estética. 2. Literatura - História e crítica. 3. Leitores - Reação crítica. I. Rocha, João Cezar de Castro. II. Título.

CDU82.01

Sumário

Introdução	7
A Materialidade da Teoria	
Capítulo 1	
As Consequências da Estética da Recepção: Um Início Postergado	23
Capítulo 2	
Persuadir a Quem Pensa como Você As Funções do Discurso Epidíctico sobre a Morte de Marat	47
Capítulo 3	
Patologias no Sistema da Literatura	81
Capítulo 4	
"É Apenas um Jogo": História da Mídia, Esporte e Público	115
Capítulo 5	
O Campo Não-Hermenêutico ou a Materialidade da Comunicação	137
Capítulo 6	
O Futuro dos Estudos de Literatura?	153
Referências Bibliográficas	177



Introdução

A Materialidade da Teoria¹

A carreira de Hans Ulrich Gumbrecht sempre seguiu um caminho excepcional. Com vinte e seis anos, ele já era professor da Universidade de Bochum, após haver preparado sua *Habilitationsschrift* sob a supervisão de Hans Robert Jauss². No sistema universitário alemão, a *Habilitationsschrift* representa o momento final da formação acadêmica, correspondendo a uma dissertação a ser apresentada após a aprovação da tese de doutorado. Somente após esse instante, o doutor pode orientar teses de doutorado e mesmo *Habilitationsschriften*. Para que o leitor perceba a importância da *Habilitationsschrift*, basta recordar que Walter Benjamin teve que renunciar à vida acadêmica quando o *Ursprung des deutschen Trauerspiels*, originalmente apresentado como *Habilitationsschrift*, foi recusado³. Portanto, não é exatamente comum na Alemanha obter um posto de professor na idade em que Gumbrecht o fez. A fim de reconstruir sua carreira, retorno, pois, ao surgimento da estética da recepção. Advirto, porém, que minha reconstrução da estética da recepção estará limitada ao aporte de Hans Robert Jauss, pois foi com ele que Gumbrecht concluiu sua formação e principiou sua carreira. Somente por esta razão não tratarei da contribuição de Wolfgang Iser. Do ponto de vista teórico, a obra de Iser é muito mais importante que a de Hans Robert Jauss. O trabalho de Iser

1 A versão inicial deste texto foi escrita, em conjunto com Pierpaolo Antonello, para publicação na Itália, com o título "Hans Ulrich Gumbrecht, catalizzatore di complessità". A Pierpaolo agradeço o benefício de uma interlocução constante. Agradeço a Ivo Barbieri e a José Jobim a leitura atenta desta Introdução e, sobretudo, inúmeras sugestões valiosas.

2 Hans Ulrich Gumbrecht. *Funktionen parlamentarischer Rhetorik in der Französischen Revolution. Vorstudien zur Entwicklung einer historischen Textpragmatik*, München, Fink, 1978.

3 Agradeço a Johannes Kretschmer as informações relativas ao sistema universitário alemão.

move-se numa direção muito particular, pois, menos do que a reconstrução de horizontes históricos de recepção, Iser tem desenvolvido instigante reflexão heurística sobre o caráter antropológico da literatura, cujo primeiro passo foi a elaboração da estética do efeito, bastante distinta da estética da recepção tal como praticada por Jauss.

Hans Robert Jauss se destacou como o principal articulador da estética da recepção, movimento que se propunha a renovar os estudos literários numa época em que muitos teóricos e críticos estavam divididos entre a opção estruturalista e a pesquisa de uma renovada sociologia da literatura. A estética da recepção almejava inaugurar um novo paradigma, situado a meio-termo daquelas tendências. Como o público brasileiro não desconhece a estética da recepção, pois tanto alguns de seus principais textos se encontram traduzidos⁴ quanto uma síntese do movimento já foi produzida⁵, cumpre observar que a carreira de Gumbrecht inicialmente se define a partir de um afastamento progressivo em relação aos pressupostos da Escola de Constança.

Nos ensaios que compõem *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*, o leitor acompanhará o percurso intelectual de Hans Ulrich Gumbrecht, cujo eixo gira, de um lado, em torno de ativo diálogo entre literatura e história, num esforço de contaminação no qual o conceito de literatura é repensado através de uma radical historicização e o ofício do historiador é redimensionado mediante a investigação da natureza discursiva da escrita histórica⁶. De outro, seu percurso intelectual supõe a superação das tradicionais fronteiras disciplinares num esforço de transgressão que pretende contribuir para a reconfiguração do espaço acadêmico contemporâneo. Ao menos, esta foi a intuição de Jean-François Lyotard ao descrever o Programa de Doutorado coordenado por Gumbrecht em Siegen: "A instituição do *Seminário* contém no seu âmbito uma crítica à própria insti-

4 Ver Luiz Costa Lima. *A literatura e o leitor. Textos de estética da recepção*, São Paulo, Paz e Terra, 1979. O leitor deve consultar a Introdução, "O leitor demanda (d)a literatura", pp. 9-39. Ver ainda a Seção dedicada às estéticas da recepção e do efeito in *Teoria da literatura em suas fontes*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, pp. 305-441, vol. II.

5 Ver Regina Zilberman. *Estética da recepção e história da literatura*, São Paulo, Ática, 1989. Para uma avaliação mais recente, ver Luiza Lobo, "Leitor", pp. 231-251, especialmente pp. 232-242; in José Luís Jobim (org.). *Palavras da crítica*, Rio de Janeiro, Imago, 1992.

6 Nesse contexto, vale recordar que o livro de Hayden White, *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, publicado em 1973, foi muito importante para o pensamento de Hans Ulrich Gumbrecht.

tução. (...) Sonhamos com a estrutura abrangente de uma universidade européia”.⁷ A mobilidade institucional e intelectual de Gumbrecht estimula uma forma de apresentação pouco comum. Nas páginas seguintes, proporei uma topologia do seu pensamento, assinalando os espaços acadêmicos e os encontros teóricos que marcaram sua trajetória. A trajetória de um “catalisador de complexidades”⁸; que não apenas se encontra em curso, uma vez que o atual esforço de Gumbrecht constitui-se num *work in progress*, mas que, como toda viagem, apresenta uma inevitável dose de imprevisibilidade. Neste sentido, o ponto de partida de seu percurso tem um sabor levemente irônico.

Constança: A Complexidade é Sempre Inconstante

A característica mais saliente da teoria literária contemporânea é a pluralidade; traço, aliás, presente em outras áreas do conhecimento. De fato, no âmbito das ciências humanas, o estruturalismo representou o último movimento que, por algum tempo, pretendeu impor-se como teoria hegemônica, unificadora de métodos diferentes. Nesse contexto, a estética da recepção apresentou-se como uma tentativa sistemática para fornecer uma resposta ao problema da elaboração de um paradigma capaz de substituir o estruturalismo, cuja deficiência principal, em relação aos estudos literários, revelara-se na impossibilidade de incluir, em suas análises, o leitor como elemento histórico. Oficialmente lançada na aula de abertura dos cursos da Universidade de Constança, proferida por Jauss em 1967⁹, a estética da recepção almejava o desenvolvimento de uma abordagem que superasse a concepção autocentrada do texto literário, direcionando assim os estudos literários para uma retomada da história que, em alguma medida, convergia com a motivação política do movimento estudantil de final

7 Jean-François Lyotard. “Ersiegerungen”, in *Political Writings*, Bill Readings (org.). Minneapolis, University of Minnesota Press, 1993, pp. 80-81. O texto é de 1989.

8 A expressão é de Rudolf Maresch. “Katalisator von intellektueller Komplexität sein. Gespräch mit Rudolf Maresch”, in Rudolf Maresch (org.), *Am Ende vorbei*, Viena, Turia & Kant, 1994, pp. 206-238.

9 Hans Robert Jauss. “Was ist und zu welchem Ende studiert man Literaturgeschichte?” (“O que é e com que fim se estuda história da literatura?”). A versão final deste texto foi publicada com o título “Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft”, in *Literaturgeschichte als Provokation*, Frankfurt, Suhrkamp, 1970. Ver a tradução brasileira de Sérgio Tellaroli. *A história da literatura como provocação à teoria literária*, São Paulo, Ática, 1994.

dos anos sessenta¹⁰. Regina Zilberman já o havia sugerido: “a estética da recepção apresenta-se como uma teoria em que a investigação muda de foco: do texto (...) passa para o leitor. (...) Essa transferência, por sua vez, explica-se historicamente: é contemporânea às revoltas estudantis, ao mesmo tempo representando uma resposta a elas”.¹¹ Não se trata de uma resposta automática, por certo, mas de uma elaboração teórico-metodológica tanto favorecida pelas condições contemporâneas quanto alimentada por debates próprios da teoria literária.

Inspirado em Hans-Georg Gadamer, Jauss privilegiava a reconstrução do horizonte histórico no qual determinado texto fora produzido e, sobretudo, atualizado, ou seja, lido. Seu esforço pretendia conceituar o modo em que se processava a interação das expectativas tradicionais do leitor com um texto específico numa circunstância histórica particular. A análise da fusão do horizontes de expectativa com o ato de leitura tornou-se extremamente relevante para a corrente da estética da recepção preocupada com aprofundar a compreensão hermenêutica de Gadamer no que se refere ao relacionamento do passado com o presente¹².

A visão otimista da estética da recepção compreendida como uma mudança de paradigma capaz de assumir a hegemonia dos estudos literários foi claramente expressa por Jauss no ensaio “O leitor como instância de uma nova história da literatura”.¹³ Segundo Jauss, a estética da recepção representava a verdadeira alternativa de superação do impasse no qual os estudos literários se encontravam desde o final dos anos quarenta. Esse impasse seria ultrapassado porque, sem negligenciar os elementos dinâmicos próprios da formulação literária, a estética da recepção incluía em seu programa a reconstrução do horizonte de atos particulares de leitura. Desse modo, criava-se novo modelo de historicidade para o objeto literário, que contemplava uma instância externa ao texto. É precisamente

10 Wolfgang Iser ofereceu importante depoimento sobre esta convergência na primeira das cinco conferências proferidas num Colóquio dedicado ao exame de sua obra, realizado em 1996, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ver *VII Colóquio UERJ – Wolfgang Iser*. João Cezar de Castro Rocha e Johannes Kreischer (orgs.), Rio de Janeiro, EdUERJ, (no prelo).

11 Regina Zilberman. *Op. cit.*, p. 11.

12 Um exemplo desta corrente é o texto de Jauss, *Der Text der Vergangenheit im Dialog mit der Gegenwart (Klassik – wieder modern?)*. “O texto do passado no diálogo com o presente – classicismo – de novo moderno?”, in *Sprache und Welterfahrung*, J. Zimmermann (org.), München, Gink, 1978.

13 Hans Robert Jauss. “Der Leser als Instanz einer neuen Geschichte der Literatur”, in *Poetica*, 7, 1975, pp. 325-344.

nesse momento que a perspectiva de Hans Ulrich Gumbrecht começa claramente a afastar-se do projeto de Jauss.

Gumbrecht foi provavelmente o primeiro, entre os representantes do que poderíamos denominar a segunda geração da Escola de Constança¹⁴, a problematizar o paradoxo contido na pretensão de Jauss, e o fez em "Consequências da estética da recepção: um início postergado"¹⁵; na verdade, uma resposta ao supracitado artigo de Jauss. Nesse ensaio, Gumbrecht trouxe à superfície a contradição de Jauss. Se a estética da recepção inova porque pretende criar condições teórico-metodológicas para a avaliação de atos distintos de leitura, conforme a situação em que cada um deles se processa, como reduzir as múltiplas variantes das inúmeras reconstruções históricas a uma estrutura que, para ser coerente, necessita, em alguma medida, prescindir destas mesmas reconstruções? Ora, para reconquistar tal coerência, mais do que uma teoria da recepção, é preciso elaborar uma teoria do texto¹⁶. Nesse caso, argumenta Gumbrecht, a teoria da recepção se transformaria num método de avaliação das diversas respostas dadas ao "mesmo" texto. Em outras palavras, uma abordagem fundada na reconstrução histórica dos processos de produção de sentido parece mais apta a desenvolver um método de interpretação de textos, vistos em sua recepção no âmbito de uma constelação histórica determinada, do que a elaborar uma teoria com pretensões hegemônicas. No entanto, Jauss teria tentado transformar seu método no modelo teórico da mudança paradigmática no campo da história literária. Tal ambição seria problemática, pois, para alcançar seu objetivo, Jauss deveria basear-se num modelo normativo de reconstrução histórica. Como fazê-lo sem entrar em contradição direta com o pressuposto básico da estética da recepção, ou seja, o propósito de reunir produtivamente compreensão histórica e preocupação formal? O projeto de Jauss, portanto, estava destinado ao insucesso. Nas palavras de Gumbrecht, o "objetivo mais importante [da estética da recepção] não privilegiava a interpretação, embora ela também fosse interpretativa. Contudo, num primeiro momento, podia-se entendê-la como

14 Outros nomes desta segunda geração seriam os de Gabriele Schwab, Karlheinz Stierle e Karl Ludwig Pfeiffer.

15 Hans Ulrich Gumbrecht. "Konsequenz der Rezeptionsästhetik oder Literaturwissenschaft als Kommunikationssoziologie", in *Poetica*, 7, 1975, pp. 388-413.

16 Gumbrecht levantou precisamente este ponto numa resenha ao *Ato de leitura*, de Wolfgang Iser. Ver Hans Ulrich Gumbrecht, "A teoria do efeito estético de Wolfgang Iser", in *Teoria da literatura em suas fontes*. Luiz Costa Lima (org.), Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, pp. 417-441, especialmente p. 418, vol. II.

problematizadora do postulado de uma interpretação correta. Impressão, porém, que logo se perdeu”.¹⁷

Uma alternativa estaria na rejeição de qualquer modelo normativo em favor da escrita de uma “história descritiva”, como Gumbrecht a define no ensaio que abre este volume. O conceito de história descritiva desempenha papel relevante no percurso intelectual de Gumbrecht, além de fornecer a base de sua crítica a Jauss. Wlad Godzich identificou com agudeza o sentido do projeto de Gumbrecht no que se refere ao trato com o passado. Trata-se de esboçar uma “microfísica da história”.¹⁸ De fato, apesar da diversidade de interesses e da variedade de cruzamentos transdisciplinares que o caracterizam, em boa medida os anos iniciais da carreira de Gumbrecht foram dedicados a tentativas teóricas e metodológicas que visavam à escrita de uma “história descritiva” dotada, contudo, de um nível de generalização indispensável à especulação teórica. Em outras palavras, embora distanciando-se da estética da recepção, Gumbrecht permaneceu preocupado em encontrar uma saída para a contradição por ele denunciada.

Bochum: Sob o Signo da Pesquisa Meta-Histórica

Num primeiro momento, o interesse principal de Gumbrecht se processa em torno do seguinte problema: como elaborar uma abordagem meta-histórica para os estudos literários? Os anos passados em Bochum (1975-1982) assistem ao desenvolvimento deste projeto, assim como a seu gradual abandono. A motivação subjacente à iniciativa foi esclarecida pelo autor: “tratava-se do desafio de desenvolver algo semelhante a um modelo meta-histórico de historiografia como pano de fundo para a identificação de características históricas específicas presentes na historiografia medieval”.¹⁹

De fato, os medievalistas desempenharam um papel crucial no movimento de historicização do conceito de literatura. O ponto de partida

17 Hans Ulrich Gumbrecht. “O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação”. Ver. neste volume, p. 143.

18 Wlad Godzich. “Figuring Out What Matters; or, The Mychrophysics of History”, in Hans Ulrich Gumbrecht. *Making Sense in Life and Literature*, Minneapolis, Minnesota University Press, 1992, pp. viii-xvi.

19 Hans Ulrich Gumbrecht. “How Much Sense Does Sense Making Make? Californian Perspective to a German Question”, *Idem*, p. 7.

foi a especificidade do circuito comunicativo da “literatura” medieval²⁰. Na época medieval não existia o *leitor*, geralmente solitário, como na experiência moderna de leitura silenciosa, mas, pelo contrário, existiam *ouvintes*, reunidos em torno do narrador. As conseqüências dessa distinção importam para que se compreenda o alcance do desafio mencionado por Gumbrecht. Ora, se a invenção dos tipos impressos é considerada elemento-chave na acepção moderna do termo *literatura*, então, como conceituar as produções “literárias” que precedem a imprensa? Como compreender uma experiência literária cujo veículo de transmissão seja o corpo, em lugar das páginas de um livro?

Como poucos, Paul Zumthor esclareceu o rendimento deste tipo de pergunta – aliás, a obra de Zumthor foi muito importante para o trabalho de Gumbrecht. Zumthor elaborou uma fenomenologia da experiência literária medieval, inscrevendo-a num circuito comunicativo caracterizado pela ativa participação do corpo na produção e na transmissão da cultura²¹. A fim de caracterizar a especificidade da experiência medieval, ele formulou os conceitos de *texto* e *obra*. O texto é um reservatório de significado que hipoteticamente deve estar sempre disponível para que uma interpretação decodifique seu sentido, uma vez que a *intenção* do autor seja descoberta. A obra é uma superfície composta pela superposição de formas de apresentação que não são imediatamente acessíveis através da interpretação, uma vez que seu caráter performativo origina uma multiplicidade de reações, irreduzível a uma única intenção e/ou sentido. Nas palavras de Zumthor: “o texto é e permanece visível. As obras são simultaneamente audíveis e visíveis”.²² A obra inclui a totalidade das características presentes na performance. Por sua vez, esta totalidade somente pode ser recuperada mediante uma reconstrução cuidadosa dos elementos da vida cotidiana, a fim de alcançar, para além da simples compreensão de um *texto*, a possibilidade de (re)experimentar as circunstâncias de apresentação de uma *obra*. Portanto, para descrever, por exemplo, o possível efeito produzido por um trovador medieval, o pesquisador deve se ocupar de fatores geralmente negligenciados, uma vez que não fomos treinados para identificar

20 Paradigmático é o livro de Paul Zumthor, *La lettre et la voix. De la “littérature” médiévale*, Paris, Editions du Seuil, 1987. Cf. *A letra e a voz*, Tradução brasileira de Jerusa Pires Ferreira e Amálio Pinheiro, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

21 Entre os livros de Zumthor relativos a este tema, destacam-se *Langue, texte, énigme* (1975); *Introduction à la poésie orale* (1983), e o já citado *La lettre et la voix*.

22 Paul Zumthor. “Body and Performance”, in *Materialities of Communication*. Hans Ulrich Gumbrecht e Karl L. Pfeiffer (orgs.), Stanford, Stanford University Press, 1994, p. 219.

manifestações distantes do padrão da cultura do livro. Wlad Godzich demonstrou de maneira convincente a natureza histórica do vínculo instrumental que, na modernidade, associou linguagem e alfabetização²³. No entanto, até o final dos anos setenta, os estudos literários pareciam supor que essa natureza histórica era, por assim dizer, a história natural da constituição do sentido. A consequência mais evidente dessa falácia se revela na dificuldade com que o historiador literário lida com expressões irredutíveis à Galáxia de Gutenberg. Friedrich Kittler situou o problema em termos definitivos: “todas as bibliotecas são estruturas discursivas, mas nem todas as estruturas discursivas são livros”.²⁴

No que se refere aos estudos medievais, essa abordagem estimulou uma série de novas perguntas. Qual o tipo de público que assistia às apresentações de poesia? Em que tipo de “palco” as apresentações ocorriam? O público já conhecia a obra que iria presenciar? Estas perguntas se tornam ainda mais importantes se lembramos que, na época medieval, não existiam textos destinados a serem lidos solitária e silenciosamente, mas inscrições que eram socialmente compartilhadas, como se fossem partituras musicais a serem vocalizadas pelo poeta/recitador. Nessas condições, é claro que o espaço de improvisação era muito amplo, constituindo-se em elemento intrínseco da composição poética. A possibilidade do artista modificar o curso de sua apresentação a partir da reação do público era outro elemento-chave da experiência medieval; elemento este fundado na co-presença de “autor” e receptores. Em relação à história literária, tal abordagem revela a inconsistência da historiografia que, limitada à classificação de gêneros e à interpretação de textos, não dispõe de instrumentos para a análise de épocas para as quais o moderno conceito de texto simplesmente não faz sentido. Vale recordar, por outro lado, que a institucionalização dos estudos literários ocorreu sob a tutela do nacionalismo oitocentista, momento em que cabia ao historiador encontrar o espírito da nacionalidade nos textos e, sobretudo, em textos que pudessem ser inequi-

23 Wlad Godzich. “Languages, Images, and the Postmodern Predicament”. *Idem*, pp. 355-370.

24 Friedrich Kittler. “Afterword to the Second Printing”, in *Discourse Networks 1800/1900*, Stanford, Stanford University Press, 1990, p. 369. Publicado originalmente em 1985, com o título *Aufschreibesysteme 1800/1900*. David Wellbery, na Introdução à edição norte-americana do livro, esclareceu o sentido do conceito *Aufschreibesysteme*: “pode ser traduzido literalmente como “sistemas de escritura” ou “sistemas de notação”, p. xii. É importante mencionar a Kittler nesse contexto. De um lado, por sua estreita associação com Hans Ulrich Gumbrecht. De outro, por ter sido um dos mais importantes estudiosos a desenvolver uma abordagem atenta aos aspectos materiais da literatura, também compreendida como um meio de comunicação.

vocamente fixados na forma de livro. Compreende-se, pois, o impacto que os novos estudos medievais provocaram na teoria literária. Nesse contexto, o trabalho de Paul Zumthor não interessava somente aos medievalistas, mas implicava conseqüências epistemológicas que contrariavam a forma pela qual os estudos literários se converteram em respeitável disciplina acadêmica. Talvez a conseqüência mais relevante tenha sido o movimento de historicização do conceito de literatura.

Esse trabalho de historicização se manifesta na trajetória de Gumbrecht no momento em que ele coordena a publicação do *Grundriss der Romanischen Literaturen des Mittelalters*²⁵. A coletânea visava a refletir sobre a relação entre literatura e sociedade na Idade Média tardia, período aliás coberto pelo primeiro livro de Gumbrecht²⁶. O projeto de conciliar descrição minuciosa de contextos históricos determinados com a teorização meta-histórica sobre funções de discurso revela-se com clareza e sofisticação no segundo ensaio aqui reunido, "Persuadir a quem pensa como você. As funções do discurso epidíctico sobre a morte de Marat".²⁷ Gumbrecht desvenda as características do discurso epidíctico em duas frentes. De um lado, detalha a especificidade do momento histórico, referindo os discursos à atmosfera da Revolução francesa e, mais particularmente, como o próprio título sugere, ao assassinato de Marat. De outro, procura localizar elementos constantes na articulação de um gênero discursivo. Em outras palavras, a própria alteridade de momentos históricos únicos e, portanto, irrepetíveis, deveria paradoxalmente estimular a identificação de traços discursivos meta-históricos. O raciocínio é engenhoso: os momentos históricos são únicos e, por isso mesmo, distintos entre si; no entanto, certos traços discursivos permanecem constantes. Conclusão: o caráter meta-histórico do gênero literário se encontraria nesses traços. O raciocínio é engenhoso, mas termina reproduzindo o impasse da perspectiva de Jauss, pois, outra vez, um método eficaz é convertido numa teoria pouco fundamentada. Gumbrecht o reconheceu, numa revisão de sua carreira, ao afirmar "a impossibilidade

25 Ver Hans Ulrich Gumbrecht. *Literatur in der Gesellschaft des Spätmittelalters*, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1980. Gumbrecht analisa este momento de sua produção em "A Fad and Weary History: The *Grundriss der Romanischen Literaturen des Mittelalters*", in R. Howard Bloch e Stephen G. Nichols (orgs.), *Medievalism and the Modernist Temper*, Baltimore/London, Johns Hopkins University Press, 1995, pp. 439-471.

26 Hans Ulrich Gumbrecht. *Funktionswandel und Rezeption. Studien zur Hyperbolik in literarischen Texten des romanischen Mittelalters*, München, Fink, 1972.

27 "Persuader ceux qui pensent comme vous. Les fonctions du discours épídiclique sur la mort de Marat", in *Poétique*, 39, 1979, pp. 363-384.

de associar o conceito meta-histórico de historiografia (...) a qualquer função específica”.²⁸

Não é suficiente, contudo, mostrar que, num primeiro momento, embora afastando-se da estética da recepção, Gumbrecht manteve-se preso ao projeto que ele mesmo criticara. Mais importante é perceber que seu trabalho como medievalista principiava a privilegiar dois motivos centrais de seu esforço posterior: o interesse pela materialidade da comunicação e o desejo de tornar possível uma forma de vivenciar a alteridade histórica, em lugar de “simplesmente” compreendê-la.

Siegen/Dubrovnik: Questionar as Fronteiras Disciplinares

De 1983 a 1989, Gumbrecht se transferiu para Siegen, a fim de coordenar o primeiro Programa de Doutorado para estudos teóricos e literários na Alemanha. Na perspectiva topológica que adotei, Siegen ocupa lugar de destaque, pois foi lá que Gumbrecht começou a reformular de maneira radical a idéia de uma historiografia meta-histórica e, por isso mesmo, principiou a desenvolver uma abordagem própria. O escopo transdisciplinar do Programa possibilitou a interseção dos estudos literários com abordagens tão diversificadas como a teoria geral dos sistemas – sobretudo a proposta por Niklas Luhmann²⁹ – e as novidades epistemológicas da teoria biológica – representada pelo trabalho de Humberto Maturana e Francisco Varela. Além disso, o Programa favoreceu o diálogo entre literatura e história – diálogo estimulado pelas contribuições de Paul Zumthor e Hayden White. A melhor definição do projeto intelectual subjacente ao Programa de Siegen pertence a Jean-François Lyotard: “O *Seminário* segue um modelo semelhante aos centros de humanidade das universidades norte-americanas, no qual as ‘disciplinas’ se cruzam, confrontam-se, tornando-se, por fim, ‘indisciplinadas’”.³⁰

28 Hans Ulrich Gumbrecht. “How Much Sense Does Sense Making Make? Californian Perspective to a German Question”, *Op. cit.*, p. 7.

29 O leitor brasileiro já pode consultar uma importante seleção de ensaios sobre a teoria dos sistemas, acrescida de textos introdutórios. Clarissa Baeta Neves e Eva Machado Barbosa Samios (orgs.). *Niklas Luhmann: A nova teoria dos sistemas*, Porto Alegre, Editora da UFRGS/Goethe-Institut, 1997.

30 Jean-François Lyotard. *Op. cit.*, p. 80. Neste texto, Lyotard oferece um retrato de Gumbrecht: “[Gumbrecht] irrefreável orador, a cada momento recolhe uma reflexão minha, ampliando-a, e a evidência, fixa-a, para reescrevê-la em pontos precisos que se transformam em novas questões”. *Idem*, p. 79.

Transdisciplinaridade aprofundada na série de cinco colóquios organizados por Gumbrecht na cidade de Dubrovnik. Por uma década, esta série promoveu debates em torno a temas e conceitos capazes de estimular a renovação das humanidades³¹. Wlad Godzich descreveu a série num tom que recorda a observação de Lyotard sobre Siegen. Os colóquios de Dubrovnik reuniram “acadêmicos de quatro continentes e mais de uma dúzia de disciplinas para examinar noções e conceitos que atravessavam ou, pelo contrário, delimitavam fronteiras entre os campos”.³² Abandonada a pretensão de elaborar instrumentos críticos meta-históricos, Gumbrecht não considera mais a comunicação literária como sendo o modo mais eficaz de aproximação a contextos históricos determinados. Afinal, uma vez que se propõe a equação “literatura enquanto processo comunicativo intrinsecamente relacionado ao surgimento dos tipos impressos”, toda definição meta-histórica perde imediatamente a validade – eis a consequência epistemológica mais profunda da historicização do conceito de literatura. Nesse sentido, pode-se supor que o panorama internacional dos estudos literários sofreu uma modificação importante favorecida por eventos como os colóquios de Dubrovnik. Conforme Helen Tartar e Andrew Wachtel, “esta série internacional de colóquios (...) terminou contribuindo para a criação do que David Wellbery denominou ‘crítica pós-hermenêutica’”.³³

É nesse instante que o influxo da teoria sistêmica de Niklas Luhmann se torna fundamental para o desenvolvimento do percurso de Gumbrecht. A teoria sistêmica estimula a investigação das condições de possibilidade de constituição do sentido ao invés de privilegiar a decodificação de um sentido já dado – seja este um texto tradicionalmente concebido

31 Os colóquios de Dubrovnik foram eventos relevantes no panorama dos anos oitenta. Cinco colóquios se realizaram: 1981, “Der Diskurs der Literatur- und Sprachhistorie: Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe”. Bernard Cerquiglini e Jörn Rüsen também organizaram este primeiro Colóquio; 1983, “Epochenstrukturen und Epochenübergänge im Diskurs von Literatur”; 1985, “Stil – Geschichten und Funktionen eines kulturwissenschaftlichen Diskurselements”. A partir deste ano, Karl Ludwig Pfeiffer juntou-se à organização dos colóquios: 1987, “Materialität der Kommunikation”; 1989, “Paradoxien. Dissonanzen. Zusammenbrüche. Situationen offener Epistemologie”. Os colóquios foram todos publicados pela Editora Suhrkamp. Uma seleção de ensaios dos dois últimos colóquios se encontra traduzida para o inglês. *Materialities of Communication*. Hans Ulrich Gumbrecht e Karl L. Pfeiffer (orgs.), Stanford, Stanford University Press, 1994.

32 Wlad Godzich. *Op. cit.*, p. vii. Em “Esboço de uma autobiografia intelectual”, Luiz Costa Lima também se refere aos colóquios de Dubrovnik, especialmente às páginas 42-43, in *Vida e mimesis*, São Paulo, Editora 34, 1995.

33 Helen Tartar e Andrew Wachtel. “Of Course, to Begin With”, in *Stanford Literary Review*, 9, 1992, p. 1, vol. I.

como possuindo uma interpretação “correta” ou mesmo concebido numa sofisticada teoria da recepção, segundo a qual o significado é resultado temporário de atos particulares de leitura. E aqui a teoria sistêmica forneceu a Gumbrecht o instrumental necessário para levar adiante a pergunta acerca da importância da materialidade dos meios de comunicação, uma vez que a emergência de sentido somente ocorre através do concurso de formas materiais. Em outras palavras, as condições concretas de articulação e de transmissão de uma mensagem influem no caráter de sua produção e recepção. Não é verdade, por exemplo, que a transição do uso da máquina de escrever para o computador exige do usuário muito mais do que uma acomodação automática a uma técnica diferente de registro? Não se trata somente de uma técnica exterior ao processo cognitivo, pois, assim como sabemos, por experiência própria, que o emprego do computador favorece o surgimento de formas inéditas de raciocínio, o mesmo se passou com a introdução de novas formas de comunicação no passado. E o pleno entendimento dessas formas, assim como das modificações provocadas pelo seu advento, demanda uma atenção renovada à materialidade dos meios de comunicação.

“Patologias no sistema da literatura”³⁴ representa o esforço mais completo realizado por Gumbrecht para trazer a teoria sistêmica aos debates literários. Nesse ensaio, o autor propõe uma história alternativa da literatura ocidental que, partindo de Guilherme IX (1071-1127), geralmente reconhecido como o primeiro trovador da poesia provençal, chega aos dias de hoje. Gumbrecht esboça uma história da literatura afastada das tarefas tradicionais, isto é, classificação de gêneros e decifração de sentidos. E, inspirado por importantes ensaios de Niklas Luhmann, propõe ainda que a história literária deve investigar a história das formas literárias vistas em íntima associação com o meio de comunicação que as veicula³⁵.

O atual trabalho de Gumbrecht, totalmente distante de qualquer pretensão meta-histórica, busca aprofundar a noção de história descritiva através do resgate de conceitos-chaves, assim como de experiências sistema-

34 Hans Ulrich Gumbrecht. “Pathologies in the System of Literature”, in *Theorie als Passion: Festschrift für Niklas Luhmann*, Dirk Baecker (org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1987, pp. 137-180.

35 Ao defender esta posição, Gumbrecht também está aprofundando uma sugestão de Luhmann, segundo a qual a escrita da história deveria concentrar-se nos momentos de introdução de novos meios de comunicação. Gumbrecht desenvolveu esta hipótese num importante ensaio, “O corpo *versus* a imprensa: os meios de comunicação no início do período moderno, mentalidades no Reino de Castela e outra história das formas literárias”, in *Modernização dos sentidos*, São Paulo, Editora 34, 1998, pp. 67-96.

ticamente negligenciadas na tradição da filosofia ocidental. Uma história descritiva, assim concebida, visa a superar o cisma entre corpo e espírito, cisma que se encontra na base da célebre divisão institucional das duas ciências, ou seja, ciências exatas e ciências humanas. No interior do paradigma cartesiano, a materialidade do circuito comunicativo dificilmente poderia ser levada em consideração, pois ao espírito somente interessaria a profundidade do sentido, em lugar do que se consideraria como a “superfície” dos fenômenos, domínio característico da materialidade da comunicação. Aliás, os três últimos ensaios de *Corpo e forma* constituem clara tentativa de superação daquele dualismo. À luz desta perspectiva, deve-se compreender a recente releitura gumbrechtiana da tese de Hegel sobre o fim da arte³⁶. Segundo Gumbrecht, trata-se de uma hipótese a ser revisitada com seriedade: o núcleo da tese hegeliana reside na antecipação do colapso que o sistema da arte e da literatura vivem hoje. Este colapso, por sua vez, relaciona-se ao fato de que o mundo contemporâneo, sobretudo na esfera do cotidiano, tornou a rígida dicotomia corpo/espírito obsoleta. Na ausência dessa dicotomia, a legitimação tradicional do sistema da arte e da literatura, enquanto formas privilegiadas de manifestação do imaterial, perde sua validade. A análise de tal colapso constitui um dos eixos mais importantes das preocupações mais recentes de Gumbrecht.

Stanford: Corpo e Forma da Presença

Em 1989, Gumbrecht se transferiu para a Universidade de Stanford. A partir desse momento, sua contribuição teórica tornou-se cada vez mais centrada em torno do que ele denominou “campo não-hermenêutico”. Nesse sentido, “É apenas um jogo: história da mídia, esporte e público”³⁷ e “O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação”³⁸ são ensaios muito importantes.

Na verdade, o objetivo subjacente a “É apenas um jogo” se relaciona ao esforço de superar a dicotomia corpo/espírito. Gumbrecht

36 Ver Hans Ulrich Gumbrecht. “‘Objektiver Humor’. Sobre Hegel, Borges y el lugar histórico de la novela latinoamericana”, in *Orbis Tertius. Revista de teoría y crítica literaria*, 1, 1996, pp. 49-65.

37 Hans Ulrich Gumbrecht. “It’s Just a Game: On the History of Media, Sport, and the Public”, in *Arete: The Journal of Sport Literature*, 4, 1986, pp. 24-43.

38 Hans Ulrich Gumbrecht. “O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação”, in *Cadernos da Pós/Letras*, 5, 1993.

parte de um problema que à primeira vista parece pouco promissor: por que, dos anos vinte em diante, surgiu um interesse crescente pelo esporte e, sobretudo, estabeleceu-se uma associação aparentemente indissolúvel entre esporte e meios de comunicação? Sua resposta sinaliza a nova direção que ele vem perseguindo. Os espetáculos esportivos contribuíram para naturalizar aquela dicotomia e, talvez, mesmo para compensar os efeitos negativos relativos ao corpo, já que a matéria-prima do esporte é o próprio corpo. Tal função explica por que, no passado, buscava-se separar do profissional a imagem do atleta amador, já que toda função compensatória exige uma aura de pureza moral que o interesse pecuniário comprometeria. No entanto, o “excesso” de transmissões esportivas pode ter efeito contrário; efeito inclusive de contestação daquela dicotomia, pois, numa competição esportiva, o corpo e, especialmente, o corpo, enquanto veículo de sucessivas performances, ocupa o centro do palco. Essas performances não obedecem aos códigos interpretativos tradicionais. Por exemplo, como atribuir “sentido” a uma bela jogada de futebol? O esporte, segundo Gumbrecht, não se propõe a representar nada que não seja sua própria produção de presença. Presença incapaz de estabilizar-se mediante uma relação de causalidade, mas que permanece funcional precisamente porque sua dinâmica é a da casualidade, é a dinâmica da contingência. Nas palavras de Jean-Luc Nancy: “presença é o que emerge e nunca pára de emergir”.³⁹ Uma outra vez, Wlad Godzich definiu perfeitamente a orientação de Gumbrecht, situando seu interesse por esportes num contexto mais amplo: “A reconfiguração na qual Gumbrecht se encontra lentamente a operar (...) gira em torno da centralidade do conceito de emergência. (...) Para Gumbrecht, pensar o corpo significa precisamente superar as categorias de matéria e espírito”.⁴⁰

“O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação” representa a primeira sistematização teórica empreendida por Gumbrecht do campo de estudos que ele vem constituindo. Como vimos, David Wellbery cunhou a expressão “crítica pós-hermenêutica”, cujos conceitos-chaves seriam *exterioridade*, *medialidade* e *corporalidade*. Exterioridade se refere ao nível material que antecede a qualquer articulação de sentido e, sem o qual, nenhum sentido se concretizaria. Medialidade implica o meio através do qual o nível material é processado como parte de uma estrutura de

39 Jean-Luc Nancy. *Birth to Presence*, Stanford, Stanford University Press, 1993, p. 2. As análises e reflexões de Jean-Luc Nancy têm sido muito relevantes para o atual trabalho de Gumbrecht.

40 Wlad Godzich. *Op. cit.*, pp. xv-xvi.

construção de sentido. Por fim, corporalidade supõe um deslocamento sutil, embora decisivo, da centralidade do sujeito, modernamente visto como fonte de ações conscientes, para a centralidade do corpo, visto, numa época pós-hermenêutica, como metonímia da contingência. Por isso, compreende-se que esta crítica “abandone o jogo de linguagem e a forma de vida definida pelos cânones hermenêuticos de legitimação e entre no domínio de atos que superem a apropriação interpretativa”.⁴¹

Em “O campo não-hermenêutico”, Gumbrecht fornece um panorama histórico da articulação da crítica hermenêutica. Para melhor acompanhar seu argumento, é preciso ressaltar uma distinção muito importante entre *crítica* hermenêutica e *campo* hermenêutico. A crítica hermenêutica depende de sustentação institucional, seja a universidade, sejam academias ou jornais – e o mesmo raciocínio é válido para uma crítica pós-hermenêutica. Por sua vez, o campo hermenêutico designa um conjunto de elementos cotidianos que principiam a caracterizar a sociedade ocidental a partir do advento e da difusão dos tipos impressos. Esta fina distinção permite a Gumbrecht sugerir que a articulação finissecular realizada por Wilhelm Dilthey da *crítica* hermenêutica foi, na verdade, a primeira reação de peso contra o colapso do *campo* hermenêutico, um colapso evidente já nas últimas décadas do século XIX. Aliás, Wellbery identificou uma estrutura similar no *Verdade e Método*, de Gadamer: “um monumento, uma espécie de memorial que escraviza o presente a uma lei antiga (embora não tão antiga)”.⁴² Em outras palavras, *Verdade e Método* pode ser lido como o último grande herdeiro do gesto inaugurado pela sistematização acadêmica da hermenêutica por Dilthey.

Essa distinção também interessa para a apreciação do ensaio que encerra *Corpo e forma*, “O futuro dos estudos de literatura?”.⁴³ Em seu trabalho mais recente, Gumbrecht tem privilegiado mais uma história descritiva do *campo* não-hermenêutico do que um mapeamento da *crítica* não-hermenêutica, embora tal perspectiva também esteja presente no ensaio.

41 David Wellbery. “Foreword”, in Friedrich Kittler. *Op. cit.*, p. ix. Wellbery desenvolveu posteriormente o conceito de exterioridade em “The Exteriority of Writing”, in Helen Tartar e Andrew Wachtel. *Op. cit.*, pp. 11-23. Na verdade, este texto foi apresentado pela primeira vez num colóquio organizado por Hans Ulrich Gumbrecht e Karl L. Pfeiffer em Stanford, em 1991, “Writing, Écriture, Schrift: Ripping Apart the Signifying Scene”. Este colóquio encerrou a série iniciada em Dubrovnik, em 1981.

42 David Wellbery. “Foreword”, in Friedrich Kittler. *Op. cit.*, p. xi.

43 Hans Ulrich Gumbrecht. “The Future of Literary Studies?”, Stanford, Department of Comparative Literature, 1993.

Assim, a pergunta sobre o futuro dos estudos de literatura tanto envolve uma especulação sobre os rumos das humanidades no mundo contemporâneo quanto sinaliza a necessidade de alterar a orientação das disciplinas envolvidas com a literatura. Particularmente, Gumbrecht está propondo uma alternativa para os estudos de literatura comparada, para que ela se rearticule como o espaço institucional privilegiado para reflexões transdisciplinares. Ora, a atual crise da literatura comparada possui potencial ainda pouco explorado. Pois, enquanto as demais disciplinas permanecem obsedadas pela "visibilidade" de seu objeto, na pior das hipóteses, pelos resíduos desta visibilidade, a situação contemporânea da literatura comparada, cujo objeto de estudo sempre foi instável, praticamente força os comparatistas a uma reflexão teórica e a um desenvolvimento específico de metodologias, a fim de enfrentar a possibilidade de seu próprio desaparecimento. Assim, o eixo dos estudos comparados deixa de ser a busca de correspondências entre estruturas de sentido já constituídas para centrar-se na análise e descrição das formas através das quais o sentido pode emergir e tornar-se socialmente significativo. Trata-se, pois, de transformar a precariedade da atual situação da disciplina num acicate não exatamente para "ousar saber", como na célebre fórmula kantiana⁴⁴, mas simplesmente para ousar. Portanto, a frase final do ensaio serve de guia tanto para o profissional da área de letras quanto para o leitor de *Corpo e forma*: "Uma excessiva cautela é justamente o que precisamos evitar".⁴⁵

João Cezar de Castro Rocha⁴⁶

44 Refiro-me, claro, ao *sapere aude* que, em "Resposta à pergunta: 'Que é Iluminismo?'" (1784), é identificado por Kant como o lema do homem ilustrado.

45 Hans Ulrich Gumbrecht. "O Futuro dos Estudos de Literatura." Ver, neste volume, p. 175.

46 Esta Introdução, assim como a tradução dos capítulos 3 e 5, foram preparadas sob os auspícios de uma bolsa de "fixação de pesquisador", concedida pela FAPERJ à Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. À FAPERJ, pois, meus agradecimentos.

Capítulo 1

As Conseqüências da Estética da Recepção: Um Início Postergado

Rumo a uma Mudança de Paradigma

No início de seu ensaio, "O leitor como instância de uma nova história da literatura", Hans Robert Jauss assinala que só no futuro seremos capazes de responder se a discussão atual da crítica literária sobre o problema do "leitor" será avaliada como uma mudança de paradigma¹. Esta é uma observação útil, porém nem afasta a possibilidade nem nos livra da obrigação de analisar o debate contemporâneo relativo a teorias e métodos, assim como o debate referente ao interesse epistemológico da crítica literária. Pois é apenas numa base auto-reflexiva que a esperança de ir além de paradigmas não mais produtivos e herdados pode tornar-se concreta, a fim de redeterminar o campo e as tarefas que a crítica literária projeta no horizonte cultural. Segue-se que devemos, de início, perguntar quais foram as fases do modelo das "revoluções científicas" em que Thomas Kuhn introduziu o conceito de "mudança de paradigma", e, além disso, quais dessas fases o debate literário sobre o problema do leitor já terá atingido ou superado².

1 *Poetica*, 7, 1975, pp. 325-344; especialmente p. 327.

2 *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, 1962. Kuhn não organizou expressamente as três fases seguintes como uma seqüência temporal, e é bastante concebível que, em exemplos individuais, o desenvolvimento das questões críticas que designei como fase 1 apenas seja efetuado pelo aparecimento de uma resposta exemplar como fase 2. A sistematização sugerida aqui não deve ser entendida como uma tentativa histórico-teórica para tornar o modelo de Kuhn mais preciso, mas serve, em lugar disso, como uma tela comparativa sobre a qual projetar uma discussão sistemática a respeito da condição dos interesses e reorientação metodológica da crítica literária.

De acordo com Kuhn, a provocação e o ponto de partida para as mudanças de paradigma são, em primeiro lugar, questões novas, "que um círculo de profissionais tenha reconhecido como extremamente importantes". Em segundo, as obras científicas são consideradas paradigmáticas quando, além de fornecerem algumas respostas convincentes àquelas questões num estágio inicial, também abrem novos campos e possibilidades para trabalhá-las mais detalhadamente e com maior precisão. Por fim, as fases entre duas mudanças paradigmáticas são preenchidas com a chamada ciência normal, que tenta tirar proveito das promessas do paradigma, estendendo o conhecimento da descoberta de dados que o paradigma considera especialmente importantes, e aprimorando a interação entre dados e predições do paradigma.

Neste ensaio, gostaria de discutir dois pontos: Há duas áreas negligenciadas que estão por detrás da insuficiência seguidamente assinalada tanto por iniciadores quanto por oponentes da estética da recepção, vista enquanto mudança de paradigma³: a especificação insuficiente das novas questões provocadas pela mudança de paradigma juntamente com uma falta de respostas que ilustrem tais questões. Em segundo lugar, o *feedback* da primeira dessas duas perspectivas requer, como uma consequência da estética da recepção, a integração desta nova forma de crítica literária na sociologia da comunicação que está, ela própria, em processo de constituição.

Os debates sobre as interpretações "corretas" de textos literários que dominaram a era da interpretação imanente deixam esclarecer que a fórmula "a descoberta do leitor" não caracteriza adequadamente a direção teórica iniciada pela estética da recepção. A interpretação imanente poderia facilmente ter posicionado os leitores de cada texto, juntamente com suas interpretações, numa escala supra-histórica, indo desde a "total inadequação" até a "riqueza interpretativa". É por isto que a mudança nos interesses correntes da crítica é freqüentemente mal compreendida como a dissolução do texto ou do autor; dissolução essa causada pela ascensão do leitor até o ápice de uma hierarquia de preocupações. A questão, no entanto, é que a discussão crítica não pode mais ser principalmente considerada como um processo motivado por uma idéia de perfectibilidade, em que o leitor ideal convergissem para o significado correto, mas sim como um

3 Ver Jauss, "Der Leser", pp. 325-327.

esforço reconstrutivo cujo propósito é compreender as condições sob as quais vários significados de um determinado texto são gerados por leitores cujas disposições receptivas possuem diferentes mediações históricas e sociais. O fato de que sugestões metodologicamente elaboradas para resolver esta tarefa através de “histórias funcionais” ou “histórias literárias do leitor” sejam sempre proclamadas, embora raramente executadas, pode ser considerado como um sintoma de estagnação do debate teórico.

Mas mesmo se a questão do significado correto ou do leitor ideal correspondesse a um conhecimento prévio do texto como uma forma que constituísse e preservasse um único conteúdo, os estudos da estética da recepção sobre as condições relativas a diferentes significados oriundos de diferentes leitores também teriam que se deparar com o problema de desenvolver um conceito de texto adequado a tais indagações. Como a estética da recepção está principalmente preocupada com a relação entre as condições dos significados textuais e estes mesmos significados – e não com a avaliação dos significados enquanto mais ou menos “corretos” –, seu conceito de texto tem apenas que realizar uma função: deve estar disponível como base de apoio constante contra a qual possamos tentar comparar diferentes significados como resultado das convergências do texto com diferentes disposições receptivas. Um texto constituído desta forma tem o estatuto de uma construção heurística cujo valor é medido exclusivamente por sua utilidade na compreensão das diferenças entre os significados que ocorrem na história.

A sugestão de Wolfgang Iser de reformular o conceito tradicional de texto com a noção de “leitor implícito” enquanto “personagem do ato de leitura inscrito no texto” incorre, acredito, na neutralização da diferença entre história da recepção normativa ou descritiva⁴. Uma história normativa teria que constituir e estabelecer sua própria leitura “correta” do texto, a qual seria sua base para revelar as condições de interpretações adequadas e inadequadas, ao passo que uma história da recepção descritiva teria que satisfazer-se com a compreensão da relação entre cada leitura e suas condições específicas. O conceito de texto de Iser pretende fazer um amplo espectro de figuras receptivas compreensíveis como resultado de apreender “lugares indeterminados” no texto. Este preenchimento depende das dife-

4 Ver Iser, *Der implizite Leser: Kommunikationsformen des Romans von Bunyan bis Beckett*, München, 1972, p. 9.

rentes disposições receptivas e pode, portanto, funcionar dentro de uma história descritiva da recepção, mas pode também ser normativo, uma vez que exclui um grande número de significados historicamente concebíveis porque, segundo Iser, estes não foram construídos dentro do texto. Pertence às premissas básicas da hermenêutica pós-gadameriana, seguida por Iser e Jauss, o postulado de que as leituras normativas requerem um critério legitimador – precisamente o que falta ao “leitor implícito”.⁵ Daí a óbvia vantagem da historiografia literária marxista, pois, como resultado de sua perspectiva global da história, encontra-se aparelhada com tal critério. Karlheinz Stierle, por sua vez, tem mostrado que um modelo de textos ficcionais, que pudesse ser praticável para uma história da recepção normativa, só poderia ser desenvolvido a partir de um conceito específico da leitura daqueles textos. Stierle mostrou que, para Wolfgang Iser, uma interpretação específica do romance inglês é tida como certa, e que tal interpretação subjaz como a premissa oculta do “leitor implícito”, então determinado meta-historicamente⁶. Que os modelos textuais, os quais em princípio permitem distinguir entre leituras verdadeiras e falsas – além de extrair as constantes mínimas para cada significado textual concebível –, inevitavelmente necessitam de um conceito normativo de recepção, e que eles não podem ser derivados da pura imanência da análise textual⁷, prova-se por um simples argumento. Isto é, qualquer tentativa de estabelecer constantes sistemáticas para todos os significados de um determinado texto, através de métodos lingüísticos, teria que levar em consideração o âmbito total deste texto e, frente a frente com fenômenos perfeitamente comuns do

5 Para uma crítica da distinção de Gadamer entre cognição “falsa” e “verdadeira”, que se baseia na crença no clássico, ver Rainer Warning, “Rezeptionsästhetik als literaturwissenschaftliche Pragmatik”, in *Rezeptionsästhetik: Theorie und Praxis*, München, 1975, pp. 9-41; especialmente a partir da página 21.

6 Stierle, “Was heisst Rezeption bei fiktionalen Texten?”, in *Poetica*, 7, 1975, pp. 345-387, especialmente às páginas 361ss, onde o desenvolvimento de um modelo normativo para a recepção de textos ficcionais é postulado, isto é, o desenvolvimento de formas de recepções adequadas ao “estatuto específico da ficção”; assim como às páginas 371ss, para a crítica do conceito de “leitor implícito”.

7 Em sua conferência “Formen des Lesens” (proferida no Congresso da Associação Alemã de Filologia Românica, Mannheim, 1975, p. 6), Karl Maurer assinalou que a reconstrução do “leitor implícito” em seu estágio atual de desenvolvimento “principalmente tem as mesmas dificuldades mostradas pelo estilo mais antigo de interpretação – mesmo que Iser tente estabelecer uma diferenciação essencial entre a interpretação subjetivamente realizável e a prova objetiva das possibilidades de significado construído na ‘estrutura da obra’”.

cotidiano – por exemplo, “ler rapidamente” ou simplesmente fechar o livro –, teria que incluir, como exigência mínima para um modelo normativo de recepção, o postulado de uma recepção que fosse constantemente atenta ao texto como uma totalidade.

Em resumo, a distinção entre uma história da recepção “normativa” e outra “descritiva” – a primeira das quais pode ser vinculada à pedagogia literária e a segunda à história social da literatura – deve ser suplementada com uma diferenciação dos critérios para estabelecer conceitos textuais adequados a cada uma delas. Enquanto uma história da recepção normativa é forçada a derivar seu conceito de texto do desenvolvimento de um modelo normativo de leitura, o conceito de texto para uma história da recepção descritiva, no que diz respeito à sua função heurística de fornecer um foco seguro para a análise de diferentes significados textuais, necessita apenas realizar uma única exigência: tem que ser prontamente adaptável a toda sorte de casos e a todos os tipos de críticos literários. Dentro do arcabouço de uma história da recepção descritiva, eu gostaria de recomendar a utilização do significado pretendido pelo autor como o fundo contra o qual outros significados podem ser compreendidos e comparados. Meus comentários sobre o valor dessa reconstrução dentro de uma história descritiva devem deixar claro que não estou postulando um renascimento da historiografia literária de cunho biográfico, tampouco estou tentando reduzir a pluralidade de leituras históricas ou os critérios potenciais para leituras normativas à “intenção autoral”.

Há ao menos cinco razões para apoiar a sugestão de enfocar a intenção do autor, em lugar da intenção de um leitor qualquer como o fundo contra o qual comparar significados históricos.

1ª Na maioria dos casos, incluindo a crítica biográfica, o significado pretendido pelo autor pode ser facilmente reconstruído, independente das diversas pressuposições dos críticos literários.

2ª A reconstrução do contexto de produção é também relevante para os tipos de crítica que, em contraste com a estética da recepção, vinculam-se aos interesses da análise textual ideológica ou à interpretação textual como a reconstrução de necessidades sociais.

3ª Uma vez que o autor só pode elaborar o significado do texto através da consideração de tipos históricos de leitores, o significado por ele pretendido vincula o campo da produção histórica e a recepção literária contemporânea.

4^a Por outro lado, este investimento do conceito do texto numa história descritiva da recepção corresponde ao fato de que os receptores, a fim de serem capazes de constituir um texto como uma unidade significativa, devem ser capazes de compreendê-lo como o resultado da ação de um autor.

5^a Uma vez que a compreensão do leitor pode também ser descrita como ação (o que precisa ainda ser discutido em mais detalhes), a concepção sociológica de ação poderia ser uma forma de superar a cisão no campo da crítica literária decorrente da falta de clareza a respeito de suas questões-chave.

A história descritiva da recepção, cujas tarefas e métodos devem agora ser descritos, tem assim boas razões para começar com a ação do autor e a ação do leitor como condições para a formação histórica de significados. Uma de suas tarefas-chave será colocar limites mais estreitos para a área especial da comunicação estética, devendo então examinar com precisão as “relações causais e funcionais entre estrutura social, ação social e atos comunicativos” no que diz respeito à produção textual, assim como à compreensão textual⁸. A constituição da crítica literária como uma subdisciplina da sociologia da comunicação não implica em absoluto sua submissão hierárquica a uma “metadisciplina sociológica” mas é, em lugar disso, uma forma de contribuir para o desenvolvimento de um arcabouço teórico para a sociologia da comunicação, a qual até agora apenas foi projetado. Antes de elaborar prospectos para problemas concretos de pesquisa numa crítica literária vinculada à sociologia da comunicação, é necessário introduzir alguns conceitos básicos de sociologia cognitiva que já apareceram neste ensaio sem uma apresentação suficiente.

8 Ver Thomas Luckmann, “Aspekte einer Theorie der Sozialkommunikation”, in *Lexikon der germanistischen Linguistik*, ed. H.P. Althaus, H. Henne e H.E. Wiegand, Tübingen, 1973, pp. 1-13; aqui, p. 4. A sociologia da comunicação (fundamentada numa teoria da ação), uma subdisciplina da qual a crítica literária será considerada daqui em diante, deve ser claramente distinta de todo modelo de comunicação informacional-teórico, cujas terminologias fisicalistas não levam em consideração o fenômeno das ações comunicativas humanas. Cf. a crítica minuciosa e abrangente de Franz Koppe em sua resenha de “Einführung in die Semiotik” de Umberto Eco, 1972, in *Poetica*, 6, 1974, pp. 110-117.

Conceitos Básicos

Quando a conexão entre os três níveis – estrutura social, ação social e atos comunicativos – é estabelecida como causal-funcional, “causal” refere-se à relação da instância superior com a subordinada, enquanto em “funcional” a relação se reverte. Assim, “causalidade” não significa, como nas ciências naturais, a determinação de atos comunicativos através de ação social e ação social através de estrutura social; mas a noção de causalidade atribui os papéis desempenhados pela estrutura social como um arcabouço significativo para a ação social e pela ação social para atos comunicativos. O conteúdo da expressão “arcabouço comunicativo” torna-se mais preciso quando definimos “funcional” de maneira mais restrita: “No ‘sentido geral europeu’ (...) função significa a atuação obrigatória de uma parte dentro do arcabouço de um todo”.⁹ Assim, atos comunicativos são elementos de ação social, a qual por sua vez é subdivisão da estrutura social em toda a sua complexidade. Apenas integradas num arcabouço mais amplo, as funções dos atos comunicativos e a ação social podem ser determinadas e possuir significado¹⁰. A sociologia da comunicação deve de início investigar o papel da estrutura social e a ação social como arcabouço significativo para os exemplos subordinados e, então, as funções dos atos comunicativos e a ação social dentro de seus respectivos arcabouços.

Na discussão que se segue, “atos comunicativos” serão considerados tanto como atos de expressão quanto de percepção. Não começarei, entretanto, com um inventário estabelecido de atos expressivos e perceptivos que, através de simples combinação, nos permitissem construir as várias ações expressivas e perceptivas. Em lugar disso, é através de uma perspectiva analítica que chegamos à morfologia de atos comunicativos cuja interação funcional compõe a ação comunicativa. Em casos limites, a expansão de um ato comunicativo pode mesmo coincidir com uma forma comunicativa de ação. Em tais exemplos, o ato comunicativo (*Akt*) será denominado “ação” (*Handeln*) quando entendido como deliberado. Assim, o que funda-

9 Niklas Luhmann in *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, ed. J. Ritter, Basel, 1972, col. 1142, e “Funktion IV”; especialmente col. 1142, vol. 2.

10 Para o conceito de significado que é adotado aqui, ver Luckmann, “Aspekte einer Theorie der Sozialkommunikation”: “O significado é inicialmente constituído quando o *ego* mais tarde se volta para suas experiências e as coloca num contexto que transcende a mera realidade da experiência original”, p. 6.

mentalmente distingue o ato da ação não é a expansão (mesmo quando disponível na maior parte dos casos como um critério extra de diferenciação) mas sim o levar em conta precisamente aquele “projeto da ação que pretenda realizar auto-realidade através da ação”.¹¹ Esta última definição contém ainda uma distinção que precisa ser elaborada mais precisamente – a saber, entre o “agir” (*Handeln*) e a “ação” no sentido de “enredo” (*Handlung*). Enquanto o termo “agir” designa qualquer procedimento orientado para um objetivo e que se completa passo a passo (por exemplo, em atos comunicativos), a “ação” deveria ser entendida como aquele objetivo que é planejado (ou, em termos fenomenológicos, “pré-lembrado”) pelo sujeito agente e que é transferido ao “agir” para a sua realização¹².

Como uma subdivisão de ação, a ação social, “segundo seu significado pretendido, refere-se ao comportamento de outras pessoas”.¹³ Essas outras pessoas, cujo comportamento torna-se um ponto de referência, não têm de ter acesso à experiência direta da ação: elas poderiam também pertencer ao passado e ao futuro¹⁴. Conseqüentemente, todas as formas de ação comunicativa – e então, também a produção e a compreensão textuais – representam ação social.

Neste ponto, precisamos de uma hipótese fundamental para a relação entre texto e ação. Se aceitarmos a determinação de Schütz do conceito de ação como o “objetivo preestabelecido do agir”, parece então aceitável compreender os textos como um tipo específico de ação, uma vez que em qualquer tempo dado eles próprios representam um *a posteriori* enquanto realização do projeto prévio de um autor. Em todo caso, este projeto está ligado a intenções autorais com relação ao texto, e o autor pode planejar tal efeito apenas na base de uma hipótese sobre a disposição receptiva dos leitores. Portanto um intérprete, quer seja este crítico literário ou leitor comum, lida com um texto como ação apenas quando o tiver

11 Alfred Schütz, *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt: Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*, Vienna, 1960, p. 59.

12 *Idem*, p. 58.

13 Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen, 1956, p. 1, citado de *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, ed. J. Ritter, Basel, 1974, col. 994-996; aqui col. 994, vol. 3.

14 “O sentido de ação social inclui não somente o ambiente social diretamente experimentado mas também o meio social, o mundo histórico, e o mundo futuro, que são acessíveis apenas através de construções ideais”, *idem*.

analisado na base de uma hipótese sobre os efeitos pretendidos por um autor. Esta hipótese pode ser considerada “hipótese de segundo grau” porque os efeitos pretendidos pelo autor são, eles próprios, fundamentados numa hipótese sobre a disposição receptiva do público. Mas logo que os textos sejam lidos, sem qualquer suposição sobre o contexto de sua produção, eles não são mais entendidos como ações.

A partir daí pode-se concluir que, no esclarecimento conceitual seguinte (que trata do conhecimento como ação perceptual), devemos distinguir entre dois tipos de ações cognitivas. Para cada tipo de cognição, que Schütz denomina compreensão do significado objetivo¹⁵, o observador ordena “aquilo que foi percebido dentro de seu próprio plano de experiência sem trazer de forma alguma à luz o sujeito da ação”.¹⁶ Apenas da perspectiva do significado subjetivo o texto surge como ação no sentido completo, pois o problema então é reconstruir o projeto de um sujeito agente na base desse texto (enquanto ação completada)¹⁷. A própria compreensão, tanto do sentido objetivo quanto do subjetivo, pode ser definida como ação porque se subordina à realização de projetos que a pessoa que compreende tenta desempenhar. Além disso, os dois tipos de ações cognitivas – a produção e a compreensão de textos – devem ser considerados como ações sociais, uma vez que também a constituição do significado objetivo torna-se possível somente por uma seqüência dada de palavras aceitas como texto que, por sua vez, necessariamente se refere a um *alter ego* agente.

A compreensão, tanto do significado objetivo quanto do subjetivo, pode referir-se a textos como formas de ação social. No entanto, se a teoria literária conceber a si própria como uma teoria das condições da geração de significado, e se considerar a produção de textos por autores e a compreensão de textos por parte dos leitores como tais condições, ela deve então envolver-se com as ações cognitivas do leitor. Mais exatamente, deve estudar os propósitos aos quais a leitura enquanto ação cognitiva foi submetida – reconstrução da “motivação-para” (*in-order-to motivation*) do leitor

15 Ver Schütz, *Der sinnhafte Aufbau*, pp. 150ss.

16 Isto segue a interpretação de Schütz por Stierle, “Text und Kontext”, Bochum, 1974, pp. 39ss.

17 *Idem*. “Compreender uma ação não conhecida significa(...) compreender a ação completa como um sinal de um projeto através do qual começa a tornar-se possível chegar a se falar sobre ação completada”, p. 40.

– e explicar a geração desses projetos a partir da situação histórica e social do leitor – reconstrução da “motivação porque” (*because motivation*) do leitor¹⁸. Onde ela atinge o seu nível mais ambicioso, a saber, na investigação da “função da literatura na constituição da esfera social”¹⁹, surge uma questão que nos encaminha ao problema de como as experiências derivadas de leituras podem tornar-se motivações para a ação do leitor na vida diária.

O Estatuto Teórico de uma Crítica Literária baseada na Sociologia da Comunicação

Exigir que a compreensão de textos constitua também um objeto dos estudos literários acarreta o problema da auto-reflexão da crítica literária, pois certamente a compreensão do crítico não é categoricamente diferente da compreensão do leitor normal. Porque o esforço para compreender visa em primeiro lugar a entender as projeções de ações e o arcabouço sócio-histórico que os constitui e condiciona (motivações “para” e “porque”), pode-se demonstrar uma relação necessária entre a redefinição corrente das tarefas da crítica e a intensificação da discussão sobre suas pressuposições históricas. Portanto, a acusação habitual de que as mudanças na orientação da crítica são meramente “modismos” pode ser rebatida por argumentação sistemática. Ao mesmo tempo, dever-se-ia assinalar que o montante de concordância sobre interesses cognitivos (enquanto “projetos” de ações críticas) limita a possibilidade de cooperação entre os representantes de diferentes escolas críticas. Se Jauss acredita que ele já “deslindou” (*cleaned up*) “o falso confronto” (*false front*) entre a crítica marxista e a

18 Ver Schütz, *Der sinnhafte Aufbau*. “Se eu perguntar sobre o ‘motivo-porque’, terei então apresentado o contexto do significado subjetivo do ‘motivo-para’ como um ser objetivo já constituído, e a partir disto pergunto sobre a constituição das camadas mais baixas sobre as quais este contexto do significado se baseia”, p. 147. Para uma determinação mais restrita do termo “Um-zu-motiv”, ver Schütz, *idem*, p. 146.

19 Ver Hans Robert Jauss, “Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft”, in *Literaturgeschichte als Provokation*, Frankfurt, 1970, pp. 144-207; especialmente pp. 162 e 199ss. Sobre métodos para investigar a “função social da literatura”, ver Hans Ulrich Gumbrecht, “Soziologie und Rezeptionsästhetik: Der Gegenstand und Chancen interdisziplinärer Zusammenarbeit”, in *Neue Ansichten einer künftigen Germanistik*, ed. Jürgen Kolbe, München, 1973, pp. 48-74. Pretende-se aqui que esta continuação tenha um desenvolvimento posterior e uma correção parcial desse ensaio.

burguesa ao chamar a atenção para o envolvimento comum dos dois campos no projeto de estudos sobre a “função da arte na sociedade” e a história de sua recepção²⁰, ele então parece ter esquecido o fato de que, no arcabouço da crítica marxista, este interesse cognitivo é visto somente como um passo em direção ao projeto superposto de cada ciência “como uma atividade humana que (ao menos indiretamente) visa a alterar o *status quo*”.²¹ As diretrizes para a contribuição do crítico literário no sentido desta mudança, que supostamente pressionam o crítico a exercer o papel de “historiador e educador” e simultaneamente fornecem-lhe critérios para selecionar áreas de pesquisa e avaliar seus resultados, são o “sistema socialista desenvolvido” e a “luta incessante do Terceiro Mundo pela liberdade”.²² Se o debate entre a crítica marxista e a burguesa fizer mais do que apenas preocupar-se com métodos de reconstruir a função histórica de textos, teremos então que atingir algum tipo de consenso a respeito de projetos preeminentes de ação social.

A crítica, além do dever de refletir sobre seus próprios objetivos epistemológicos, tem necessidade crescente de redeterminar o predicado “estético”, estando ela encravada na sociologia da comunicação. Naturalmente, não se trata mais apenas de uma questão de aplicar o termo a textos com qualidades formais dadas, mas também de conectar com a ação expressiva do autor (que pode ser reconstruída a partir do texto concebido como ação) e com a ação perceptiva do leitor (cujo primeiro propósito é pressuposto por uma certa antecipação de um texto dado como “ato estético” do autor e que pode ser realizado ou modificado durante o processo de leitura). Vinculando-se àquelas sugestões da teoria estética, que tenta localizar o valor específico de obras de arte em sua contribuição à formação de normas internalizadas e ao questionamento de tais normas, o “estético” poderia ser relacionado à função (ou mesmo à sua ausência) que a experiência do leitor pode ter como motivação para a ação posterior, função essa que o leitor realizou e que a ação expressiva do autor tornou

20 Jauss, “Der Leser als Instanz einer neuen Geschichte der Literatur”, pp. 334ss.

21 D. Richter, “Geschichte und Dialektik in der materialistischen Literaturtheorie”, in *Alternative*, 82, jan. 1972, pp. 2-14; especialmente p. 3.

22 Robert Weimann, “Gegenwart und Vergangenheit in der materialistischen Literaturtheorie”, in *Methoden der deutschen Literaturwissenschaft*, ed. Victor Zmegác, Frankfurt, 1974, pp. 291-323; especialmente p. 322.

possível em primeiro lugar²³. Se for possível, a partir desta perspectiva, obter um consenso mais preciso sobre o significado de “estético” (o que, conforme vimos, parece mais do que problemático, dados os diferentes critérios para avaliar tais funções), então a revisão em larga escala do cânone de textos “estéticos”, que teria que proceder através da reconstrução de suas possíveis funções para a ação do público, só poderia ser transferida para uma crítica afinada com a sociologia da comunicação. Conforme deve ainda ser mostrado, entretanto, estes tipos de investigações deparam-se com dificuldades metodológicas.

Para começar, pode-se dizer que tais dificuldades são resultado da circunstância de que, na maior parte dos estudos, os sujeitos daquelas ações de expressão e de compreensão que dizem respeito aos interesses da nova crítica literária são acessíveis apenas num contexto social contemporâneo (*mitweltliche*) ou histórico (*vorweltliche*). Colocando a si próprio nos papéis daqueles sujeitos agentes e perguntando, digamos, que projeto ele induziria num texto dado como ação expressiva se estivesse na posição histórica e social do autor, o observador crítico pode fornecer hipóteses a respeito da motivação para as ações expressivas de um autor, para a ação de compreensão de um leitor, e para a significância de experiências de leitura como parte da motivação do leitor para a ação subsequente. As hipóteses sobre os motivos adquiridos desta forma, entretanto, jamais podem ter um estatuto garantido porque, nas palavras de Schütz, “uma verificação de minhas interpretações de uma experiência desconhecida [permanece] não realizada sem a auto-interpretação do observador”.²⁴

Enraizar a crítica na sociologia da comunicação não garante em absoluto a certeza no sentido das ciências empíricas, como uma vez foi prometido pela “lingüística” da crítica literária e ainda hoje é mantido pelo vocabulário instrumental daquelas variedades da sociologia da comunicação influenciadas pela teoria da informação. Em lugar disso, a crítica comunicativo-sociológica deveria compartilhar com a hermenêutica a

23 Por exemplo, Jan Mukarovsky, “Ästhetische Funktion, Norm, und ästhetischer Wert als soziale Fakten”, in *Kapitel aus der Ästhetik*, Frankfurt, 1970, pp. 7-112; Hans Robert Jauss, *Kleine Apologie der ästhetischen Erfahrung*, Konstanz, 1972; Franz Koppe, “Thesen zu einer Literaturwissenschaft in handlungsorientierender Absicht”, in *Zum normativen Fundament der Wissenschaft*, ed. Friedrich Kambartel e Jürgen Mittelstrass, Frankfurt, 1973, pp. 318-330; Wolfgang Iser, “Vorwort”, in *Der implizite Leser*, pp. 7-12.

24 Schütz, *Der sinnhafte Aufbau*, p. 193; para este problema, ver em particular o importante capítulo “Das Verstehen der Vorwelt und das Problem der Geschichte”, pp. 236-246.

plausibilidade e o consenso como critérios de evidência. Enquanto uma doutrina do entendimento textual, é diferente da hermenêutica apenas (1) por tornar o entendimento um objeto de seu interesse, e (2) por fundamentar esta compreensão do entendimento textual numa teoria geral da ação cognitiva.

Campos de Pesquisa

No decorrer de nossa tentativa de esboçar os conceitos básicos da sociologia da comunicação, indicou-se que cada suposição de “unidade textual” pressupõe sua inclusão num “projeto” autoral. A esta suposição poder-se-ia objetar que os diários, por exemplo, também pertencem aos assuntos tradicionais da crítica literária – inclusive diários publicados postumamente, que são publicados sem o consentimento expresso do autor e não são, portanto, dirigidos a um *alter ego*. Pode-se empreender uma análise em tais bases a partir da suposição da presença de ações sociais? Para fornecer uma resposta bem fundamentada a esta questão teríamos que abordar o gênero diário, rephraseando consideravelmente o problema. Por enquanto, podemos apenas observar que os autores de diários, como é demonstrado pelo uso freqüente de um destinatário imaginário, devem também recorrer a um leitor, mas que sua posição é ocupada pelo ego reflexivo a quem um ego que experimenta está reportando. Se é verdade que o ego que reporta e aquele que reflete estão unificados no papel do escritor do diário, e que o texto do diário é seu “diálogo”, então o entendimento do intérprete neste caso deve dirigir-se às ações informativas do *ego* que reporta e às ações cognitivas do ego que reflete.

Em toda tentativa de reconstruir a motivação que guia a produção textual – ou seja, compreender o significado subjetivo de textos enquanto ações – o crítico ordenará o texto em segmentos por meio de um procedimento funcional-estrutural que começa com uma hipótese preliminar sobre o propósito do autor. Esta hipótese preliminar a respeito da função atribuída ao texto pelo autor depende em parte da hipótese do intérprete sobre as suposições do autor com relação à disposição de seu público (o que, naturalmente, nem sempre corresponde à sua disposição real). Aqueles segmentos em que o texto é ordenado pelo intérprete conforme sua hipótese sobre o projeto do autor são entendidos como o resultado de atos expressivos individuais cuja interação funcional constitui o texto enquanto

ação. O que é interessante neste tipo de reconstrução textual é que ela abre a possibilidade de rever e aguçar a precisão da hipótese inicial sobre o significado subjetivo do texto (o propósito da ação do autor), que poderia parecer incompleto ou pouco plausível contra o fundo de uma análise mais exata.

Se a questão sobre a “motivação-para” da produção textual dirigiu nossa atenção a atos comunicativos subordinados à ação social, então a investigação de sua “motivação-porque” leva-nos ao nível de estruturas sociais históricas. De forma a saber por que, por exemplo, Ronsard poderia ter desejado escrever sonetos, já não basta buscar uma resposta satisfatória dentro do arcabouço reconstruído de sua intenção subjetiva. É antes necessário desenvolver hipóteses sobre a função da produção literária em geral (a qual o autor em geral nem mesmo conhece), e sobre o soneto dentro da sociedade francesa do século XVI, em particular. Neste nível de uma sociologia da comunicação, uma nova teoria marxista da produção literária reconheceu seu campo genuíno, destacando-o rigorosamente dos interesses do debate sobre a mimesis (*Widerspiegelung*)²⁵.

Uma das primeiras tarefas importantes da crítica literária seria a reconstrução dos propósitos aos quais os leitores históricos têm aplicado suas ações de compreender os significados textuais objetivos e subjetivos – em outras palavras, o estudo da história de seu interesse literário. Tal investigação da “motivação-para” deve mais uma vez ser estendida à questão da “motivação-porque”, que pode ser respondida apenas através do recurso à história social, ou seja, estendendo-as às funções sociais da recepção literária. Uma fenomenologia da leitura teria também que explicar em detalhes a conexão entre o nível da compreensão enquanto ação social e os atos comunicativos (perceptuais) que o constituem²⁶. Em contraste com os esforços críticos visando a correlacionar atos comunicativos expressivos

25 Ver Pierre Macherey, *Pour une théorie de la production littéraire*, 1966, Paris, 1970, especialmente às páginas 159-180, “L’analyse littéraire, tombeau des structures”; por exemplo: “Esta condição sem a qual a obra não poderia existir, e que é entretanto impossível nela encontrar, tanto a precede radicalmente”, p. 174.

26 Considero o ensaio de Stierle como um exemplo de uma teoria a qual, a fim de descrever “a possibilidade de estruturas de recepção relativamente estáveis estabelecendo a própria obra (...) é ligada à identidade da obra no processo de sua recepção”, p. 346; aqui, especialmente, “atos de recepção” serão analisados relativamente ao interesse superposto de orientar a ação pelo parceiro comunicativo (em textos pragmáticos) ou às oportunidades epistemológicas específicas abertas por textos ficcionais.

e produção textual, este trabalho fenomenológico torna-se mais difícil pela falta de objetivações que possam ser analisadas, tais como o texto do lado do autor.

A compreensão de textos literários nem sempre visa à intenção autoral. A compreensão objetiva (onde o leitor "organiza a percepção dentro de seus próprios planos de experiência" e, quando muito, pressupõe o sujeito produtor do texto como uma garantia da unidade do texto) deveria ser aceita pelo menos como um tipo de ação cognitiva igualmente válido. O diálogo *Eupalinos*, de Paul Valéry, pode ser lido como uma discussão filosófica a respeito da necessidade de uma compreensão objetiva, mas também a respeito de um modo de recepção adequado à obra de arte moderna. Entretanto, ao mesmo tempo, o diálogo mostra que os receptores são pressionados a este modo de recepção pelas obras apenas na medida em que tais obras se recusam a responder à questão aparentemente auto-evidente quanto ao sujeito produtor que é o ponto de partida costumeiro para ações cognitivas. Nas palavras que se seguem, Sócrates pinta para Fedro as reflexões que forneceram o incentivo para a descoberta do "objeto ambíguo":

Encontrei uma dessas coisas rejeitadas pelo mar; uma coisa branca, e da mais pura brancura; polida e dura, doce e leve: Ela brilhava ao sol, sobre a areia molhada, que é sombria, e semeada de centelhas. Eu a segurei; soprei sobre ela; esfreguei-a com meu manto, e sua forma singular interrompeu todos os meus outros pensamentos. Quem te fez?, pensei. Tu não te pareces a nada, e no entanto não és informe²⁷.

Para a recepção da maior parte dos textos literários do passado e para textos contemporâneos triviais, pelo menos, a pergunta "Quem te fez?" (que a obra de arte moderna não tem mais a pretensão de responder) pode levar a uma suposição sobre o significado pretendido por produtores e pode ser expandida numa hipótese sobre o papel autoral que o leitor ou a leitora assume e através do qual supostamente se alimenta de

27 Paul Valéry, "Eupalinos ou L'Architect", in *Oeuvres*, Paris, *Bibliothèque de la Pléiade*, 1960, p. 118, vol. 2.

respostas a respeito de suas próprias perguntas sobre o texto. Esta forma assimétrica de entendimento subjetivo, na qual o leitor ocupa o papel do autor como pré-requisito indispensável para o sentido, é sempre adequada naqueles casos em que o significado pretendido pelo autor não está imediatamente visível ao leitor porque este último não pertence ao mesmo meio social. No caso da estética da recepção, a hipótese de um papel autoral pode funcionar sem ser corrigida por materiais históricos, pois esta executa sua função na medida em que sirva ao leitor como uma pressuposição para formações de sentido consistentes. O caso é diferente quando se exige que uma reconstrução do significado pretendido pelo autor seja tão adequada quanto possível. Não há uma relação sistemática, contudo, entre um entendimento subjetivo dependente de motivação heurística e precisão histórica, e o fato de que, para a recepção de textos estéticos, a forma especial de entendimento subjetivo assimétrico parece prevalecer.

Que este tipo de entendimento subjetivo assimétrico tem sido a maneira normal de compreender textos literários durante muito tempo pode ser demonstrado por duas tendências entre o público leitor, para as quais existem incontáveis exemplos²⁸: sua alacridade (compartilhada com a crítica biográfica) ao identificar a primeira pessoa ficcional do texto com o ego de seu criador (Arcipreste de Hita, Villon, Proust) e a invenção de autores “adequados” para textos anônimos (Homero, Esopo, Vidas de Trovadores)²⁹. Relevantes para a história da recepção e não apenas prova da falta de um sentido intencional “verdadeiro”, é precisamente de tais mudanças em projeções públicas que se podem desenvolver inferências sobre a base mutável para a compreensão textual de públicos de diferentes épocas e de diferentes grupos sociais.

Há menos probabilidade de resolver os problemas de ações de compreensão discutidos nesta seção do que naqueles estudos que visam à

28 Para isto, ver minha resenha de Bernhard Badura e Klaus Gloy (orgs.), “Soziologie der Kommunikation”, Stuttgart, 1974, in *Poetica*, 6, 1974, pp. 103-110; especialmente pp. 106ss.

29 Um dos “tipos de recepção literária que não está afinada à obra” que Jauss tematizou – in *Poetica*, 7, 1975, pp. 340ss. – também desponta naqueles casos em que os leitores estabelecem hipóteses sobre o projeto do autor desenvolvidas durante a leitura de um texto como um pré-requisito para a recepção de outros textos do mesmo autor. Naturalmente, este tipo de informação sobre o autor, como os casos de Böll e Grass o mostram, pode também influenciar a recepção que é disponível ao público fora dos textos literários. Minha hipótese sobre o caráter da recepção primariamente relativo ao autor não deveria ser mal entendida como uma variante do conceito de recepção necessariamente orientada pelo texto, que Jauss criticou.

reconstrução de atos produtivos textualmente, pois só em casos excepcionais temos evidências dos atos de recepção. Juntamente com as projeções de imagens autorais já mencionadas, existem os documentos tradicionais do “diálogo cultural elevado” entre grandes autores (e não apenas os literatos), por exemplo, “a crítica que Voltaire faz de Rousseau” ou a “canonização de Balzac por Engels”. Este tipo de material nos traz duas dificuldades: ele fornece conclusões apenas indiretas sobre ações de compreensão, pois as experiências adquiridas aparecem como algo já mediado por um objetivo inerente de produção textual (Engels, em sua carta a Miss Harkness, quer antes de mais nada criticar-lhe o romance, *City Girl*, comparando-o aos trabalhos de Balzac); e, na maioria dos casos, penetra apenas em poucos aspectos da obra, levando assim em conta somente percepções parciais (e indiretas) de ações de leitura.

Uma vez que os estudos medievais estão numa situação especialmente precária para este tipo de demonstração, eles vêm tentando fazer da necessidade virtude enfocando as várias reformulações de um texto original dado como documentos de recepção³⁰. Naturalmente, nesse sentido, a questão é ainda mais urgente do que quanto ao “diálogo cultural elevado” já mencionado – se, por exemplo, a versão de Hartmann von Aue de *Iwein* pode ser avaliada como um reflexo de sua compreensão textual ou se é uma reescrita de *Yvain* de Chrétien a serviço de um novo propósito e, em sua maior parte, independe da estrutura específica de uma compreensão textual prévia. Para sermos ainda mais precisos: a análise de formas de “recepção criativa” realmente permitirá algum tipo de inferência sobre as ações cognitivas do “leitor criativo”?

Considerando essas dificuldades, a crítica literária deve intensificar seus esforços para descobrir evidência extratextual de ações cognitivas no passado. Mas mesmo quando toda opção potencial tenha sido verificada, ainda sobrarão duas aporias: com relação a épocas passadas, sempre teremos que nos concentrar na cognição de um público privilegiado, a saber, aqueles que estiveram em posição de deixar, atrás de si, evidências de sua compreensão; e, mais ainda, sempre haverá algo problemático quanto a

30 Para exemplo dessa variante medieval da estética da recepção, ver Christoph Cormeau, *Wigalois und Der Crône, Zwei Kapitel zur Gattungsgeschichte des nachklassischen Abenteuerromans*, München, 1976; e o meu “Literary Translation and Its Social Conditioning in the Middle Ages: Four Spanish Romance Texts of the Thirteenth Century”, in *Yale French Studies*, 51, 1974, pp. 205-222.

reunir os resultados de estudos individuais numa "história da recepção" mais geral porque tais estudos individuais normalmente não fornecem continuidade histórica. Uma forma de evitar este segundo dilema seria simular significados para as leituras daquelas épocas das quais não possuímos materiais receptivos através de reconstruções sócio-históricas fundamentadas num conhecimento social dado. Sem levar em conta o fato de que o esboço sócio-histórico necessário para desenvolver este tipo de hipótese raramente é executado, devemos ainda perguntar até mesmo se isto pertencerá às possíveis tarefas da crítica literária. Se tivermos seriedade a respeito da plethora de problemas acarretados no estabelecimento de um novo paradigma, este tipo de produção de sentido hipotético será legítimo apenas nos casos em que leituras anteriores pertençam a condições acessíveis a intérpretes posteriores: assim, uma interpretação do Prefácio da segunda parte de *Dom Quixote* não pode deixar de estabelecer algum tipo de hipótese sobre a reação pública à primeira parte. Neste exemplo, certamente, a simulação de atos de entendimento histórico é perfeitamente justificada no que diga respeito a interesses da pesquisa – no entanto, permanece metodologicamente problemática.

Em contraste com níveis de recepção históricos, a recepção literária contemporânea nos fornece uma oportunidade de investigar "experimentalmente", de certa forma, os atos cognitivos de leitores desprivilegiados, oportunidade que não deveria ser descartada em razão de um desagrado geral pelo empirismo. Existem aqui dois conjuntos de circunstâncias que poderiam permitir objeções potenciais a esta abordagem. Em primeiro lugar, até mesmo um teste de recepção excelentemente planejado deformará as condições de uma situação receptiva autêntica, porque a motivação a participar da experiência poderia abafar o interesse literário, por exemplo, ou porque, vendo-se como uma cobaia, o leitor sinta-se particularmente obrigado a ler com mais intensidade do que de costume e a produzir um significado especialmente original, e talvez também por ser incapaz de descrever suas próprias ações cognitivas e experiências receptivas. Em segundo lugar, tentativas anteriores de realizar pesquisa empírica sobre a recepção não foram particularmente satisfatórias. Nenhuma destas é aceitável como objeção primária porque, em nosso desejo de tornar o nosso trabalho o mais racional possível (em especial, estabelecendo um cânone para a didática literária e gerando métodos geradores de ensino para cursos de literatura), não deveríamos perder o rumo por causa de proble-

mas epistemológicos. Elaborar um teste que satisfizesse as exigências teóricas de uma sociologia da comunicação parece-me ser uma das tarefas mais urgentes da didática literária a qual, mesmo como didática normativa, pode realizar seus objetivos apenas quando bem fundamentada cognitivamente na compreensão textual característica de seus vários públicos-alvo.

Jauss exigiu que, ao planejar este tipo de experimento, assim como em todo esforço crítico para entender historicamente ações de compreensão, deveríamos proceder a partir da “prioridade hermenêutica do leitor implícito”. Voltando ao conceito de “leitor implícito”³¹, podemos recomendar a seguinte diferenciação de seu postulado: quando a crítica literária estiver preocupada, em última análise, com a distinção entre leituras “corretas” e “inadequadas” (o que é sempre o caso da didática literária), é necessário estabelecer um arcabouço para leituras corretas tendo como base um modelo normativo. Mas onde seus interesses enfocarem a compreensão da conexão entre leituras históricas (inclusive aquelas que parecem encapsulações ou interpretações errôneas) e suas condições, é aconselhável retornar à leitura pretendida pelo autor como um pano de fundo contra o qual os vários significados históricos possam ser comparados.

A Experiência da Leitura e a Motivação para as Ações

Se mantivéssemos rigorosamente os limites do campo de uma crítica baseada na sociologia da comunicação conforme foi mencionado de início, o programa de desenvolver problemas e soluções advindos da pesquisa sobre a produção e a cognição textuais como formas de ação social já estaria equacionado. Uma vez que nos preocupamos aqui não apenas com a antecipação de problemas críticos mas, e em primeiro lugar, com a reconstrução de uma relação fundamental entre todos os diferentes estilos de pesquisa reunidos sob o título de “estética da recepção” e, conseqüentemente, com a sugestão de uma maneira de sistematizar a discussão atual assim como com o arrefecimento de uma certa euforia sobre as probabilidades de sucesso desses estilos, ainda temos que enfrentar a maior ambição da estética da recepção – a reconstrução da influência da literatura na

31 Jauss, “Der Leser”, pp. 339ss.

história³². Este projeto merece atenção especial, porque seu sucesso forneceria fortes argumentos e apologia para todos os tipos de interpretação e, portanto, para a crítica literária em geral.

O que significa exatamente a afirmação de que a literatura exerce uma influência sobre a história? Aparentemente que a recepção literária seria um fator na estabilização, no questionamento e na evolução – em todo caso, na mudança qualitativa – de estruturas sociais existentes. Tais mudanças só podem ser realizadas indiretamente, o que sugere que os significados efetivados por leituras de textos literários modificam o campo do conhecimento social do público que é a base de sua ação cotidiana. Schütz chamou a este conjunto de experiências “aquele sistema de fatores relevantes para a motivação” (*das System der Motivationsrelevanzen*)³³. Assim, a literatura tem um impacto na história quando quer que sua recepção modifique o conhecimento relevante para a motivação, o que por sua vez altera a ação social de um número suficiente de leitores de forma que esta mudança torna-se um incentivo para uma mudança nas estruturas sociais.

O que soa bastante plausível dentro do arcabouço de um modelo geral não pode entretanto ser reconstruído em detalhes históricos, até mesmo quando temos acesso às ações de compreensão dos leitores. Isto sucede principalmente em virtude do fato, freqüentemente mencionado mas raramente analisado com precisão (a “autonomia” da arte), de que tais ações de compreensão de textos literários raramente são realizadas com o propósito de fornecer uma orientação para a ação prática³⁴. Se, após a leitura de um manual básico de fotografia, eu deixar de escolher exclusivamente temas como “Tia Lucille diante do Túmulo do General Grant” (no melhor dos casos, sem realce) e de repente usar um tripé, captando teias de aranha orvalhadas ao sol da manhã em filme granulado, de alta sensibilidade, nesse caso não preciso de um crítico literário versado em sociologia da comunicação para estabelecer uma relação plausível entre minha recepção textual e a mudança no meu comportamento de lazer. Pois precisamente tal mudança foi, em primeiro lugar, o projeto de minha leitura. Muito mais problemático seria o desenvolvimento de uma correla-

32 Jauss, “Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft”, p. 119.

33 Schütz, *Das Problem der Relevanz*, Frankfurt, 1971, p. 100.

34 Para uma diferença entre as formas de recepção relativas a textos pragmáticos e ficcionais, ver Stierle, in *Poetica*, 7, 1975, especialmente às seções 2 e 3. Uma crítica da teoria marxista da autonomia da arte está em minha resenha de *Theorie der Avantgarde*, de Peter Bürger, 1975, in *Poetica*, 7, 1975, pp. 223-233, especialmente às páginas 227-230.

ção semelhante numa situação em que, digamos, no decorrer da leitura, por pura diversão, de *Love Story* de Eric Segal, eu perceber meu crescente interesse em jovens italianas estudantes de música, e der por mim arquitetando encontros acidentais na *cafeteria* ou na biblioteca³⁵. Enquanto o leitor, cuja recepção de um texto tem o propósito de alterar sua ação, faz um esforço para estender a ação de experiências prévias ou substituí-las por novas, este outro em geral nem mesmo se sentirá especialmente disposto, e de forma alguma obrigado, a ler textos literários a partir de uma perspectiva semelhante.

No entanto, deve-se supor que até mesmo esses tipos de ofertas textuais, após terem modificado o conhecimento prévio do leitor, podem alterar sua ação. Naturalmente sabemos muito pouco sobre como tal influência funciona, a menos que esta tenha sua origem num projeto específico de reunir conhecimento. Uma vez que dificilmente algum receptor terá lido *Love Story* com o intuito de escolher a nacionalidade e a vocação de sua futura esposa, e porque o sistema de valores fornecido pelo texto, na melhor das hipóteses, vai portanto interagir com o sistema de valores previamente internalizado do receptor de uma maneira que mal tem sido estudada e que em absoluto não substituirá ou estenderá simplesmente aquele sistema, é inadmissível identificar a experiência fornecida pelo texto de *Love Story* como a “motivação-porque” de mudanças comportamentais observadas durante e após as leituras. A aporia ao estudar a influência da recepção textual no comportamento do leitor, para sermos precisos, está na impossibilidade de isolar, no contexto do conhecimento relevante para motivar a ação, aquele tipo de experiência que remonta à recepção literária, e, então, avaliar sua significância para as mudanças na ação³⁶. Ainda

35 As críticas da proposta que apresentei no Congresso de Filologia Românica, em Manheim, levaram-me a enfatizar, antes de mais nada, que não quero negar a possibilidade de que a recepção literária influencie a ação dos receptores, mas sinto que é oportuno assinalar as dificuldades de descrever criticamente tais efeitos; e, em segundo lugar, que o exemplo de *Love Story* não recomenda implicitamente limitar a pesquisa sobre a sociologia da recepção aos efeitos de textos literários triviais.

36 Cf. Max Weber, “Soziologische Grundbegriffe”, in *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, ed. J. Winckelmann, Tübingen, 1968: “Quando em confronto com situações dadas, os seres humanos em ação são, com bastante frequência, expostos a impulsos contraditórios e combativos que ‘compreendemos’ coletivamente. Mas a magnitude à qual as várias relações de significado, apanhadas numa ‘batalha de motivos’ e imediatamente compreensíveis em si mesmas, costumam expressar-se em ação, a experiência mostra ser extremamente regular mas não certa; em muitíssimos casos, elas não podem nem mesmo ser avaliadas aproximadamente”, pp. 548ss.

está para ser assinalado que esta aporia também não está cancelada naqueles casos em que podemos interrogar os leitores a respeito de suas impressões subjetivas sobre a significância da recepção literária para suas ações: em primeiro lugar, porque calcular o peso relativo de diferentes experiências anteriores para a constituição de uma ação é naturalmente impossível para o indivíduo que age; em segundo, porque, na prática, a ação consciente parcialmente informada de seus motivos surge sempre misturada a comportamento inconsciente, puramente reativo, de forma que tal auto-interpretação provavelmente superestimaria o peso relativo da motivação consciente (por exemplo, tal experiência derivada da recepção literária).

Se não podemos chegar à conexão entre as experiências que indivíduos ou grupos adquirem pela recepção de textos literários, por um lado, e as mudanças em seus atos, por outro, falta-nos então um estágio inicial indispensável para a reconstrução positiva da “influência da literatura sobre a história”. Além disso, aquelas mudanças nas estruturas sociais históricas que podem ser, de fato, determinadas retrospectivamente nos são apresentadas como uma interação complexa de tantos fatores diversos que as oportunidades de avaliar um fator, “a recepção literária”, como significativo o bastante para legitimizar a literatura e a crítica literária pareceriam escassas – mesmo se tivéssemos acesso a um método mais preciso para investigar o efeito sobre a ação do leitor³⁷. Em confronto com esta série de aporias que surgem à medida que tentamos descrever aquelas fases da análise concreta que teriam que ser realizadas como um pré-requisito para um estudo bem sucedido do impacto de textos literários, temos a tendência de considerar declarações sobre o papel emancipatório ou estabilizador das obras de autores individuais simplesmente como expressões de “simpatia” ou “antipatia” por aqueles autores, vestidas do *pathos* do jargão crítico³⁸.

37 Neste sentido, Friedrich Engels assinalou numa carta a Joseph Blöch (21-22 de setembro de 1890) que a teoria da prioridade da base sobre a superestrutura pode também ser estabelecida como uma necessidade heurística. Ele reconhece um papel ativo da superestrutura no processo histórico o qual, entretanto, considera “tão impossível de demonstrar que podemos negligenciá-lo como não-existente”. *Marx-Engels Werke*, p. 463, vol. 37.

38 Minha advertência contra o otimismo exagerado a respeito da pesquisa da história da recepção é naturalmente válida apenas quando a “função histórico-formativa da literatura” é entendida como uma modificação ou estabilização de estruturas sociais através da recepção literária por entre as camadas comunicativas de mudanças individuais e coletivas na motivação e na ação. Em outro sentido bastante concreto (certamente não sugerido por Jauss), a literatura tem um efeito “historicamente formulativo” naqueles casos em que modelos ficcionais interativos servem como um meio de organização, de interpretação (principal-

A Promessa do Novo Paradigma para a Crítica

Se seguirmos rigorosamente a determinação de Kuhn quanto ao termo “paradigma”, não poderemos falar então de um novo “paradigma crítico” porque ainda nos faltam estudos que forneçam uma resposta exemplar aos problemas modificados da crítica. Mas, em todo caso, da discussão em curso sobre a estética da recepção podemos derivar uma determinação mais precisa deste novo campo de pesquisa como um interesse na reconstrução das condições da produção do significado e, além disso, como a diferenciação entre uma história da recepção normativa e outra descritiva. Minha recomendação de limitar o campo de uma crítica comunicativo-sociológica à produção textual e à compreensão textual como formas de ação social é auto-reflexivamente análoga às investigações que Kuhn mencionou como exemplares de seus “paradigmas” na medida em que também possibilita fazer prognósticos de pesquisa futura.

Dentro de limites, podemos ver uma confirmação preliminar (*ex negativo*) da constituição de um novo campo de crítica descritiva no fato de que esta não mais inclui a questão problemática da função geral da literatura, dentro da qual apenas proposições iminentemente hipotéticas ou triviais podiam ser produzidas – e estas, sem quaisquer métodos controlados. Há cada vez menos chance de virmos a citar a história literária, algum dia, para justificar a comunicação literária ou a crítica literária.

Por outro lado, de certa forma como um resumo deste ensaio: há um espectro de problemas de pesquisa cujo domínio deveria ser realizado no futuro. Dentre estes, encontram-se a determinação das características específicas das ações expressivas e receptivas da comunicação literária, o esboço histórico do interesse na recepção literária como a história das

mente polêmica), e de citações geralmente compreensíveis de fenômenos recorrentes na realidade (política). Helmut Kessler, *Terreur: Ideologie und Nomenklatur der revolutionären Gewaltanwendung, in Frankreich von 1770 bis 1794*, München, 1973, pp. 85ss, mostrou, por exemplo, que na representação de Robespierre do *people* como *vertu persécutée* (que foi congelada em um lexema pela retórica jacobina) houve uma “transferência de um modelo literário” demonstrável (isto é, Clarissa Harlowe de Richardson) “para o campo da política”. Uma analogia aproximada poderia ser vista na relação entre o modelo literário e a derrota que Mohammed Ali infligiu a seu oponente Joe Frazier, visto como um *Uncle Tom*.

Uncle Tom: emblema negro da subserviência, referente ao protagonista do romance abolicionista norte-americano *Uncle Tom's Cabin, or, Life among the Lowly*, de Harriet Beecher Stowe, de 1852. (Nota da Tradutora)

motivações socialmente dadas para quaisquer ações relacionadas a textos literários, o desenvolvimento de uma fenomenologia da leitura literária como uma teoria da constituição de ações cognitivas a partir dos atos perceptuais a estas subordinados, o gradual refinamento e a testagem de procedimentos teoricamente analisados para a pesquisa empírica sobre a recepção e, finalmente, a diferenciação sistemática de tipos diferentes de evidência para a reconstrução de processos históricos de recepção de acordo com sua relevância e métodos de avaliação. O trabalho crítico poderia beneficiar-se em todos estes campos ao encravar-se numa sociologia da comunicação, a qual deverá ser concebida como uma teoria da ação comunicativa.

Tradução de Heloisa Toller Gomes

Capítulo 2

Persuadir a Quem Pensa como Você. As Funções do Discurso Epidíctico sobre a Morte de Marat

*“Si la guillotine n’eût pas marché,
la fête n’eût pas été si belle”.¹*

1. O Discurso Epidíctico e a Análise Funcional-Estrutural

Aristóteles distinguiu os três gêneros do discurso segundo três critérios: a atitude de recepção do público, a situação em que ocorre a comunicação, e os atos de fala realizados pelos oradores. De acordo com esta classificação, o terceiro gênero, o discurso epidíctico, pode ser descrito da seguinte maneira:

Atitude de recepção: contemplação.

Situação de comunicação: festa (ou representação teatral).

Ato de fala: elogio ou censura².

Esta definição contém uma inconsistência reconhecida e resolvida por Quintiliano: “*Ut causarum quidem genera tria sint, sed ea tum in negotiis, tum in ostentatione posita*”³ (Que, na verdade, as categorias das causas sejam três, porém o são aquelas que se encontram tanto nos negócios quanto no lazer). Traduzindo em terminologia moderna: não apenas os atos de fala “elogio” e

1 Comentário contemporâneo à festa em honra do primeiro aniversário da decapitação de Luís XVI. Apud Ozouf, M. *La Fête révolutionnaire, 1789-1799*, Paris, 1976, p. 122.

2 Cf. Aristóteles. *Retórica*, I, 3 e III, 12. A atribuição do discurso epidíctico à situação do espetáculo se faz na segunda passagem. Referência à tradução francesa de Médéric Dufour, Paris, Les Belles Lettres, 1932.

3 *Institutionis oratoriae libri XII*, Livro III, 4, 14.

“censura”, mas também os relativos aos dois outros gêneros, deliberativo e judiciário, podem aparentemente ser realizados na situação de comunicação da representação teatral; seja, por um lado, desaconselhar e aconselhar, ou, por outro, acusar e defender. Substituindo-se a distinção de Quintiliano entre *negotia* e *ostentatio* pela oposição sistemática entre *situações de comunicação pragmáticas (não-ficcionais)* e *situações de comunicação ficcionais*, vai ser preciso sobrepor à definição aristotélica dos três gêneros de discursos a divisão mais fundamental entre “não-ficção” e “ficção”. Por conseguinte, os textos de cada um dos três gêneros podem ser levados a sério ou não⁴; em sua realização e quanto ao cumprimento da função que lhes compete, podem ser garantidos por expectativas de expectativa e ameaças de sanção ou, ao contrário, estar postos livremente à disposição dos oradores e do público, no espaço vazio da comunicação ficcional, que depende de uma instituição primária⁵. No interesse que orienta o encaminhamento deste ensaio, serão evocados e analisados exemplos de *discurso epidíctico* a título de material para um *gênero pragmático*.

Se, em Aristóteles, esta associação entre as situações da “festa” e da “representação teatral” explica-se como reflexo das condições particulares em que o teatro clássico era encenado, resta contudo saber por que esta definição do gênero epidíctico se transmitiu, inalterada, até os dias de hoje, apesar da insistência de Quintiliano quanto à definição categorial entre *negotia* e *ostentatio*⁶. A resposta a esta questão nos leva ao problema central da análise dos textos pragmáticos-epidícticos. Aristóteles designa a *contemplação* como a atitude de recepção adequada ao discurso de festa ou espetáculo. O que significa efetivamente contemplar só vai-se esclarecer se opusermos esta palavra à que designa a atitude de recepção apropriada aos dis-

4 Esta distinção é tirada de J.R. Searle. “The Logical States of Fictional Discourse”, in *New Literary History*, 6, 1975-1976, pp. 319-332.

5 Para a noção de ficção que nos serve aqui de fundamento, Cf. K. Stierle. “Réception et fiction”, p. 299; e, do mesmo autor, “Fiktion und Nichtfiktion”, in H. Brackert e E. Lämmert (orgs.). *Funk-Kolleg Literatur*, Frankfurt, 1977, pp. 188-209, vol. I.

6 A prova de que a diferença entre discurso pragmático-epidíctico e discurso puramente ostentatório não é geralmente reconhecida, mesmo hoje em dia, está nos verbetes relativos a esta questão nos dicionários de literatura usuais. Cf., por exemplo, G. von Wilpert. *Sachwörterbuch der Literatur*, 4.^a ed., Stuttgart, 1964, verbete “*Epideiktik*”: “o discurso de aparato, que ostenta (...) que não tem objetivos práticos (...) é altamente desenvolvido pelos discursos de circunstância ou de festa”; ou J.T. Shipley. *Dictionary of World Literature*, 2.^a ed., Totowa, New Jersey, 1966, verbete “*rhetoric*”: “os discursos de ostentação, a eloquência panegírica e declamatória”. Para a história da recepção das categorias aristotélicas dos gêneros oratórios, Cf. L. Spengel. “Die Definition und Einteilung der Rhetorik bei den Alten”, in *Rheinisches Museum*, 18 (1863), pp. 481-526.

curso deliberativo e judiciário: o *juízo* sobre o futuro e o passado. Julgar significa ordenar o saber apresentado em categorias (por exemplo, factível/não-factível, culpado/inocente), o que o torna um saber que atua sobre a motivação⁷. Em contrapartida, ao contemplar estruturamos por certo também um saber que nos é apresentado mas, para tanto, empregamos categorias (por exemplo, belo/feio, bom/mau) que não acarretam qualquer mudança no estatuto do saber e, ao menos por esta razão, não acarretam de imediato uma renovação na ação.

Contrariamente aos discursos deliberativo e judiciário, o discurso epidíctico não é institucionalmente orientado para a produção de um saber que atue sobre a motivação e, portanto, para a produção de atos conseqüentes. Ora, a mesma finalidade inexistente para os atos de fala concernentes à situação de comunicação ficcional – a representação teatral, por exemplo –, e é esta falta comum que aproxima, associativamente, o discurso pragmático-epidíctico do discurso ostentatório. Admitindo-se precisamente que a *função* de certos textos seja a transformação de um saber evocado em saber atuante sobre a motivação⁸, vemos que o intérprete de textos ficcionais e o intérprete de textos pragmáticos-epidícticos encontram-se diante de um problema análogo: não podem recorrer a uma função institucionalizada desses textos, a partir da qual poder-se-ia empreender a análise de sua estrutura. É claro que, num caso e no outro, a ausência de função imposta pela sociedade tem razões diferentes.

“Na vida real”, o “lugar” adequado de um discurso deliberativo ou judiciário pode ser qualquer situação em que o orador não possa ter a certeza de que seus ouvintes agirão, no futuro, de uma maneira desejada por ele, razão pela qual tenta suscitar nesses ouvintes um certo saber que deve atuar sobre sua motivação⁹, ao passo que um orador de festa, por sua

7 O termo (alemão: *motivationsrelevant*) está sendo empregado segundo A. Schütz. *Das Problem der Relevanz*, Frankfurt, 1971, pp. 78ss. Quanto ao conceito de “saber”, Cf. P.L. Berger e T. Luckmann. *Die soziale Konstruktion der Wirklichkeit*, 2.^a ed., 1971. Tradução brasileira, *A Construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes, 1973.

8 Para a definição do termo “função” aplicado a textos, e para o método funcional-estrutural de análise de textos, ver o meu ensaio, “De pragmatik van de tekst”, in C. Grivel (org.) *Methoden in de literatuurwetenschap*, Amsterdam, 1977.

9 Cf. W. Iser. *Der Akt des Lesens: Theorie ästhetischer Wirkung*. München, 1976, pp. 262ss, que define a “contingência dos projetos de comportamento” como o motivo que leva à comunicação no caso dos textos pragmáticos, e a “assimetria fundamental entre o texto e o leitor”, como esse motivo no caso dos textos de ficção. O discurso epidíctico não está relacionado a nenhum desses dois tipos de motivação.

vez, pode ter a certeza de que o seu próprio saber e o de seu público são em boa medida correspondentes – ao menos no que se refere a setores de saber por ele evocados nesse momento. *Os discursos pragmáticos-epidícticos mostram-se “destituídos de função” em virtude da identidade de saber existente entre os oradores e os ouvintes.* Já quanto aos *textos ficcionais*, se não conseguimos relacioná-los a uma função imposta – embora seus autores e seu público não disponham, normalmente, de um saber idêntico – é porque, *do ponto de vista institucional, sua situação de comunicação não está ligada a atos precedentes ou por vir.* Os discursos pragmáticos-epidícticos¹⁰ partilham, então, com os textos ficcionais, dessa independência com relação a qualquer função socialmente imposta e, com os textos pragmáticos, da inserção numa situação. A marca distintiva da situação de comunicação que lhes é própria é a identidade das partes de saber evocadas, no momento do discurso, entre o orador e o ouvinte, identidade esta que se constitui ao longo de sua história prévia, e que deve subsistir em sua história posterior. Em razão de sua posição de exceção no mundo do discurso, o discurso epidíctico não mereceu uma concepção particular do termo “retórico”. É a célebre idéia, cuja profundidade histórica acaba de ser demonstrada por Starobinski, segundo a qual a eloquência só é possível nas cidades livres¹¹. “Liberdade” quer dizer, aqui, “pluralidade de opiniões”, e é nesta acepção que se baseia a afirmação de que a eloquência só existe quando é um meio para atingir um consenso entre pontos de vista diferentes, quando tem, portanto, um papel a desempenhar na modificação de um saber. Todorov mostrou que a esta noção republicana de eloquência corresponde uma retórica que só indaga sobre as funções do discurso, e não sobre sua estrutura¹²; que o sentido da eloquência, objeto da retórica, transforma-se no momento da passagem à monarquia ou, mais geralmente, a qualquer forma de estado que sufoque a pluralidade dos pontos de vista: “Agora, a melhor fala é a que é julgada *bela...* a retórica diz respeito à forma”.¹³ Uma vez mais, o discurso epidíctico foi relacionado à “ausência de função” e, por intermédio do belo, ao caráter de ficção.

10 Utilizamos muitas vezes, na seqüência deste artigo, o termo “epidíctico” no sentido de “pragmático-epidíctico” explicitado mais acima.

11 J. Starobinski. “Éloquence et liberté”, in *Revue suisse d'histoire*, 26, 1976, pp. 549-566.

12 T. Todorov. “Une Fête manquée: la rhétorique – Essai d'histoire-fiction”, in *Cahiers roumains d'études littéraires*, 3, 1975, pp. 82-96; ref. p. 82.

13 *Idem*, pp. 85-87.

Os ensaios de Starobinski e Todorov, completando-se mutuamente, propõem a tese que constitui o cerne teórico e metodológico da problemática deste capítulo quando se deve considerar que orador e auditório compartilham da mesma opinião, ou seja, na situação de comunicação do discurso epidíctico, os textos servindo de meios parecem ser “destituídos de função”. Isto significa também que essa situação, tomada como objeto de análise, furta-se à elaboração de uma hipótese funcional, hipótese esta que é a condição de uma análise que inclui entre suas premissas a prioridade da função sobre a estrutura. Nossa tarefa, portanto, não será apenas a de definir o lugar sistemático do discurso epidíctico no universo do discurso, relativamente aos discursos pragmático e ficcional, mas também a de encontrar o ponto de partida de nossa análise entre hipótese funcional e análise de estrutura. O fato de existir efetivamente um lugar sistemático do discurso epidíctico, a despeito das teses de sua “ausência de função”, pode ser percebido através de alguns de seus efeitos, admitidos como evidentes: diz-se comumente que esse discurso consolida o saber anteriormente adquirido pelos ouvintes (sem alterar-lhe o conteúdo), que reforça o sentimento de grupo (sem acarretar ações por parte desse grupo). Enfim, deveremos pois indagar como se poderia definir mais precisamente a “consolidação do saber prévio” e o “reforço do sentimento de grupo”, e como ambos podem ser realizados através de atos de fala.

2. Os Discursos sobre a Morte de Marat e os Postulados Psicológicos acerca do Terror

Entre 2 de junho de 1793 – data em que a Convenção, cedendo à pressão dos *sans-culottes*, exclui do Parlamento a facção girondina – e 10 de julho de 1794 – data da execução de Robespierre, portanto, no período denominado o “Terror”, na Revolução francesa –, a identidade de saber (da parte de saber evocada a cada vez) entre oradores e ouvintes era considerada a condição global oficial da comunicação política. Ao invés de ser o objetivo do discurso, o consenso tornava-se sua condição preliminar: a situação do discurso epidíctico era institucional e, enquanto tal, universal.

Os trabalhos de M. Ozouf, sobre as festas, e de J.E. Schlanger, sobre o teatro durante a Revolução francesa, ao menos no que se refere à época do Terror, não chegaram a desenvolver hipóteses acerca da função dos fenômenos de comunicação; e isto, em razão da dificuldade metodológica analisada mais acima. As festas revolucionárias não podem ser interpreta-

das, dentro da perspectiva freudiana, como a ruptura autorizada de um tabu; por um lado, porque se limitam a “legalizar o que já é legal”¹⁴ e, por outro, porque se dirigem a “indivíduos teoricamente idênticos, semelhantes”. Resta apenas a hipótese funcional, esvaziada por sua generalidade, de que elas aumentam a aproximação mútua entre esses indivíduos¹⁵. A definição funcional que Schlanger dá do teatro sob o Terror só faz ocultar, sob um aparente paradoxo (paradoxo, pois não se poderia “descobrir” algo que já se sabe), o embaraço do crítico: “Descobrir que o bem é o bem, eis a natureza do interesse comum ao espectador e ao espetáculo”.¹⁶ O problema da redundância dos textos relativamente ao saber que se supõe preexistente no público e também da redundância das festas relativamente a uma situação politicamente institucionalizada acaba se tornando ainda mais agudo pela associação, habitual em 1793, de formas de comunicação verbais e não-verbais¹⁷: a representação dos dramas revolucionários se faz acompanhar de música, os quadros são dotados de legendas explicativas, as representações simbólicas, que são os cortejos, são comentadas por letreiros e discursos de festa: “Nada dispensa comentários... A festa revolucionária é tagarela”.¹⁸

Chegamos, assim, ao *corpus* de textos que devemos agora analisar. Ele se compõe de vinte discursos fúnebres pronunciados na Convenção por representantes das seções parisienses e dos clubes jacobinos da província, durante os dois meses que se seguiram ao assassinato de Marat, ocorrido em 13 de julho de 1793¹⁹. Se não forem considerados os “discursos de apoteose de Marat” – que não incluímos no *corpus* por pertencerem a outro gênero literário, o da vida de santos –, é impressionante, apesar de algumas divergências, a recorrência de uma certa estrutura de texto nesses discursos parlamentares sobre a morte de Marat. Uma vez que essa estrutura orienta todo o saber apresentado no sentido da *invocação* final, ela nos fornece o primeiro suporte para a formulação de uma hipótese funcional:

14 M. Ozouf. *La Fête révolutionnaire*, p. 105.

15 *Idem*, p. 16: “Indivíduos teoricamente idênticos, todos iguais, mas solitários, e cabe doravante ao legislador ligá-los uns aos outros...”.

16 J.E. Schlanger. “Théâtre révolutionnaire et représentation du bien”, in *Poétique*, 22, 1975, pp. 268-283; ref. p. 278.

17 *Idem*, p. 282: “Não só a palavra é plena e redundante relativamente a si mesma, mas é ainda muitas vezes pleonástica relativamente a outras ordens da representação”.

18 M. Ozouf. *La Fête révolutionnaire*, p. 352.

19 Os textos utilizados neste artigo são provenientes dos *Archives parlementaires de la France – 1ère série 1787-1799*, Paris, 1899, Reimpr. Liechtenstein, 1969.

1.1. Evocação do assassinato do grande revolucionário.

1.2. Expressão da aflição.

2. Análise do desenrolar da Revolução: reconstrução da situação que precede o assassinato de Marat. Prognóstico quanto à evolução posterior.

3.1. Invocação: exige-se que a lembrança de Marat seja institucionalizada.

3.2. Invocação: exige-se que o assassinato de Marat seja vingado.

As três interpretações, ou percursos interpretativos, que proponho a seguir estão, antes de mais nada, relacionados a um texto do *corpus*: o “Discurso dos membros da Sociedade republicana de Tonnerre”, do dia 23 de julho de 1793, reproduzido em anexo. Este texto segue o esquema de estrutura apresentado acima e, pela natureza particular dos investimentos que se fazem na superfície do texto, permite-nos mostrar os meios utilizados para a efetivação da polifuncionalidade que, segundo supomos, caracteriza todos os textos do *corpus*. Preferimos interpretar, aqui, um texto exemplar, lançando mão de variantes e recorrências, ao invés de construir um texto sintético “normalizado”,²⁰ pois eliminamos, assim, a possibilidade de uma manipulação mais ou menos consciente do objeto em função das necessidades da análise.

Os textos deste *corpus* enquadram-se no gênero epidíctico por três motivos. Por um lado, por pertencerem historicamente à fase do Terror, da Revolução francesa, durante a qual o consenso político era institucionalizado. É certo que, por outro lado, os *discursos fúnebres* evocam as virtudes dos defuntos segundo critérios éticos comuns ao saber do orador e de seu público, mesmo quando os discursos políticos têm a função de confrontar e unificar uma pluralidade de opiniões. Enfim, nossos textos, ou boa parte deles, têm uma relação institucional com as *festas* organizadas por seções parisienses e clubes jacobinos de província em honra do Amigo do Povo assassinado; inserem-se, pois, numa situação de comunicação típica do discurso epidíctico. Tais discursos eram relidos diante da Convenção, depois de terem sido pronunciados na festa, ou então encerravam-se com um convite para que os membros realizassem determinadas ações de festa. Ao contrário do que ocorre com os atores, os oradores de festa querem ser

20 Construção que se encontra, por exemplo, nas análises narratológicas de A-J. Greimas e T. Todorov.

levados a sério por seu auditório, cujos aplausos têm importância para eles, mesmo no caso de já lhes serem garantidos de antemão. Pois, numa festa em honra de Marat assassinado, aquele que manifestasse sua aflição, na qualidade de orador ou de participante, estava expressando oficialmente a sua fidelidade aos princípios da Revolução, tais como vigoravam durante o verão de 1793, de uma forma que definia seu comportamento político posterior, abolindo assim a sua contingência.

Qual era o panorama político da França revolucionária no verão de 1793, momento do assassinato de Marat? Se esta pergunta for feita relativamente à situação de comunicação dos discursos fúnebres, da qual se deve deduzir uma hipótese funcional, e se for a relação entre o saber do orador e do auditório o elemento a ser considerado como sendo essa situação de comunicação – saber que engloba o saber do outro a respeito do meu –, podemos então propor uma resposta do ponto de vista da *situação tal como é oficialmente institucionalizada*, e outra, do ponto de vista dos *bastidores políticos reais* dessa situação. “Oficialmente”, sobre o pano de fundo da tão propalada igualdade e do consenso postulado para todos os cidadãos, o saber de todos os grupos era idêntico; o comportamento dos grupos era previsível e não havia contingência nos comportamentos: a persuasão, visando a produzir um saber que atuasse sobre as motivações, poderia não ter razão de ser.

Neste nível oficial, não se pode pois formular uma hipótese quanto às funções de um discurso político. No entanto, um consenso assim ostentado encobre geralmente uma divergência existente entre interesses de grupo. Desta forma, temos a possibilidade de inserir, num contexto de situações de comunicação constituídas justamente por uma diferença entre os saberes respectivos do orador e do auditório, discursos que, no nível oficial, são epidícticos. Pode-se, assim, numa primeira abordagem, resolver com relativa facilidade o problema teórico e metodológico do discurso epidíctico, “desmascarando” textos oficialmente epidícticos que, “na realidade”, são textos persuasivos – textos que obedecem a leis particulares (que ainda precisamos descrever), em virtude da condição situacional preliminar de um consenso institucionalizado.

Além disto, pode-se facilmente relacionar tal solução à historiografia da Revolução que vê, no aparente consenso de 1793, um meio de se preservar a coalizão entre dois grupos de interesses divergentes: por um lado, os *sans-culottes* de Paris (pequenos-burgueses) e, por outro, a maioria (grã-burguesa) dos Convencionais, a “Planície”, oposição em que os jacobinos

do *Comité de Salut public* e da Montanha (a ala esquerda do Parlamento) desempenhavam um papel de mediadores e árbitros²¹. Esta aliança resultava da precária situação militar da França e das revoltas equivalentes a guerras civis que se elevavam contra o poder central de Paris (e não se limitavam à Vendéia). Tais revoltas haviam recrudescido depois da exclusão dos Girondinos do Parlamento, em princípios de junho de 1793. A oposição entre os *sans-culottes* e a Planície, que se devia, antes de mais nada, à posição social de ambas as partes (tal como descreveu em detalhe A. Soboul²²), manifestava-se, no plano político, pela oposição entre a pressão das seções no sentido da instituição do Terror e a vontade da maioria da Convenção de permanecer numa forma de governo compatível com o Estado de direito. Neste contexto, a morte de Marat, do ponto de vista da história factual, dificilmente pode ser definida como o momento a partir do qual a Montanha e o Comitê teriam cedido às exigências dos *sans-culottes*²³. Nosso *corpus* de discursos adquire, então, uma função efetiva: a de manifestar as *exigências* das seções relativamente à Planície, exigências estas que eram repetidas. Esta interpretação se confirma pela identidade da estrutura fundamental de todos os textos do *corpus*.

Entretanto, nossa hipótese funcional, que deve nos servir para uma primeira interpretação, obedece a um modelo psicossocial (excessivamente) simples. Ela decreta que a Planície, a Montanha e o *Comité de Salut public* eram isentos de qualquer tendência para o Terror, e põe o impulso para governar pelo medo exclusivamente na mentalidade pequeno-burguesa dos *sans-culottes*²⁴.

Considerado por este prisma, o assassinato de Marat abre efetivamente para as seções, diante da evidência – legitimadora – de uma ameaça interna, a possibilidade de se apresentarem como acusadoras da instituição

21 Cf. L. Bergeron, F. Furet, R. Koselleck. *Das Zeitalter der europäischen Revolution 1780-1848*, Frankfurt, 1969, p. 64: "O governo revolucionário não se mostra mais, hoje em dia, como a 'ponta mais avançada' da Revolução, mas antes como árbitro de uma aliança, aquela que os parlamentares da Planície (...) estabelecem com a plebe das cidades".

22 Cf. especialmente *Les Sans-Culottes parisiens en l'an II*, Paris, 1958.

23 F. Furet e D. Richet. *La Révolution française*, Paris, 1973, pp. 215 & 230. A. Goodwin. *Die französische Revolution 1789-1795*, Frankfurt, 1964, p. 132.

24 Cf. Furet e Richet, *La Révolution française*, especialmente à página 211. Em *Soziale Ursprünge von Diktatur und Demokratie*, Frankfurt, 1974, pp. 129-139, B. Moore tentou explicar o Terror baseando-se nas necessidades econômicas dos *sans-culottes*. No entanto, teses como esta, do Terror como "crítica ao funcionamento do mercado", não são muito mais convincentes do que as interpretações tradicionais.

dessa política sanguinária para a qual, segundo se pretende, teriam sempre tido inclinação. Resta saber se essa explicação não reduz uma *situação manifesta*, a da guerra civil – também expressa pelo assassinato de Marat –, e que talvez tenha sido a causa da *necessidade do Terror*, à condição de *instrumento de ratificação de uma quase eterna especificidade de classe*: a mentalidade de terror de uma certa pequena-burguesia. F. Furet e D. Richet, que retomam a tese da mentalidade de terror dos *sans-culottes*, não parecem considerá-la explicação suficiente para o fenômeno: “Há, ademais, toda uma análise psicológica do Terror que ainda precisa ser feita”.²⁵

Se não rejeitamos a identidade de saber entre orador e auditório como uma falsa aparência – ou, para usar termos modernos, uma ideologia –, mas, ao contrário, perguntamo-nos que função psicossocial poderia ter a institucionalização dessa falsa aparência, conseguimos um ponto de partida, tanto para a reconstrução das necessidades que levaram ao Terror, quanto para a análise dos discursos epidícticos, sem que seja preciso “desmascará-los” como expressão de uma exigência. Em grupos cujos membros consideram o seu saber idêntico ao de todos os outros membros do grupo, a contingência do futuro é banida e, com isto, parte do medo paralisante que eles tenham desse medo futuro – ao menos no interior do grupo. O pretenso consenso ostentado pelos *sans-culottes* e pelos Parlamentares sustentava a esperança de dar prosseguimento à Revolução e de concluí-la – conclusão esta cujo conteúdo não foi praticamente descrito de forma mais concreta. Esta esperança, e a confiança no consenso a ela subjacente, era incessantemente questionada pelos sucessos da contra-revolução. Por este prisma, é possível interpretar os discursos epidícticos sobre a morte de Marat, bem como a instituição do terror consecutiva a este assassinato, como *respostas ao sentimento de ameaça às esperanças de futuro e de questionamento do consenso entre sans-culottes e parlamentares*, e como negação da refutação do saber interiorizado operada pela contra-revolução. Por essa perspectiva, os discursos de festa e a guilhotina correspondem a uma única necessidade psicossocial. Faremos frutificar esse começo de explica-

25 Furet e Richet, p. 233. Cf. também E. Schmitt. *Einführung in die Geschichte der französischen Revolution*, München, 1976, p. 95: “A pesquisa tem ainda um trabalho considerável a realizar para encontrar a chave das causas e dos elementos que desencadearam essa dinâmica revolucionária, e parece que terá muita dificuldade em obter resultados satisfatórios sem lançar mão das categorias e dos modelos explicativos da psicologia social. Até hoje, em todo caso, a história tem-se mantido em explicações de primeiro plano a este respeito”.

ção nas segunda e terceira interpretações, e podemos esperar obter daí uma solução para o problema das funções do discurso epidíctico que não exija a sua transposição para outro gênero de discurso.

3. O Discurso Epidíctico como Exortação: A Exortação como Ameaça

O ato de fala da invocação (da exortação) realiza-se do seguinte modo: um orador lembra a seus ouvintes que é chegada a hora de efetivar um ato que eles se comprometeram a realizar no passado. Esta definição mostra que uma exortação pronunciada em público não questiona forçosamente um pseudo-consenso institucional existente entre orador e ouvintes; na verdade, ela apenas evoca, de início, o compromisso assumido no passado pelos ouvintes, e a ocasião, doravante advinda, de sua execução. Com isto, aquele que pronuncia uma exortação ainda não está dizendo explicitamente que a futura ação de seu auditório tornou-se contingente para ele, nem que teme que se possa negligenciar a realização desta sua expectativa. Por conseguinte, se partimos da hipótese de que, nos discursos sobre a morte de Marat, os representantes dos *sans-culottes* estavam conscientes da oportunidade que se lhes oferecia para levar a Planície e a Montanha a instituírem o terror – até então por eles recusado enquanto meio político –, um dos maiores interesses de nossa interpretação consistirá em mostrar como, sob a superfície do discurso de invocação, ocultam-se as divergências de interesse entre orador e auditório e, assim, a pressão política que se exerce em qualquer forma de persuasão. Quando a Sociedade republicana de Tonnerre, em seu pronunciamento de 23 de julho, chama os parlamentares a quem se dirige de “mandatários do povo”, e Marat, nas primeiras frases do texto, é pranteado como membro da “representação nacional” e “amigo do povo, intrépido defensor de seus direitos”, já estão assentadas as bases para um ato de fala de *invocação exigente*. Na verdade, os deputados vêem-se lembrados de terem assumido *compromissos* para com o povo e também para com a dignidade da nação ao aceitar uma cadeira no Parlamento; trata-se, agora, de cumprir tais compromissos uma vez que o assassinato de Marat atinge tanto o povo, de quem ele se dizia amigo, quanto a dignidade da nação, da qual era representante.

As exigências dos *sans-culottes* não se esgotavam, contudo, na reivindicação da execução de Charlotte Corday, o que, aos olhos dos parlamentares, já teria bastado para manter o compromisso de que trata o

exórdio. Se é fato que buscavam instituir o Terror, eles precisariam demonstrar que o assassinato de Marat era sintoma e consequência de um complô *coletivo*. A partir do momento em que, da aceitação ou recusa dessa tese dos *sans-culottes* dependia a amplitude de seus compromissos – pena de morte para a assassina ou instituição do Terror –, o desenvolvimento se introduz por uma frase na qual se cruzam os pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoas do plural, conjurando a unidade do povo e de seus parlamentares:

Uma arma liberticida privou-nos de *vosso* digno colega, uma mulher... um monstro serviu de instrumento para a vingança *dos federalistas e de todos os inimigos da liberdade*²⁶.

Nesta afirmação reside o ponto precário do discurso, se o compreendemos como a expressão de uma exigência. A passagem subsequente pode também ser compreendida como função a ser assumida pelos oradores. Na superfície do discurso aparece “a mais profunda indignação”, mas esta formulação tem dificuldade de continuar escondendo o seu caráter ameaçador, em contradição com o consenso oficial:

Marat, covardemente degolado, não mais existe; e seus assassinos, e os cúmplices destes, ainda estão vivos; *conspiradores continuam a ter assento na Convenção nacional...*

O orador ameaça seus ouvintes, advertindo-os de que serão realizados atos desagradáveis se eles próprios não efetuarem as ações que deles se esperam. E o preenchimento dessas expectativas, bem como a aceitação, por parte do auditório, dessa interpretação do assassinato, e a convicção, que daí decorre, da necessidade de se instituir o terror, devem ser *garantidos* por uma alusão: doravante, qualquer deputado que aja de modo diferente será incluído no grupo dos “conspiradores”. O auditório deste discurso vê-se, pois, potencialmente dividido em dois setores, e cada deputado é exortado a mostrar, por seus atos, que não pertence ao lado errado; estar deste lado acarretaria uma consequência que não precisa ser explíci-

26 Os partidários da Montanha e os *sans-culottes* utilizavam pejorativamente o termo “federalistas” para designar os Girondinos porque estes últimos obtinham seu poder político, acima de tudo, do apoio da província.

tamente mencionada nesse momento; ela devia estar presente na mente de todos os parlamentares a partir de 2 de junho, quando os Girondinos foram excluídos da Convenção e, pouco depois, acusados e condenados à morte. Ademais, tal menção explícita teria destruído a tão desejada aparência de um consenso político. Entretanto, no pronunciamento da Sociedade popular de Montauban, do dia 24 de julho, a ameaça vai ser ainda mais clara, em idêntico contexto:

Nós vos pedimos justiça, rápida e severa; de outro modo, ficareis entregues à nossa emoção; pesai bem as consequências.

Garantindo assim, por meio de uma ameaça latente, a recepção desta interpretação do assassinato de Marat, que legitima o Terror, eles asseguravam em grande parte o efeito do trecho principal do discurso, que vinha a seguir: só se os parlamentares vissem esse assassinato como sintoma de um amplo complô, aceitariam sentir-se advertidos e motivados para instituir o Terror, graças à prova que lhes era oferecida; esta prova era que cada progresso da Revolução devia ser pago pelo assassinato de revolucionários, até que os conspiradores houvessem sido afastados²⁷. Havia aí, portanto, um sentido de dar nomes aos grupos de conspiradores (padres, ex-nobres e privilegiados, funcionários públicos suspensos, *brissotins*), enquanto subornadores do povo (em vão) e vítimas potenciais da guilhotina. É, pois, principalmente a ameaça que transforma o saber evocado e interpretado em motivação para a ação, que realiza uma transformação do saber. Só no fim do discurso, a invocação assim curiosamente preparada – pelos três tempos da evocação, da interpretação e da transformação do saber em motivo – vai afirmar abertamente as suas exigências:

Choramos por esse homem virtuoso. (...) Cabe a vós vingá-lo. (...) *Nós o pedimos* em nome da dignidade nacional ultrajada.

27 Ele se dirige, não ao Parlamento como um todo, mas explicitamente aos partidários da Montanha: “Os maus agitavam-se, denegriam a Montanha, diziam alto e bom som que ela só tinha poucos dias de existência”. No entanto, o seu efeito pode estender-se a todos os membros da Convenção, já que a Planície também tinha sido exortada a provar sua determinação revolucionária tomando medidas contra os conspiradores, e a mostrar, com isto, sua fidelidade à “virtude perseguida” encarnada pela Montanha.

Sua força de persuasão reside na tensão entre os grupos designados por “nós” e “vós” – os *sans-culottes* e os Convencionais –, tensão esta que só poderia ser resolvida se acontecesse aquilo que os *sans-culottes* estavam esperando. É claro que os referentes dos pronomes pessoais podem *ainda* ser definidos em relação ao seu sentido do começo do discurso, quando se tratava de conjurar a unidade. O que significa que não se fica obrigado a recusar a este pronunciamento o seu caráter de discurso epidíctico, correspondendo a uma situação institucionalizada de consenso, mesmo que seja interpretado como a expressão de uma exigência fundada numa ameaça.

Também nas frases de transição para a exigência final (“pedimos...”) é sensível esse esforço para moderar o tom ameaçador do discurso, necessário para garantir o seu efeito. A fórmula premente (“é mais que hora de”) é abrandada pelo fato de os atos que se exigem dos parlamentares serem atribuídos a essa superestrutura quase transcendental da Revolução, a partir da qual Robespierre desenvolveu, no início do verão de 1794, o culto do Ser supremo.

Que a lâmina da lei caia, que seus assassinos, e os cúmplices destes, enfim, que todos os conspiradores pereçam, que seu sangue seja derramado para *satisfazer ao espírito do mártir da liberdade*, nós o pedimos *em nome da dignidade nacional ultrajada*.

Essa formulação dissimula o papel dos *sans-culottes* como força atuante no processo de instituição do Terror já que, em seu lugar, são instâncias abstratas – o “espírito de Marat” e a “dignidade nacional” – que estão exigindo satisfação.

Embora a tentativa de interpretação que temos perseguido até agora possa ainda apoiar-se em múltiplas observações de detalhe, queremos interromper aqui a sua exposição e resumir os resultados que ela nos permitiu obter: ao que parece, os *sans-culottes* utilizam o assassinato de Marat como uma ótima oportunidade para exigir que a Convenção satisfaça a inclinação – que os historiadores supõem que eles tivessem – para a radicalização da política revolucionária; esta exigência é apresentada como a realização de um compromisso político (de proteção) que havia sido assumido. Por este prisma, o discurso não rompe com a pressuposição oficial de um consenso entre os grupos representados, por um lado, pelo orador e, por outro, pelo auditório. A realização da exigência em questão deve ser garantida por meio de uma ameaça que aparece apenas velada no

texto, mas que é inequívoca no contexto histórico. Os resultados obtidos até agora podem ser resumidos numa fórmula: “Ameaça de um terror estendendo-se para o interior como condição necessária para a instituição do Terror em direção ao exterior”.

É certo que pelo menos a última passagem deste pronunciamento não se deixa integrar inteiramente à interpretação aqui proposta. Ela contém duas outras exigências sem qualquer ligação evidente com o Terror: que seja decretada a transferência dos despojos mortais de Marat para o *Panthéon*, e que o seu busto seja enviado a todos os “departamentos, distritos e clubes de Jacobinos”. Por que – para alçar-se acima do contexto deste discurso – um “culto espontâneo” efetivamente “se desenvolveu em torno do coração do Amigo do Povo” e se manteve por tanto tempo, se a sua morte só serviu para legitimar “todo tipo de demagogia, de extremismo na Convenção”?²⁸ Por enquanto, fica outra indagação: como se explica o fato de a maioria dos discursos de nosso *corpus*, entre os quais também o Pronunciamento da Sociedade republicana de Tonnerre, conter, como parte central, a análise detalhada e o prognóstico do desenrolar da Revolução, ao passo que nossa interpretação (e certos textos do *corpus*) tende a fundamentar a hipótese de que uma exigência baseada numa ameaça implícita não precisa de tal passagem para poder realizar-se? A necessidade de uma segunda interpretação não decorre pois somente (como se dava a entender mais acima) da insuficiência da premissa psicossocial que fundamentava a hipótese funcional de que nos servimos até agora, mas também de certas inconsistências do resultado até aqui obtido.

4. O Discurso Epidíctico como Mito: O Mito como Negação

Contrariamente a todas as tentativas historiográficas contemporâneas no sentido de descrever o desenrolar da Revolução francesa como uma evolução necessária, que teria ocorrido de acordo com leis que podem ser conhecidas – e, no entanto, sem contradizer essas tentativas –, é preciso levar em consideração a imprevisibilidade do futuro e a contingência nas ações dos outros enquanto experiência fundamental da consciência dos atores da história e, assim, condição preliminar para a interação de encaminhamentos sócio-históricos. Ter vivido esta experiência gera medo e

28 Cf. Furet e Richet, p. 215.

desconfiança que, por sua vez, reforçam o sentimento de contingência que os causou. É preciso compreender, sócio-historicamente, a elaboração de um código binário de comunicação por meio do qual o vivido (*das Erleben*) de um mundo circundante hipercomplexo – e, por isto mesmo, inquietante – pôde ser transposto em experiência (*Erfahrung*) de acordo com as expectativas que emanam da ideologia vigente, bem como do compromisso pouco a pouco assumido de interiorizar esse código e suas regras de aplicação, isto é, a instituição da identidade de campo entre os saberes individuais, como processos destinados a compensar o sentimento vivido da contingência²⁹. Explica-se, assim, o fato de M. Ozouf ter podido reduzir a função das festas revolucionárias à simples fórmula de um “triunfo [...] do sentido desejado sobre o sentido vivido”.³⁰

O código de comunicação binário, como “sentido desejado” – e não como um sentido que os governantes houvessem imposto arbitrariamente –, e cujas elaboração e aplicação se assentam muito mais sobre uma necessidade coletiva, vê-se então constantemente questionado por um “sentido vivido”; no caso, pelos acontecimentos imprevistos e imprevisíveis da Revolução. O discurso epidíctico adquire, assim, uma nova função: a de *negar* dúvidas que o “sentido vivido” suscita no “sentido desejado” ou, em outras palavras, a de demonstrar que o “sentido vivido” pode, por meio do código binário de comunicação, reduzir-se ao “sentido desejado”. O discurso epidíctico é, portanto, um meio de impedir as divergências que ameaçam produzir-se entre o sentido vivido e o desejado, as discordâncias entre o saber do orador e o de seus ouvintes. Por esta perspectiva, pode-se, com F. Koppe, pensar o discurso epidíctico como um *mito*: “No mito, trata-se de ultrapassar os acasos existenciais graças à satisfação de uma necessidade de sentido, nos casos em que de fato não haja lugar para uma ação doadora de sentido”.³¹

29 Para a utilização dos termos “vivido” (*Erlebnis*) e “experiência” (*Erfahrung*), Cf. T. Luckmann. “Aspekte einer Theorie der Sozialkommunikation”, in H.P. Althaus-H. Henne-H.E. Wiegand. *Lexikon der germanistischen Linguistik*, Tübingen, 1973, pp. 1-13; e H.U. Gumbrecht. “De pragmatiek van de Tekst”, *Op.cit.*

30 M. Ozouf. “La Fête – sous la Révolution française”, in J. Le Goff-P. Nora (org.), *Faire de l'histoire*, III, Paris, 1974, pp. 256-277; p. 266.

31 F. Koppe. *Sprache und Bedürfnis – Zur sprachphilosophischen Grundlage der Geisteswissenschaften*, Stuttgart, 1977, p. 149. Veja-se também a definição semelhante – que, exatamente como a primeira formulação, lembra a definição de mito de A. Jolles – à página 155: “O discurso mítico está relacionado com situações de necessidade de um gênero particular, como a situação de quem se vê às voltas com contingências irrevogáveis, estando o sentido aí ausente, bem como a capacidade de triunfar desta situação”.

Em nosso discurso, as questões levantadas pelo assassinato de Marat, enquanto evento vivido, são as seguintes: Marat era realmente o grande revolucionário, o Amigo do povo, tal como o consideravam os *sans-culottes*, retomando o que ele afirmava a respeito de si próprio, e que a Montanha havia apoiado, não sem interesse político e tático?³² O evento do assassinato de Marat era compatível com os modelos de sentido interiorizados pelos *sans-culottes*, deduzidos do código de comunicação binário? O desenvolvimento posterior da Revolução corresponderia realmente às necessidades originadas pela coalizão do verão de 1793 entre a Planície, os *sans-culottes* e a Montanha? Se considerarmos que o “Pronunciamento dos membros da Sociedade republicana de Tonnerre” tem a função de responder a tais questões e, portanto, de negar dúvidas; se o compreendermos como um mito convocado para satisfazer uma necessidade de sentido, este texto adquirirá, então, uma estrutura inteiramente diferente da que era fornecida por sua interpretação como invocação exigente. Os três parágrafos de introdução, anteriormente interpretados como forma de lembrar aos deputados um compromisso por eles assumido anteriormente; como a *interpretação* do assassinato de Marat que explicita o conteúdo deste compromisso, e como uma ameaça que levasse à admissão desta interpretação, aparecem agora como uma unidade, uma *primeira refutação de dúvidas* suscitadas pelo assassinato de Marat e, de certo modo, como a exposição de temas que os parágrafos seguintes devem apresentar mais detalhadamente.

Pode-se também entender esta introdução como uma sequência de atos de fala interrogativos sob a forma de um discurso afirmativo; a necessidade da forma interrogativa se explica pela função específica do discurso epidíctico: ele não deve conter questões abertamente formuladas porque não deve, sendo reconhecido como saber divergente, gerar um novo consenso entre oradores e auditório; pelo contrário, ele quer impedir tal divergência. Assim considerada, a evocação do assassinato de Marat como um ataque ao povo e à dignidade do Parlamento é uma pergunta sobre a *grandeza histórica* do revolucionário Marat (terá ele sido realmente o Amigo do povo e o representante dos mais altos valores da nação?); a interpreta-

32 Marat havia sido acusado pelos Girondinos, perante o tribunal do povo, em abril de 1793, de ter insuflado, através de cartas, os clubes jacobinos de província contra os deputados moderados. Depois de sua absolvição, que é sempre citada nos “discursos de apoteose” como prova de sua “santidade” revolucionária, a Montanha tirou proveito deste ataque contra o amigo do povo para aumentar ainda mais o fosso que se abria entre Girondinos e *sans-culottes*, o que acabou culminando com a exclusão da facção girondina da Convenção.

ção do crime como sintoma e consequência de um complô contra a liberdade é uma pergunta sobre a *possível aplicação dos modelos de sentido interiorizados* a este evento relativo a Marat (terá sido o seu assassinato efetivamente a expressão de uma ampla conspiração?); e a menção indignada à sobrevivência dos conspiradores é uma pergunta sobre o *desenvolvimento posterior da Revolução* (será que ela vai-se desenvolver de fato como realização progressiva do que é exigido pelos *sans-culottes*?).

Por esta perspectiva interpretativa, os dois parágrafos seguintes do discurso têm a posição e a função de *respostas* à primeira e à segunda perguntas, ambos são mito, no sentido referido mais acima. A “pergunta” sobre a grandeza histórica de Marat encontra resposta numa especulação de filosofia histórica: se é verdade que se pode considerar como uma lei da história que as “épocas memoráveis” da Revolução devem ser sempre “pagas” com a morte de um revolucionário – como a execução do rei pelo assassinato de Le Peletier, já canonizado mártir no verão de 1793 –, então a *grandeza de Marat* era provada pela “purificação” da Convenção que precedeu sua morte, e pela elaboração de uma nova Constituição. É justamente a resposta a esta pergunta que impera nos Discursos de apoteose que não incluímos em nosso *corpus*. A afinidade entre esses discursos e as vidas de santos explica-se, em boa medida, pelo caráter de resposta que é comum a ambos: a vida de um santo nega, quanto à santidade do servidor de Deus, as dúvidas que o advogado do diabo possa levantar durante o processo de canonização³³.

A interpretação aqui proposta para a quarta seção do texto, como resposta à primeira interrogação, parece contraditória na medida em que esse parágrafo começa com uma pergunta:

As épocas memoráveis da Revolução serão então sempre marcadas por eventos funestos e desastrosos?

Poder-se-ia objetar que esta pergunta tem caráter retórico: na verdade, as perguntas retóricas sempre se limitam a introduzir sua própria

33 Cf., do mesmo autor, “Die Identität des Heiligen als Produkt ihrer Infragestellung”, in O. Marquard-K. Stierle (org.), *Konstitutionsformen der Identität. Poetik und Hermeneutik*, vol. III, München, 1978. Para fundamentar nossa afirmação, podemos citar a fórmula introdutória, dirigida a Marat, do discurso de apoteose de 1.º de setembro de 1793: “Escuta a interpelação de antigo tribunal deste povo: quem quer que sejas, presta contas à pátria de teus atos. Que fizeste do tempo e da vida? A lei te interroga, a pátria te escuta, a verdade te julgará”.

resposta. Mas vamos dar um passo adiante: um orador que pode se permitir fazer perguntas demonstra “mais competência”³⁴ com relação a seu auditório, de modo que a pergunta que inicia a quarta seção do discurso deve ser posta, funcionalmente, no mesmo nível que a fórmula de introdução da quinta seção, que enfatiza o caráter afirmativo do discurso epidíctico como mito:

Sim, cidadãos representantes, nós o sabíamos, estava sendo tramado um grande complô contra a liberdade, circunstâncias diversas, relacionadas entre si, persuadiram-nos de que ele estava para eclodir.

Ambas as formulações apresentam passagens do texto na função de “resposta”, ao passo que as víamos como “ameaças” quando o texto estava sendo interpretado como uma exortação.

A “pergunta” a que esta quinta seção vem responder diz respeito à possível incorporação do assassinato de Marat, enquanto “sentido vivido”, ao “sentido desejado” que decorre do código de comunicação institucionalizado. Os resultados do uso deste código, já propagados há alguns meses, vão ser apresentados como experiências que tornavam previsível a morte de Marat (“circunstâncias diversas, relacionadas entre si, persuadiram-nos...”). Trata-se de interpretar ataques políticos contra a Montanha como calúnias e ameaças de morte, e interpretar a expulsão dos Girondinos como uma tentativa bem sucedida de rejeitar uma corrupção por parte do povo. Aqui, o que prova a conformidade entre sentido vivido e sentido desejado é a alegria dos Girondinos (federalistas) no momento da morte de Marat. Assim se encerra o quinto parágrafo.

Falta, no texto, uma terceira resposta: a que se refere ao desenvolvimento posterior da Revolução. O Parlamento – e o *Comité de Salut public* – é convocado a construir esta resposta por meio de atos, através da instituição do Terror e da canonização de Marat como santo revolucionário. Nesta segunda interpretação, os pronomes pessoais (“Nós choramos por Marat; cabe a vós vingá-lo”) não representam mais a relação tensa entre grupo orador ameaçador e grupo ouvinte ameaçado, mas sim a relação entre quem pergunta e quem é exortado a responder; o Terror aparece

34 Segundo D. Ingeschay. “Pragmatische Form und lyrische Besetzung – Zur Konstitution von Ballade und Testament bei Deschamps und besonders Villon”, in H. U. Gumbrecht (org.), *Sozialgeschichte und Literatur des Spätmittelalters*, Heidelberg, 1978.

como um meio de capital importância para *banir a contingência do futuro* e o medo que dela resulta. Mas também devia ser, juntamente com a canonização de Marat, *confirmação* do saber apresentado no discurso. Esta segunda necessidade – cuja realização devia ser provocada pela *exortação para responder através de atos* – que encerra o discurso, pode ser reconhecida se consideramos que a negação das dúvidas do grupo do orador só se efetivava porque os deputados destinatários do discurso manifestavam o seu assentimento calando-se³⁵, consolidando, assim, a validade continuada do saber institucionalizado. Entretanto, só executando as conseqüências deste saber e de sua aplicação ao “sentido vivido” – isto é, pondo o Terror na ordem do dia³⁶ –, eles estariam efetivando, através de uma *confirmação ativa*, sua plena contribuição à estabilização do saber.

O problema metodológico central da segunda interpretação, aqui concluída, consiste no fato de ela depender totalmente da legitimidade da aplicação de uma tese sócio-psicológica (qual seja: “o estabelecimento de códigos de comunicação institucionalizados, sendo o saber por eles produzido igualmente institucionalizado, elimina o medo do futuro”) à realidade histórica extratextual do verão de 1793; em outras palavras, esse problema reside na dificuldade de tornar manifesto o caráter de resposta e de refutação de dúvidas desse texto, lançando mão de seus fenômenos de superfície. Já nos referimos às fórmulas introdutórias do quarto e do quinto parágrafo do discurso, em que aparece esta função. Também digna de nota é a primeira frase da peroração, de resto exortativa, que se lê como resumo da confirmação, realizada pelo mito, do saber interiorizado pelos ouvintes:

Choramos por um franco republicano; tudo contribui para convencer-nos do quanto é legítima a nossa dor...

Mas retomemos outros textos do *corpus* no sentido de ampliar a evidência da validade da interpretação que estamos propondo. O medo do futuro e o desejo de banir este medo são visíveis quando se diz que se veio

35 Com relação à função de confirmação do silêncio mantido, Cf. H. Geissner. “Ist Schweigen Gold?”, in *Reden und reden lassen*, Stuttgart, 1975, pp. 183-198; e R.D. Laing. *The Self and the others*, 1961. A tese defendida aqui também está de acordo com o que diz H. Blumemberg acerca da função estabilizadora da apresentação retórica da identidade: “Approccio antropologico all’attualità della retorica”, in *Il Verri* (1973), pp. 49-72; p. 60.

36 Cf. o título de capítulo in A. Goodwin, *Die französische Revolution*, p. 135.

a esta “digna assembléia” para buscar “alívio”.³⁷ Os oradores não queriam somente aproveitar a morte de Marat para levar a Convenção a satisfazer o pretenso desejo de terror dos *sans-culottes*; na verdade, certos discursos concluem-se simplesmente pela proposta de canonização de Marat, sem que se tenha exigido a punição da assassina e de todos os suspeitos³⁸. É comum ver-se evocado um decreto parlamentar segundo o qual os grandes franceses não podem ser transferidos para o *Panthéon* imediatamente após a sua morte³⁹; as pessoas então se insurgem, muitas vezes por vias tortas, contra tal decreto. O sentido da argumentação desses discursos *fúnebres* pode até mesmo ser invertido sob o efeito da função de confirmação do sentido: deixam de mostrar-se, assim, como uma tentativa de provar a coerência do sentido “desejado” e do assassinato semeador de dúvidas, mas dão a esse evento o valor de confirmação de um saber interiorizado, confirmação útil e necessária para a Revolução pois supõe a transformação de tal saber em atos:

Sempre que os seus projetos são *ignorados*, eles imolam algumas vítimas a seu furor; mas tão logo se fica *sabendo* de sua intenção criminosa, *tu te levantas, grande povo... Sim, Marat, tua morte será útil à Pátria*.⁴⁰

Concluimos a série de argumentos destinada a fundamentar nossa segunda interpretação com aquela que talvez seja a mais forte citação nesse contexto. Trata-se do “Pronunciamento dos *sans-culottes* republicanos de Amboise”, datado de 6 de agosto de 1793, em que se evidencia que não era somente – ou principalmente – a destruição física dos pretensos “contra-revolucionários” que o momento exigia, mas que o terror deve ser entendido

37 Pronunciamento do cidadão Callières de l'Étang, p. 33, vol. 69.

38 Cf. os seguintes textos de nosso *corpus*: vol. 68, pp. 709-ss.; vol. 69, p. 33 (cidadão Callières de l'Étang); vol. 70, p. 181; vol. 70, p. 338; vol. 72, pp. 233ss. Afinal, o corpo de Marat acabou sendo levado para o *Panthéon* em setembro de 1794 (enquanto eram dali retirados os despojos de Mirabeau); entretanto, foi exumado pouco depois. Cf. P. Leuschner, “Jean-Paul Marat”, in T. Schabert, *Der Mensch als Schöpfer der Welt*, München, 1971, pp. 141-167; especialmente p. 142.

39 Cf. os seguintes textos de nosso *corpus*: vol. 68, pp. 709ss.; vol. 69, p. 154; vol. 70, pp. 233ss.; vol. 74, p. 88. Nos trechos que se referem a esta proibição, o que é consagrado à memória de Marat, como o mais digno – e o menos comprometedor – dos panteões é “o coração dos franceses”.

40 Vol. 70, p. 338.

como decorrência de uma necessidade de reprimir a liberdade de opinião, que amplia a contingência, e de estabilizar, assim, um saber social unitário:

Expulsai de vosso seio aqueles dentre os vossos membros que *manifestem sentimentos contrários ao espírito da Revolução*, e não temei ferir a liberdade de opiniões: *esta liberdade não significa dizer o que se pensa*, mas sim pensar e fazer o bem⁴¹.

No período do Terror, a Revolução renunciava à liberdade de opinião, portanto à realização já efetivada de uma das promessas capitais da emancipação burguesa. O discurso epidíctico, na função que agora descobrimos para ele, vinha substituir um debate político orientado para um consenso, e isto no intuito de compensar o medo do futuro: "Não se representa a complexidade – personifica-se a evidência".⁴²

5. O Discurso Epidíctico como Cerimonial de Grupo

É comum atribuir-se ao discurso epidíctico – mais por associação do que por análise – uma função de *estabilização dos grupos*⁴³. Depois de ter visto como ele confirma um saber social, banindo assim o medo do futuro, seria lógico retomarmos este lugar-comum para fazer dele uma espécie de coroamento de nossa tentativa de reconstrução. Assim procedendo, porém, estaríamos esquecendo um problema teórico central da análise do discurso epidíctico. Aquele que talvez seja o mais importante axioma das pesquisas sobre a comunicação nos impõe a distinção entre o aspecto do *conteúdo* e o da *relação* dos processos de comunicação. Supõe-se, aí, que o plano do conteúdo se constitui principalmente por meios *digitais* (línguas naturais e artificiais) e o plano da relação, por meios *analógicos* (expressão corporal e fala)⁴⁴. Destas hipóteses, baseadas em observações empíricas, deduz-se

41 Vol. 70, p. 338. Vale observar que esta noção está fortemente apoiada no pensamento de Jean-Jacques Rousseau, especialmente na noção de "virtude", por ele definida como a conformidade das vontades particulares à vontade geral. A este respeito, veja-se a excelente análise de R. Koselleck, in *Kritik und Krise*, 1959. Cf. à trad. francesa, *Le Règne de la critique*, Paris, Éd. de Minuit, 1979, p. 137, nota 55. (Nota da Tradutora)

42 J.E. Schlanger. "Théâtre révolutionnaire et représentation du bien", p. 281.

43 Cf., por exemplo, Schlanger, p. 281, e a formulação de M. Ozouf, citada na nota 15.

44 Cf. P. Watzlawick-J.H., Beavin-D.D., Jackson, *Menschliche Kommunikation – Formen, Störungen, Paradoxien*, 4.^a ed., Bern, 1974, pp. 61ss.

uma conclusão aparentemente desastrosa para a análise funcional do discurso epidíctico: “Onde quer que a relação se torne o tema principal da comunicação, a comunicação por códigos digitais perde quase toda a sua importância”.⁴⁵

À primeira vista, seria então teoricamente ilegítimo atribuir funções, no plano relacional, a uma comunicação que ocorreu no passado e da qual só o conteúdo chegou até nós. Diante do material histórico concreto, poderíamos retorquir que provamos haver necessidade de verbalizar, e que a função dos discursos sobre a morte de Marat era a de exigir algo e refutar dúvidas; e que, por esta razão, poder-se-ia supor a função de estabilização dos grupos como sendo uma função concomitante mesmo que, por si mesma, não precisasse de verbalização. Já que uma função concomitante não pode ser o ponto de partida para uma análise estrutural de um texto do passado, e de acordo com nosso interesse sistemático, vamos nos perguntar se existem circunstâncias nas quais a estabilização de uma relação deva realizar-se por e no *medium* da linguagem – e isto equivaleria a dizer: pelo discurso epidíctico. Com isto, vamos buscar também resposta para uma pergunta que ficou em aberto nos trabalhos de Ozouf e Schlanger: as razões da “redundância” das festas revolucionárias, de seu caráter “tagarela”.

Extraverbalmente, relações sociais podem ser estabilizadas por meio de um *cerimonial* ou, mais exatamente, pela obediência a uma regra cerimonial:

Uma regra cerimonial define um comportamento relativamente a coisas consideradas secundárias ou sem importância, e cuja principal significação, em todos os casos, é oficialmente um meio convencional de comunicação; por este meio, exprimimos nosso próprio caráter ou a opinião que temos do valor dos outros participantes em dada situação⁴⁶.

45 *Idem*, p. 64.

46 E. Goffman. “Über Ehrerbietung und Benehmen”, in *Interaktionsrituale – Über Verhalten in direkter Kommunikation*, Frankfurt, 1971, pp. 54-105; p. 61. Ao lado do aspecto aqui evocado das festas em memória de Marat como *cerimonial* (homenagem prestada em comum a um objeto ou a terceiros), poder-se-ia também descrever, segundo Goffman, a troca que se opera sempre entre os oradores e seu público como um *ritual* (confirmação recíproca de uma relação), igualmente eficaz no plano das relações sociais. Cf. “Der bestätigende Austausch”, in *Das Individuum im öffentlichen Austausch*, Frankfurt, 1974, pp. 97-137.

No cerimonial, os membros de um grupo levam uns aos outros a se conscientizar, por exemplo, da identidade ou da similitude de seu “caráter”, tal como ele se expressa através da obediência a uma regra ritual. O desejo de semelhante experiência vivida pelo grupo vai certamente motivar também a exortação, que encerra boa parte dos discursos de nosso *corpus*, no sentido de se instituir um culto a Marat: “A imagem desse homem virtuoso será, para nós, objeto de *veneração*”. É a serviço deste desejo que estão a pirâmide ornada de crepe e a urna vazia (“que deverá conter as cinzas de Marat”) que figuram no início e no fim do cortejo fúnebre da Sociedade popular de Langres⁴⁷; é também ele que inspira o Parlamento e a Comuna quando declaram querer embalsamar e expor publicamente o corpo de Marat, bem como o famoso quadro de David⁴⁸. Mas a necessidade de objetos possibilitando um cerimonial ainda não explica a premente necessidade de verbalizar; ainda não diz por que motivo, por exemplo, a pirâmide da homenagem fúnebre de Langres era ornada por essas três inscrições:

- Ao espírito de Marat, verdadeiro amigo do povo.
- Cidadãos, deveis vingar a honra de vosso sexo e a da república.
- Não nos importemos com o que eles fazem; eles porão a própria cabeça no cadafalso.

Essas verbalizações fazem parte da encenação de uma festa cujo objetivo primeiro não é, como nos discursos fúnebres do Parlamento, expressar uma exigência ou confirmar um saber social. Se, no entanto, aqui e nas demais festas “tagarelas” da Revolução, os meios de comunicação puramente analógicos são sempre completados pelos digitais, fica claro que o motivo da verbalização já reside no *tipo de relação que deve ser estabilizada*: trata-se de uma relação em que os indivíduos concebiam-se como iguais, e é efetivamente a exigência de igualdade que parece ter tornado necessárias as verbalizações que acompanham o cerimonial de grupo. O fato de a

47 Cf. a descrição dessa festa nos *Archives parlementaires*, pp. 589ss, vol. 69.

48 Cf. o relatório detalhado que David fez para o Parlamento(!) sobre os problemas técnicos criados pela exposição pública do cadáver de Marat, em função de sua decomposição (vol. 69, p. 49), e a ordem que lhe foi dada, de forma patética, para que pintasse um quadro representando o amigo do povo assassinado (p. 710, vol. 69): “Pega teu pincel, ainda tens que fazer um quadro...”.

historiografia moderna ter há muito desmistificado essa exigência de igualdade como uma falsa aparência ideológica não representa, em absoluto, uma objeção a esta tese. Na verdade, tal exigência foi absolutamente levada a sério no próprio momento histórico.

R.D. Laing mostrou que, dentre todas as relações sociais, a relação de grupo entre iguais representa um tipo particularmente instável⁴⁹. Ela, e provavelmente só ela, precisa, para subsistir, de um tamanho esforço de comunicação que fica difícil produzi-lo na comunicação extraverbal; esta é a razão do discurso epidíctico, e vamos desenvolver esta hipótese. Se, como diz Laing⁵⁰, a única “razão de ser” pensável de uma relação de grupo entre iguais é *um perigo exterior ao grupo*, o começo e o fim do discurso têm a função de tornar este perigo evidente para todos os membros do grupo: na evocação inicial, o assassinato de Marat é interpretado como um sintoma pondo em risco a revolução daqueles que a expõem; a exortação final no sentido de se instituir o Terror pode, como demonstramos, ser compreendida como uma exortação para uma confirmação ativa desta interpretação. Assim, em nossa terceira perspectiva, fica claro que a ação exigida não deve apenas contribuir para estabilizar o saber interiorizado pelos *sans-culottes*, mas também para reforçar seu sentimento de grupo através da confirmação de um perigo externo.

No entanto, a ameaça externa que se evidencia pelo assassinato de Marat atua, por seu turno, como a justificativa para um *terror voltado para o interior*: “A estabilidade do nexos é o produto do terror gerado em seus membros pela ação (violência) exercida pelos membros do grupo uns sobre os outros”.⁵¹ Se, em nossa primeira interpretação, a ameaça de uma violência interna surgia simplesmente como um meio para se obter a concretização do terror voltado para o exterior – pretensamente desejado pelos *sans-culottes* –, agora, o terror dirigido para o exterior passa, inversamente, a legitimar, através de atos, o exercício do terror voltado para o interior do próprio grupo.

Pode-se, agora, encontrar também uma nova explicação para a maneira estranhamente velada pela qual é articulada essa ameaça dirigida

49 R.D. Laing. “Nós e eles”, in *A Política da experiência*, 1967. Tradução brasileira, Petrópolis, Vozes, 1974, pp. 59-75.

50 *Idem*, pp. 66ss.

51 *Idem*, p. 67. Naturalmente, o Terror revolucionário representa apenas uma das inúmeras formas de terror consideradas por Laing.

ao interior. Laing descreve como condição necessária ao terror interno “o direito a proporcionar ao outro proteção contra a minha violência, se ele for leal a mim”.⁵² O orador deve, então, *fazer alusão à possibilidade de um terror* voltado para o interior, mas *retirá-la* quase imediatamente, para o caso de os seus ouvintes ainda não terem violado as regras da lealdade. O caráter alusivo das ameaças deve-se, pois, à necessidade paradoxal de demonstrar aos ouvintes que é ao orador que eles devem a proteção de que gozam contra a própria violência deste orador. Se, no entanto, os parlamentares expressam sua exigência de instituir o Terror, sua ameaça, então generalizada, dirige-se a todos os franceses e se torna mútua.

Se, enfim, encaramos, com Laing, a manifestação de uma *preocupação mútua* como meio de estabilização dos grupos, complementar à ameaça de terror dirigido para o interior,⁵³ compreendemos também a função da evocação da Montanha no discurso de 23 de julho de 1793:

Aqui especialmente os maus se agitavam, denegriam a Montanha,
diziam alto e bom som que ela só tinha poucos dias de existência...

Pela perspectiva deste trecho, a exortação à vingança que encerra o discurso é uma prova da preocupação e da prevenção dos *sans-culottes* com relação aos parlamentares radicais; em contrapartida, se aproximamos o fim do discurso da fórmula “a Montanha tutelar”, dirigida exclusivamente à esquerda da Convenção, então a exigência final do terror oferece a todos os parlamentares a oportunidade de manifestar sua preocupação com o bem-estar dos *sans-culottes* e, com isto, a sua solidariedade de grupo.

Resumindo: se é fato que a relação de grupo entre pretensos iguais – que é um tipo particular de relação social – só pode subsistir se a relação dialética entre perigo externo e terror interno (completado pela demonstração da preocupação mútua) for constantemente tornada presente, pode-se compreender que as formas extraverbais do cerimonial exijam o suporte de discursos epidícticos, uma vez que a estabilização de um grupo faz parte de suas funções. Assim, esclarece-se também a razão da “verbosidade” das festas revolucionárias tal como elas se mostram a seus intérpretes,

⁵² *Idem*, p. 71.

⁵³ *Idem*, p. 67.

com as inscrições de homenagem mas também de ameaça da pirâmide fúnebre⁵⁴.

O que evocamos até aqui como dialética do terror interno e do terror externo poderia também ser descrito, em outra terminologia, como uma única ameaça de terror, dirigida a tudo o que cerca o grupo (ou o sistema) quando as fronteiras do sistema ainda não estão estabelecidas. Neste caso, ela não se dirige a membros pouco confiáveis do grupo (interior) e a inimigos do grupo (exterior), mas de maneira absolutamente geral a “tudo o que potencialmente cerca o sistema”; a ausência de delimitação do sistema deveria aparecer, então, precisamente como o que permite que este discurso produza efeito. Cada ouvinte deve sentir-se ameaçado pela possibilidade de uma delimitação estrita do sistema, e sentir-se assim motivado para submeter-se sem restrições ao grupo. Neste texto, a indeterminação dos limites do sistema se manifesta pela inconstância dos referentes dos pronomes “nós” e “vós”.

6. Há Funções Meta-Históricas do Discurso Epidíctico?

Não se pode naturalmente fixar em definitivo o lugar sistemático do discurso epidíctico no universo do discurso exclusivamente a partir da interpretação de alguns exemplos do gênero que, ademais, pertencem à mesma situação histórica. Podemos apenas formular hipóteses que poderão servir para um estudo diacrônico. No entanto, ter chegado a tais hipóteses não é um resultado negligenciável, tendo em vista as dificuldades metodológicas inerentes à análise do discurso epidíctico referidas mais acima.

Precisamos, antes de mais nada, avaliar o estatuto particular do resultado de nossa interpretação. Em três percursos, elaboramos três hipóteses funcionais: o discurso epidíctico foi reconhecido como *exortação*, como

54 Encontram-se também na descrição, baseada em documentos históricos, da festa da “Inauguração da Consolidação da República” (10 de agosto de 1793), exemplos da associação entre o cerimonial extra-verbal e o discurso epidíctico, entre a festa da nova igualdade e a ameaça generalizada do Terror. In: G. Pillement. *Paris en fête*, Paris, 1972, pp. 221-228. Vejam-se, por exemplo, estas palavras de um participante no momento de levantar um cálice contendo a “água da igualdade”: “Que estas águas puras sejam para mim veneno mortal se tudo o que me resta de vida não for dedicado a exterminar os inimigos da Igualdade, da Natureza e da República”; a pirâmide, simbolizando o Antigo Regime, incendiada pelo presidente da Convenção; e a enorme escultura que representava o povo francês esmagando o federalismo.

refutação de dúvidas quanto a um saber interiorizado (mito) e como meio de estabilização de uma relação de grupo entre pretensos iguais. Trata-se de interpretações de mesmo valor, justapostas umas às outras? Ou pode-se pôr as três camadas de estrutura que derivam das três hipóteses em relação recíproca, de tal modo que o lugar do texto na vida apareça como sendo relativo a um feixe de funções?

Se adotamos, por exemplo, o ponto de vista da teoria sociológica dos sistemas, a segunda e a terceira função do texto aparecem como equivalentes e as estruturas de texto a elas correspondentes como compatíveis. Os sistemas sociais, grupos políticos ou coalizões, por exemplo, encontram sua coesão na medida em que se distinguem do que cerca o seu sistema. Para contribuir no sentido de uma estabilização desta fronteira entre o sistema e aquilo que o cerca, confirmar convenções de formação do sentido – convenções segundo as quais um grupo age sobre e reage ao mundo extremamente complexo que está a seu redor – pode ser tão eficaz quanto despertar a consciência de grupo através de uma ameaça de terror voltada para o exterior ou para o interior. O primado de uma ou outra dessas funções equivalentes depende do quadro teórico escolhido. Para a psicologia, a identidade dos setores de saber publicamente evocados seria um meio de sobrevivência para um grupo, ao passo que a teoria dos sistemas interpreta a consciência de grupo como a condição preliminar para a aceitação e conservação de certas convenções na formação do sentido.

A partir daquelas funções do discurso, não se pode mais, como se faz habitualmente na historiografia da Revolução, atribuir um “desejo de terror” apenas a um dos grupos sociais que formavam a coalizão revolucionária do verão de 1793. Tampouco o “império do medo” vai se mostrar como uma concessão política feita pela Convenção e pelo *Comité de Salut public* aos *sans-culottes*. Sua aliança devia-se a um interesse compartilhado por todos esses grupos que precisavam convencer-se, *mutuamente*, da existência de um perigo externo que representaria a razão de ser de sua associação, e deduzir daí a justificativa das ameaças que *uns dirigem aos outros*. Assim considerados, o terror bem como as festas e discursos que o expressavam eram, na verdade, globalmente, um “programa nacional de intimidação”.⁵⁵ Ao que parece, era menos importante – ao menos por este prisma – saber que elemento assumia o papel de exortador ou o de executor nessa empresa de interesse coletivo.

55 M. Ozouf. “La fête – sous la Révolution française”, p. 273.

É precisamente por esta razão que nossa primeira interpretação do texto como expressão de uma *exigência* não é compatível com as duas outras interpretações posteriores. No entanto, ela não deixa de ter legitimidade, no contexto do encaminhamento a que corresponde. Insere-se numa historiografia que considera certas “necessidades” ou “desejos” como dados – fundamentando-os, por exemplo, numa mentalidade de grupo –, e que descreve as interações políticas a partir desta base não questionada. Uma análise de texto que se atenha a este plano perde, contudo, a possibilidade de passar do “como” ao “por que”, da descrição da instituição do Terror à compreensão desta última a partir de necessidades sociais; renuncia a trazer à luz as condições não-explicitas e, sem dúvida, não tornadas conscientes, das ações passadas⁵⁶.

Assim, a resposta à pergunta feita sobre o lugar sistemático de nossa interpretação, no que diz respeito à primeira proposição, é *a priori* negativa. É precisamente quando se parte de uma concepção fundamental da historiografia da Revolução, que exclui a situação de comunicação do discurso epidíctico – isto é, a identidade entre o grupo dos ouvintes e a do orador quanto aos setores de saber evocados –, que o texto se apresenta como a expressão de uma exigência. Partindo de tal premissa, a interpretação pode imputar a qualquer texto inserido em semelhante situação de comunicação uma intenção calada por parte dos oradores, e a diversidade dos atos de fala destinados a ser “desmascarados” não mais se reduz ao da “exigência”. Neste caso, as razões do pretenso consenso – que deve sempre ser compreendido como uma falsa aparência – só podem ser encontradas fora da situação de comunicação.

Se, ao contrário, propomos a refutação de dúvidas relativas ao saber interiorizado pelo orador e pelo auditório como sendo uma função meta-histórica do discurso epidíctico, esse tipo de situação de comunicação, da qual ele próprio diz depender, deve ser levada a sério. Pois, por esta perspectiva, não é sequer necessário que esteja presente um risco de divergência entre os saberes, como na situação histórica particular por nós ana-

56 É exatamente esta a finalidade das reconstruções históricas, finalidade apresentada por J. Rüsen como o novo interesse que orienta o encaminhamento da historiografia social moderna; Cf., por exemplo, “Der Strukturwandel der Geschichtswissenschaft und die Aufgabe der Historik”, in *Für eine erneuerte Historik – Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*, Stuttgart, 1976, pp. 45-54. A possibilidade de uma contribuição das ciências do texto a uma pesquisa histórica assim orientada foi por nós evocada em “Historische Textpragmatik als Grundlagenwissenschaft der Geschichtsschreibung”, in *Lendemains*, 6, 1977, pp. 125-136.

lisada, para que o discurso epidíctico adquira uma função. A simples recusa – própria a todo discurso epidíctico – da possibilidade, presente em qualquer execução pública de atos de fala, de problematizar um certo saber, de ampliar a complexidade do sentido, passa a ser uma contribuição para a institucionalização do saber. Metaforicamente falando: *o discurso epidíctico cerra as aberturas dos sistemas de sentido, aberturas estas que lhe permitiriam evoluir*. A impressão que ele nos dá – qual seja, a de que seu lugar sistemático se encontra entre os textos pragmáticos, orientados para uma transformação do saber, e os textos funcionais, que não dependem de uma função institucional –, advém do fato de que esse discurso epidíctico deve impedir a transformação do saber. É justamente por esta função que lhe é atribuído o seu lugar sistemático dentro do universo do discurso.

Resta saber se o discurso epidíctico deve sempre estar vinculado à demonstração de um perigo externo e à ameaça de uma violência interna. Em termos que lembram a epígrafe deste artigo: se as festas só são belas por evocarem o terror. Seguindo a perspectiva de Laing, só podemos postular uma relação sistemática entre discurso epidíctico e terror no caso de o saber que deve ser estabilizado apresentar como sendo iguais todos os sujeitos que, justamente pela interiorização deste saber, pertencem a um grupo. Em contrapartida, no caso de as relações sociais constitutivas dos grupos serem concebidas como assimétricas, o saber poderia ser estabilizado através de cerimônias meramente extra-verbais *ou* de discursos epidícticos, mas sem evocar necessariamente imagens de inimigos ou sugerir temores de conspiração.

Tradução de Maria Helena Rouanet

Apêndice

*Pronunciamento dos membros da sociedade republicana de Tonnerre, pelo qual exprimem sua indignação diante do assassinato do cidadão Marat e pedem: 1.º) que lhe sejam concedidas as honras do *Panthéon*; 2.º) que suas dívidas sejam saldadas pelo Tesouro nacional; 3.º) que seu busto seja enviado a todos os departamentos, distritos e sociedades populares; ele se apresenta como segue¹:*

Os membros da sociedade republicana com sede em Tonnerre, aos ex-religiosos, à Convenção nacional.

Tonnerre, neste 17 de julho de 1793,
Ano II da República Francesa.

Mandatários do povo,

Acaba de ser cometido um grande atentado, a representação nacional acaba de ser violada na pessoa de Marat, o amigo do povo, o intrépido defensor dos seus direitos.

Uma arma liberticida privou-nos de vosso digno colega, uma mulher... um monstro serviu de instrumento para a vingança dos federalistas e de todos os inimigos da liberdade.

Às manifestações da mais viva dor seguiu-se a mais profunda indignação, e dissemos a nós mesmos: “Marat, covardemente degolado, não mais existe, e seus assassinos, e os cúmplices destes ainda estão vivos, conspiradores continuam a ter assento na Convenção nacional, no seio de uma cidade, berço e muralha da Revolução, em todas as partes da República.

As épocas memoráveis da Revolução serão então sempre marcadas por eventos funestos e desastrosos? A cabeça do tirano cai sob a lâmina

1 *Archives nationales*, Pasta F, n.º 708: *Procès-verbaux de la Convention* (Atas da Convenção), p. 118, Tomo 17.

da lei, e Lepeletier é assassinado; desde então, a República enfrenta diferentes crises, o Senado francês é purgado dos traidores que o maculavam, uma Constituição popular, objeto dos desejos de todo um povo e obra desta Montanha tutelar tantas vezes caluniada, é proposta à aceitação dos departamentos, ela deve consolidar a República, Marat é um dos cooperadores, Marat desmascara os traidores e os hipócritas, e torna-se a sua vítima.

Sim, cidadãos representantes, nós o sabíamos, estava sendo trama-do um grande complô contra a liberdade, circunstâncias diversas, relacionadas entre si, persuadiam-nos de que ele estava para eclodir, que a República estava ameaçada; há alguns dias, a aristocracia erguia a cabeça alta-neira, aqui especialmente os maus se agitavam, denegriam a Montanha, diziam alto e bom som que ela só tinha poucos dias de existência; os padres, ex-nobres e privilegiados, funcionários públicos suspensos e todos os seus vis agentes, reunidos em clube, todos esses *brissotins* que queriam, a exemplo dos departamentos insurgidos, marchar sobre Paris, aderir às suas medidas contra-revolucionárias, condenar a majestosa e salutar insurreiçãõ de 31 de maio, todos esses homens perversos começavam a tirar a máscara do patriotismo, ameaçavam degolar os patriotas, buscavam corromper a opinião pública com promessas de trigo, de dinheiro, com distribuições de pão quando de uma assembléia primária, mas nossos *sans-culottes*, que tantas vezes não têm pão, estão à altura da Revolução, sabem que o desinteresse é uma das primeiras virtudes cívicas, e manifestaram um vivo desprezo por tais ofertas.

Quando foi noticiado o assassinato de Marat, deveríeis ter visto, cidadãos representantes, todos os nossos federalistas agitar-se, aplaudir, insultar nossa dor com demonstrações de uma alegria indecente e descabida, não puderam conter sua satisfação; exprimiram-na dançando.

Choramos por um franco republicano, tudo contribui para convencer-nos do quanto é legítima a nossa dor; choramos por esse homem virtuoso que fez tantos sacrifícios pela liberdade e glória de seu país, choramos por ele, cabe a vós vingá-lo, cidadãos representantes, é a vós que este cuidado está reservado, que a lâmina da lei caia, que seus assassinos e os cúmplices destes, enfim que todos os conspiradores pereçam, que o seu sangue seja derramado para satisfazer ao espírito do mártir da liberdade; nós o pedimos em nome da dignidade nacional ultrajada. É mais que tempo que a Convenção tome medidas enérgicas e vigorosas para extinguir todos os complôs e salvar a liberdade.

Pedimos que as honras do *Panthéon* sejam concedidas a Marat, o amigo do povo, descobrireis assim, cidadãos representantes, do que é capaz a gratidão da pátria:

Que suas dívidas sejam saldadas pelo Tesouro público;

Que seu busto seja enviado a todos os departamentos, distritos e sociedades populares; a imagem desse homem virtuoso será para nós objeto de veneração;

Enfim, que a lei faça justiça com relação a todos os conspiradores e diremos que tereis sido dignos da pátria”.

(Seguem-se 71 assinaturas.)



Capítulo 3

Patologias no Sistema da Literatura¹

Niklas Luhmann, em alguns ensaios, buscou estender seu conceito de “sistema” à arte e à literatura, muito embora esse esforço seja praticamente ignorado pelos críticos literários². Em princípio, tal negligência se explicaria pelo fato de a abordagem de Luhmann pouco contribuir para os problemas fundamentais da crítica literária. Segundo Luhmann, a função da arte é “opor à realidade (familiar, reconhecível por alguém) outra versão da mesma realidade [enquanto] produção da contingência”.³ Trata-se de uma perspectiva surpreendentemente similar à determinação funcional da literatura proposta por Wolfgang Iser. Talvez o mais importante teórico da literatura da geração de Luhmann, o trabalho de Iser desfrutava de prestígio inclusive entre seus pares. Esse autor define a funcionalidade da literatura da seguinte maneira: “Todas as formas que organizam o nosso

1 Muitas das idéias expostas neste ensaio foram desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Siegen, durante o semestre de verão de 1986, sobre a história do código e dos programas no sistema literário. Por textos, idéias e generosidade intelectual, quero agradecer a Andreas Bahr, Paco Caudet, Monika Elsner, Anja Görzel, Claudia Krülls-Hepermann, Thomas Müller, Juan-José Sánchez, Peter-Michael Spangenberg e Dagmar Tillmann-Bartylla.

2 Em particular, estarei trabalhando com o ensaio, “Ist Kunst codierbar?”, publicado in *Soziologische Aufklärung*, vol. 3, Opadlen, 1981, pp. 245-266. Interessante será acompanhar a reação dos críticos literários ao ensaio, “Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst”, in *Stil: Geschichten und Funktionen eines kulturwissenschaftlichen Diskurselements*, Frankfurt, 1986, Hans Ulrich Gumbrecht & Karl Ludwig Pfeifer (orgs.), pp. 620-672; e ao ensaio, “Das Medium der Kunst”, in *Delfin*, 4, 1986, pp. 6-15.

3 Niklas Luhmann. “Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst”, p. 624.

mundo (...) são respostas a problemas que permanecem em alguma medida problemáticos, mesmo quando corretamente solucionados. A literatura se ocupa desses resíduos, que podem ser espaços vazios, deficiências, perdas, destruições e também oportunidades perdidas. Em outras palavras, a literatura se envolve basicamente com o que é deixado de lado pelas formas estáveis do mundo institucionalizado".⁴ Importa observar que a similaridade destas determinações funcionais no que se refere à definição luhmaniana de arte e ao conceito iseriano de literatura não implica necessariamente uma indistinção entre uma e outro. Pelo contrário, tal similaridade revela que o crítico literário não se viu obrigado a generalizar sobre "arte", assim como o sociólogo não buscou ser específico em relação à literatura⁵. Uma vez que não estarei preocupado com a problemática sistêmica da "delimitação" neste ensaio, tal imprecisão é antes bem-vinda. Assim como Iser, estarei tratando da "literatura" de uma perspectiva sistêmica, mas não tratarei da "arte", como Luhmann o faria. E antes de prosseguir, devo esclarecer que, a meu ver, a negligência da crítica literária em relação ao trabalho de Luhmann não se explica por esta imprecisão conceitual.

Críticos literários costumar "amar" a literatura e, por isso, tendem naturalmente a defendê-la. Para tanto, não hesitam em identificar motivos que justifiquem a "necessidade social"⁶ da literatura. Os que compartilham tal perspectiva não podem deixar de assumir uma postura defensiva ao se depararem com a radicalidade dos comentários de Luhmann sobre os debates estéticos contemporâneos: "É chegada a hora da sentença final: a morte. Mas esta também pode ser a hora de revisar as premissas teóricas".⁷ Sem dúvida, os críticos literários não são os únicos a reagir contra tais profecias, mesmo porque é bem mais escandaloso questionar a sobrevivência do próprio sistema da arte no atual processo de diferenciação social. Segundo Luhmann, o problema se encontra nas dificuldades que o sistema da arte enfrenta: como relacionar-se com o passado e permanecer operacional no futuro? Como diferenciar "código" de "programa"? Em suma, Luhmann está tematizando a discontinuidade da autopoesis do sis-

4 Wolfgang Iser. *Das Literaturverständnis zwischen Geschichte und Zukunft*, Sankt Gallen, 1981, p. 20.

5 Niklas Luhmann. "Ist Kunst codierbar?", p. 249.

6 Neste sentido, são sintomáticos títulos como o de Hans Robert Jauss, *Kleine Apologie der ästhetischen Erfahrung: Mit kunstgeschichtlichen Bemerkungen von Max Imdahl*, Konstanz, 1972.

7 Niklas Luhmann. "Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst", p. 661.

tema da arte⁸. Desenvolverei minha abordagem a partir dessas observações, condensadas na provocação contida no próprio título do ensaio: "*Patologias do sistema da literatura*". Não ignoro que se trata de uma metáfora problemática; reconheço inclusive que não é fácil identificar o elemento patológico no sistema da literatura. No entanto, prefiro manter a provocação contida na metáfora, em lugar de substituí-la pela pureza filosófica e a inocência pragmática de conceitos mais usuais.

Tenho dois objetivos ao adotar uma abordagem luhmaniana. O primeiro se relaciona à questão da sobrevivência dos estudos literários. Cada vez é mais difícil definir seu objeto, pois o conceito tradicional que fundamentou a institucionalização da disciplina "literatura" perdeu sua validade. Hoje em dia, praticamente qualquer texto pode encontrar um leitor que o lerá "simplesmente" por prazer, e neste caso tanto o texto quanto o leitor se situam no limite do sistema da literatura. O espetacular êxito de *O nome da rosa* o confirma. Tal mudança não significa que os estudos literários abandonarão Cervantes, Shakespeare, Balzac e Dostoiévski, mas deveríamos aproveitá-la para estimular a discussão sobre o futuro dos estudos literários.

Meu segundo objetivo se relaciona a um método que permita apreender possíveis mudanças no campo dos estudos literários. A exemplo do que fez Luhmann no ensaio, "A obra de arte e a auto-reprodução da arte", apresentarei um esboço esquemático do processo de diferenciação no "*sistema da arte*" (sistema da literatura). No entanto, ao contrário de Luhmann, destacarei as relações entre *função sistêmica* e o desenvolvimento da *codificação sistêmica/programação sistêmica*. Acredito que os problemas relativos ao sistema da arte se originam na diferenciação entre código e programas e são conseqüências indiretas desta função especial. Demonstrar a existência de uma relação "patológica" entre código e programas constituiria contribuição (modesta) à teoria dos sistemas sociais. Ora, uma vez que o próprio Luhmann, por motivos óbvios, tem-se concentrado no estudo do relacionamento da diferenciação sistêmica com a emergência do código, sobretudo através de instâncias bem-sucedidas, a história paralela de um desenvolvimento que, na melhor das hipóteses, talvez termine numa aporia ajudará a identificar as condições favoráveis para uma diferenciação exitosa de sistemas. Numa formulação negativa, esta história esclarece os

8 Ver "Ist Kunst codierbar?" e "Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst".

riscos que tal diferenciação corre. Em resumo, irei focalizar tanto as dificuldades de coordenação entre função e codificação sistêmica quanto os problemas decorrentes de uma diferenciação “infeliz” entre código e programas. Estou empregando o termo “infeliz” na acepção consagrada por Austin.

Nas próximas páginas, contudo, intuições sociologicamente relevantes serão utilizadas como produtos secundários no quadro de referências de um panorama histórico da “Idade Média até os dias de hoje”. E desde já reconheço que este panorama poderá ser considerado superficial pelos especialistas de períodos históricos determinados. Na primeira seção, pretendo concentrar-me na passagem do século XI ao século XII, época em que a poesia provençal dos trovadores estimula a emergência da *função* que caracterizaria o sistema da literatura até o século XX. Trata-se contudo de uma *função* ainda sem código específico. Na seção seguinte, darei destaque à *passagem medial do manuscrito à palavra impressa*. Acredito que nessa mudança encontraremos não somente a origem do fenômeno de “comunicação compacta”, segundo Luhmann o elemento básico do sistema literário⁹, mas também evidências para a estreita relação entre a função do sistema literário e o novo meio. Portanto, durante os séculos XVI e XVII (tema da terceira seção), e, em virtude de sua função específica, uma vez mais a literatura se encontrou exposta ao domínio do *subjetivismo* e da *temporalização*. Desse modo, o caminho para a diferenciação de sistemas ficou bloqueado. Em consequência, ocorreu uma superposição de programas e uma obstrução particular na normalização dos sistemas de operação – conforme demonstrarei na quarta parte. Essa superposição engendrou uma autêntica mania, que é a de definir a unidade da “literatura” através de formulações paradoxais. Na última parte deste ensaio, proporei que tais formulações – aliás, semelhantes aos aforismos de Wittgenstein, segundo os quais a filosofia deve sua existência ao contágio das ambigüidades da linguagem – foram preservadas com fervor crescente na medida em que a *função sistêmica da literatura se revelou cada vez mais precária no presente século*. E a hipótese com que princípio minha argumentação é derivada desta conjectura: o código e os programas do sistema literário chamam a atenção do crítico literário e mesmo do simples diletante para fenômenos que na verdade se encontram num momento de dissolução.

9 Niklas Luhmann. “Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst”, pp. 626ss.

Função (Sem Código)

Os historiadores literários costumam apontar Guilherme IX (1072-1127), nono Duque da Aquitânia e sétimo Conde de Poitiers, como o primeiro trovador. O que não quer dizer que tenha sido o “inventor” do gênero que hoje denominamos “poesia provençal”, gênero associado ao trovador, isto é, a um autor determinado. Guilherme de Poitiers é na verdade o nome mais antigo ao qual, desde os princípios do século XIII, a tradição escrita associou um conjunto de poemas ou ciclos de poemas. Sabemos que devem ter existido trovadores antes de Guilherme e sobretudo, ao tratarmos do período medieval, devemos ter muito cuidado na atribuição de textos a determinados nomes, ainda que esses nomes possam ser atestados através da história “política”. Os medievalistas, desde o surgimento da disciplina no século XIX, têm usado o nome de Guilherme IX como um índice, mediante o qual são pesquisadas filiações ao discurso de seus precursores. Essa estratégia foi sem dúvida bem-sucedida, já que formas textuais foram descobertas tanto em latim medieval quanto na cultura árabo-andaluza que tornaram tal associação perfeitamente plausível. No entanto, a exaltação do caráter inovador da poesia provençal na passagem dos séculos XI e XII, com base nas influências que sofreu, ocorre ao mesmo tempo que se celebra Guilherme de Poitiers como o primeiro trovador. De fato, não seria correto concluir que a busca de precursores foi gerada pela consciência do caráter precário da atribuição autoral e textual típica do período medieval. É mais provável que essa busca seja consequência do (difuso) desejo dos críticos literários de considerar o fenômeno “literatura” e, se possível, também as “formas-originárias” (*ur-forms*) dos gêneros literários como fenômenos meta-históricos.

No limiar do percurso histórico que esboço, será importante analisar textos atribuídos a Guilherme IX, inclusive porque necessito de um ponto de partida para a história do sistema da literatura – e claro para suas patologias. Portanto, dentro dos limites estabelecidos pela nova filologia¹⁰, os textos atribuídos ao nome de Guilherme de Poitiers são os primeiros nos quais pode ser observada a função da “literatura”, tal como descrita por

10 Para uma síntese bem refletida sobre as pesquisas relativas a Guilherme IX, recomendo o ensaio de Michel Zink, “Troubadours et trouvères”, in *Précis de littérature française du moyen âge*, Daniel Poirion (org.), Paris, 1983, especialmente pp. 129ss.

Niklas Luhmann e Wolfgang Iser. Na passagem do século XI ao XII, tal função estava completamente imersa em formas de comunicação socialmente hierarquizadas. E não devemos esquecer que foram estas formas hierarquizadas que determinaram quais textos seriam preservados¹¹. Nos textos de Guilherme IX, assim como nos de outros trovadores, encontramos a consciência de uma especificidade geralmente explicitada na estrofe introdutória e na final¹².

Quero que saibam o valor
Da canção, se de boa cor,
Que elaborei com meu calor:
Neste mister eu levo a flor,
Ninguém me bate,
Irei prová-lo assim que for
Dado o remate.

Conheço bem senso e loucura
Conheço honra e desventura
Já senti pavor e bravura;
Mas se propõem jogo de amor
Não fico atrás;
Escolho sempre o que é melhor
Do que me apraz¹³.

O conceito de *obrador* (oficina) mereceu inúmeros comentários. Ele abre o campo semântico da competência profissional (*mestier*) – empregado no verso, com sentido ainda metafórico – à confecção de canções, uma vez que o termo *vers* sempre alude ao texto destinado a ser vocalizado

11 Para este tópico, ver meu ensaio, "Beginn von 'Literatur'/Abschied vom Körper?", em *Der Ursprung von Literatur*, Gisela Smolka-Koerdt, Peter-Michael Spangenberg e Dagmar Tillmann-Bartylla, München, 1988, pp. 15-50.

12 Em benefício da simplicidade, tratarei o nome Guilherme IX como se estivesse lidando com o nome de um autor moderno, embora reconheça o caráter problemático desta escolha, já que a relação entre gestos auto-referenciais no texto e a identidade do criador do texto permanece muito menos clara do que na época moderna.

13 Citado da edição de Alfred Jeanroy. *Les chansons de Guillaume IX, Duc d'Aquitaine – 1071-1127*, Paris, 1964, pp. 13ss. Tradução brasileira de Augusto de Campos. *Verso, reverso, controverso*, São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 21.

com acompanhamento musical. A qualidade do produto, isto é, da “canção”, demonstra a perícia do artesão, como afirma o final da primeira estrofe. Contudo, a estrofe seguinte sugere que, ao menos neste caso, a canção não se refere a uma habilidade como “outra qualquer”. Pois a canção familiariza o “artífice” com o “bom senso e a loucura”, “honra e desventura”, “pavor e bravura”. Na melhor das hipóteses, esta é uma circunstância na qual as dificuldades de compreensão não podem mais ser transmitidas através de uma única e “correta” interpretação. Suponho que os conceitos contraditórios aqui presentes existam com o propósito de situar a canção no reino do paradoxo. Tal propósito pode estar relacionado ao fato de que a perícia mencionada na primeira estrofe é uma perícia a ser atestada num jogo – recorde-se que o décimo-primeiro verso menciona um “jogo de amor”. Segundo Mikhail Bakhtin, jogos são sempre caracterizados por sua insularidade, ou seja, eles se constituem no cotidiano como enclaves de um “outro sentido”.¹⁴ Ora, uma vez aceita esta definição, posso então sugerir que os conceitos contraditórios associam os aspectos internos e externos do jogo, da “perícia”. A plena realização do jogo visto “de seu interior” se apresenta como sensata, honrada e ousada. Já a mesma realização do jogo visto “de seu exterior” surge como insana, maculada e medrosa. No entanto, este peculiar jogo de modo algum é redutível à arte da versificação. Leia-se a quarta estrofe:

Bem haja aquele de onde vim,
 Pois que soube fazer de mim
 Alguém tão bom para esse fim;
 Que eu sei jogar sobre coxim
 De qualquer lado;
 Não há ninguém que o faça assim,
 Por mais dotado¹⁵.

14. Já sugeri a associação do conceito de “jogo”, tal como desenvolvido por Huizinga, ou seja, como uma forma de interação, com o conceito de “carnaval”, tal como proposto por Bakhtin. Além disso, sugeri associar esses dois conceitos à reconstrução da cultura cortesã em “Literarische Gegenwelten, Karnevalskultur und die Epochenschwelle vom Spätmittelalter zur Renaissance”, in *Literatur in der Gesellschaft des Spätmittelalters*, Hans Ulrich Gumbrecht (org.). München, 1980, pp. 95-145.

15 Tradução brasileira de Augusto de Campos. *Verso, reverso, controverso*, São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 21.

Nesta estrofe, o conceito de competência profissional (*mestier*) e o conceito de jogo (*jieu sai jogar*) já apresentam um nível semântico comum. Contudo, o conceito de jogo alcança horizonte metafórico mediante uma ambigüidade intencional. Pode-se levar avante jogos de tabuleiro, assim como lançar dados sobre coxins, ou seja, almofadas; mas “jogar sobre o coxim” também é uma metáfora para sexualidade. E esta é a razão pela qual alguns versos adiante o “tabuleiro” se metamorfoseia numa saia de mulher e os três dados se transformam no pênis e nos testículos do homem:

Mas ela disse com desprezo:
 “Os vossos dados não têm peso,
 Vos desafio a uma outra vez”.
 E eu: “Montpelier não vale o preço
 Destes pedaços”.
 E ergui-lhe o avental xadrez
 Com os dois braços.
 Depois de erguer o tabuleiro,
 Joguei os dados:
 Dois foram cair colados,
 E o terceiro

Feriu no meio o tabuleiro.
 E estão lançados¹⁶.

Não é difícil imaginar qual a competência sugerida pelo texto, já que o trovador se vangloria de ser um “mestre sem defeito” (*maiestre certa*), porque nunca deixou uma dama insatisfeita, e, mesmo após uma ejaculação precoce (“Saí-me bem no meu primeiro lance de dados”), ele está pronto para uma nova relação: “E ergui-lhe o avental xadrez / Com os dois braços”.¹⁷

Na leitura dos versos desta canção, devo enfatizar os aspectos que provavelmente escapariam ao leitor moderno. A força física do amante e a habilidade de compor canções constituem a mesma competência porque

16 *Idem*, pp. 23-24.

17 É importante assinalar que na edição de Jeanroy, o editor não traduziu estes dois versos, por considerá-los pouco apropriados – a primeira edição foi publicada em 1926.

são elementos de um mesmo jogo. O jogo se realiza fora das regras explícitas da moralidade, e tal transgressão tem de ser intencional. Segundo as famosas regras do amor cortês, estabelecidas por Andreas Capellanus no século XII tardio, a marginalidade moral do amor cortês já se encontrava, talvez com alguma ironia, tão firmemente codificada, que “matrimônio” e “amor cortês” representavam conceitos contraditórios: *non decet amare, quarum pudor est nuptias affectare*¹⁸ (*Não convém amar aquelas cujo pudor é aspirar às núpcias*). Esse fator sem dúvida “indicava tanto a contingência da concepção normal da realidade quanto a existência de outras possibilidades”.¹⁹ Entretanto, ao menos em aparência, a função do jogo do amor cortês não se limitava à moral sexual. A canção mais conhecida de Guilherme IX se resume a uma sucessão de negações:

Fiz um poema sobre nada:
Não é de amor nem é de amada,
Não tem saída nem entrada,
Ao encontrá-lo
Ia dormindo pela estrada
No meu cavalo²⁰.

Naturalmente, estes versos desempenharam importante papel nas projeções românticas e pós-românticas da imagem do poeta Guilherme de Poitiers. Foi precipitadamente considerado “niilista”, porque lhe atribuíram uma vontade de criar *ex nihilo*. Contudo, é fundamental observar que, na seqüência da estrofe, as negações *não* convergem. A estrutura semântica básica dos versos e das estrofes reitera um padrão extremamente simples, ainda que bastante raro em textos: “não *a*” e “também não *b*”. Ou seja, “não amor cortês” e “também não a moralidade convencional”. Na maior parte das estrofes, os versos finais se distanciam do mundo cotidiano, sempre que é necessário escolher uma alternativa: “Fiz um poema (...) / Ao encontrá-lo / Ia dormindo pela estrada / No meu cavalo”. Nas estrofes seguintes, o sentimento se intensifica:

18 E. Trojel (org.). *Andrae Capellani Regii Francorum De Amore Libri Tres*, München, 1964, p. 310.

19 Niklas Luhmann. “Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst”, p. 624.

20 Tradução brasileira de Augusto de Campos. *Verso, reverso, controverso*, São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 27.

Não sei quando é que adormeci,
Quando acordei também não vi,
Meu coração quase parti
Com o meu mal,
Mas eu não ligo nem a ti,
Por São Marcial.

Estou doente e vou morrer,
Não sei de quê, ouvi dizer,
A um médico vou recorrer,
Mas não sei qual,
Será bom se me socorrer,
E se não, mau²¹.

É fácil criticar as interpretações propostas para poemas como este. Poderia listar *ad absurdum* todas as interpretações apresentadas por críticos literários, ansiosos por ver um conteúdo significativo nesta canção. No entanto, a fim de situá-la no que se refere à sua função no contexto histórico da passagem do século XI ao XII, é necessário seguir outro rumo. Sem dúvida, o irreverente olhar do trovador conota uma vez mais a provocadora distância do jogo em relação ao dia-a-dia. Mas quem ou que se pretende provocar? Não acredito que se trate da moral sexual dominante, pois o sofrimento e a alegria do amor cortês preocupam muito pouco o trovador – “Será bom se me socorrer,/ E se não, mau”. Penso que estamos diante de uma provocação sobre o valor do manuscrito. Um século depois de Guilherme IX, em seus prólogos, os autores do gênero “romance cortês” buscavam justificar “tanto esforço” gasto com palavras e, o que parecia ainda pior, justificar a fixação de versões amplamente conhecidas de temas e histórias na forma manuscrita. Ou seja, a relevância dos primórdios da era do manuscrito, manuscrito esse que os eclesiásticos mantinham como seu privilégio, era posta em xeque pela fixação de uma canção vulgar, composta por um poeta que nem mesmo era clérigo, e tratava-se sobretudo de uma canção cujo verso de abertura desafiava: “Fiz um poema sobre nada”. Este gesto, por sua vez, torna patente a contingência da norma cotidiana, nesse caso, a da divisão do trabalho. O que permite a formula-

21 *Idem, ibidem.*

ção da seguinte hipótese: o surgimento de uma função particular, da literatura que, ao menos na Idade Média, esteve intimamente associada a uma provocadora relativização do mundo cotidiano, cujas estruturas foram elaboradas, legitimadas e sancionadas pela Igreja. Além disso, essas estruturas atenderam por longo tempo aos interesses da nobreza – expressos, por exemplo, na complementaridade entre a moral sexual eclesiástica e o interesse aristocrático na preservação da pureza genealógica. Uma vez que o clero estava comprometido com a monogamia (dos demais) e com o seu próprio privilégio de escrita, a poesia do amor cortês podia tratar do adultério e, ao mesmo tempo, transgredir as normas da divisão (não-sexual) do trabalho.

O que sabemos da historiografia latina contemporânea sobre a vida de Guilherme IX sugere que o Duque da Aquitânia tinha suficientes motivos “pessoais” para esta provocação. Ao menos o que conhecemos da sua biografia exige tal associação entre os textos que analisamos e seu nome. Neste sentido, o fato de que Guilherme IX foi o mais rico herdeiro de seu tempo e um bastardo funciona como um tema romântico. Seus pais pertenciam à mais alta nobreza. No entanto, cinco anos após o nascimento de Guilherme IX, seu pai precisou viajar até Roma, a fim de “elucidar” as apreensões da Igreja quanto a seu casamento com Audearde da Borgonha, em virtude de um parentesco muito próximo. Por razões políticas e também por seu estilo de vida escandaloso, Guilherme foi excomungado diversas vezes. Contudo, somente nos últimos anos de sua vida, Guilherme foi levado a capitular diante das ameaças da Igreja. Ele já se havia tornado famoso e infame muito antes por enfrentar a gravidade da punição eclesiástica com debochada indiferença. Minha história favorita culmina na resposta de Guilherme ao Bispo de Angoulême, que em nome do Papa havia exigido que Guilherme desistisse de sua relação com a Baronesa de Châtelleraut: “*‘Antea, inquit, crispabis pectine refugum a fronte capillum, quam ego vicecomitissae indicam repudium’, cavillatus in virum cuius pertenuis caesaries pectinem non desideraret*”²² (Antes, respondeu ele, tu pentearás o cabelo que não tens na frente do que eu repudiar a minha companheira). Sua habilidade em confrontar “a realidade (reconhecível por todos) com outra visão da mesma realidade” foi definitivamente testada, quando Guilherme assim recebeu os combatentes que retornavam de uma desastrosa cruzada: “O Duque de Poitiers,

22 Apud Martín de Riquer. *Los trovadores: Historia literaria y textos*. Barcelona, 1983, p. 107, vol. I.

contudo, tendo terminado as suas preces em Jerusalém, retornou a sua pátria com alguns de seus companheiros; e já seguro na prosperidade, como ele era jocoso e alegre, apresentava amiúde as misérias de seus tempos de prisioneiro perante assembléias de magnatas e reis cristãos em versos ritmados, com modulações divertidas”.²³ Encontrar material para canções cômicas na derrota e no aprisionamento, e seus ouvintes parecem tê-las escutado “sem poder parar de rir”, transformar a cerimônia sagrada da excomunhão em escárnio contra o prelado que a oficiou: tais aptidões, como a historiografia evidencia, mesmo na Idade Média eram totalmente excepcionais. No entanto, isto não quer dizer que Guilherme IX, assim como outros trovadores de igual capacidade possam ser considerados “sujeitos modernos” *avant la lettre*. Afinal, o que está inscrito em suas canções provavelmente tem pouco a ver com alguma consciência de “autonomia ou estratégia de ação”; pelo contrário, o que se percebe é a marca de um distanciamento no que concerne à pressão sufocante da autoridade eclesiástica, uma reação, pois, a partir da qual os contornos de um novo discurso e de um novo estilo de vida foram gradualmente formulados.

No entanto, e em primeiro lugar, devo esclarecer que na época de Guilherme IX tais funções literárias da linguagem não poderiam ser derivadas de um discurso “literário” independente ou mesmo de um “sistema literário”. O que se encontra são funções similares às funções da literatura e orgulho no que se refere à habilidade tanto física quanto mental, mas sem que se recorra ao código comunicativo da “literatura”. Sempre que as qualidades desse discurso originário e desse novo gesto de distanciamento provocador se manifestaram na fala, foi primeiro necessário apresentá-las de forma metafórica: as canções têm “boa cor”, originam-se numa “oficina” e põem à prova a perícia de um “ofício”. Sobretudo, a habilidade para participar de um novo estilo de vida era parte do privilégio da nobreza, dos cortesãos – e deste novo estilo participavam tanto os trovadores quanto os ouvintes, se é que tais definições são adequadas no contexto dos séculos XI e XII. O que o adjetivo “cortesão” implicava em seu novo sentido, por volta de 1100, conhece portanto sua descrição mais evidente, quando contrastado com o estilo de vida clerical e, sobretudo, com o comportamento dos habitantes das cidades e das aldeias.

²³ *Idem*, p. 108.

Deve mostrar-se obediente a muitos
Qualquer que venha a amar.
E é apropriado que se comporte
De forma agradável,
E que cuide de não falar
De forma descortês²⁴.

Resumo minhas observações e pressuposições: o que temos identificado, com alguma constância, nas histórias literárias produzidas já há um século como sendo a “função da literatura” se destaca pela primeira vez por volta de 1100, num conjunto de textos cujo surgimento parece relacionado a gestos de distanciamento das normas cotidianas. É problemático, contudo, caracterizar esses textos através do predicado “literatura”. Em primeiro lugar, porque, em 1100, a escrita (?) e a leitura, isto é, o canto e a audição, estavam ainda mesclados como mais um elemento num complexo estilo de vida. Em segundo lugar, porque esse estilo de vida, esse jogo, não foi simplesmente removido do cotidiano e de outros “sistemas”, mas foi elaborado a partir de uma única classe: a nobreza, e, dentro da própria nobreza, esteve limitado a grupos regionais.

No mais tardar, após meados do século XII, quando a poesia provençal, originada no sul da França, foi assimilada no norte da França e em áreas dominadas pelo alemão medieval (que se encontrava em processo de desenvolvimento), a seriedade moral recuperou o terreno perdido para o jogo do distanciamento provocador. Nos romances de um Chrétien de Troyes, a agressividade dos personagens, no que se refere aos excessos do amor cortês, é despotencializada e se torna uma etapa do processo de socialização do cavaleiro cristão. Numa canção atribuída a Guilherme IX, e não surpreende que os historiadores literários acreditem que esse tenha sido o último texto que escreveu, o trovador já podia dizer:

Abandonei tudo que amava:
Cavalaria e orgulho;
E porque assim agrado a Deus, a tudo abdicó,
E rogo para que me conduza a sua presença²⁵.

24 Citado da edição de Alfred Jeanroy. *Les chansons de Guillaume IX, Duc d'Aquitaine* – 1071-1127, Paris, 1964, p. 18.

25 *Idem*, p. 28.

Comunicação Compacta (E Palavra Impressa)

No século XIII, a corporação dos mestres cantores urbanos – denominados *Puys* no norte da França; *Gaya Ciencia*, na Espanha – já sabiam como encenar a “cultura cortesã” em feriados e noites de espetáculo. E sabiam fazê-lo quase tão perfeitamente quanto os próprios cortesãos. O fato de que tal distanciamento em relação ao mundo da nobreza se tornou possível sinaliza de forma relevante uma diferenciação inicial no interior da competência “poética”. Na medida em que o jogo cortês se revelou flexível e podia ser encenado em contextos sociais variados, o quadro de referências que contextualizava essa performance deixou de ser auto-evidente. Para os historiadores literários, tal desenvolvimento é acompanhado de um “bônus hermenêutico”. Pois, enquanto o esforço para situar a poesia cortesã de origem provençal no contexto da história cultural pode gerar um conflito com a “responsabilidade filológica”, os traços textuais das retomadas do amor cortês desde o século XIII quase sempre oferecem descrições situacionais. Esse processo começa com a transmissão da poesia provençal que regularmente apresentava biografias (*vidas, razos*) dos autores (com toda a probabilidade, altamente ficcionais); biografias compostas por trechos de prosa intercalados por versos, cujo enredo extrapolava os modelos situacionais típicos da poesia. Na coleção manuscrita de canções, textos individuais eram configurados em blocos intercalados de comentários do compilador. E é fácil verificar como a formulação em bloco e os comentários eram muito mais determinados por especulações sobre as possíveis situações nas quais os textos poderiam ser usados do que por um “conhecimento autêntico” dos autores dos textos ou mesmo dos protagonistas da ação textual²⁶. Tais circunstâncias caminham em direção ao conceito de comunicação compacta, ou seja, a função da obra de arte “enquanto programa de comunicação, no qual o programa pode ser tão óbvio que torna todo argumento supérfluo e estabelece um sentimento sólido de que tudo é desde sempre compreendido”.²⁷ A fim de evitar qualquer mal-entendido no que se refere ao conceito de “comunicação

26 Sobre a estrutura e a prática das canções manuscritas (*cancioneros*) ibéricas, ver o excelente estudo de Gisela Smolka-Koerdt. *Die iberischen Liedersammlungen von 1450-1600*, Siegen, 1987.

27 Niklas Luhmann. “Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst”, p. 628. Nesse contexto, a *Vita Nuova* de Dante é uma obra paradigmática.

compacta", é importante assinalar que ele se submete à história. Em outras palavras, os fenômenos descritos por Luhmann através desse conceito somente emergem depois que uma forma de comunicação já se tenha dissociado do estilo de vida que inicialmente lhe correspondia.

Esse relacionamento somente passou a destacar-se depois que a palavra impressa forneceu um impulso verdadeiro à "diferenciação da interação e da sociedade". Naturalmente, logo surgiram dificuldades relativas à compreensão textual. Em 1485, doze anos após o aparecimento do primeiro livro impresso no reino dos reis católicos da Espanha, Fernando del Pulgar, historiador da corte, esforçou-se ao máximo para convencer os leitores da relevância das *Coplas de Mingo Revulgo*, um texto do final da era do manuscrito²⁸. As *Coplas* satirizavam Henrique IV, o desafortunado meio-irmão e antecessor de Isabel de Castela. Trata-se de um exemplo particularmente interessante, pois apesar de ser um texto no qual a ambigüidade está totalmente ausente, um texto no qual se encontram as drásticas ampliações típicas do medievo tardio, Fernando del Pulgar baseia seus comentários em alegorias e sutilezas derivadas do repertório da hermenêutica bíblica. Deste modo, o pastor, Mingo Revulgo, em sua interpretação, se transforma na alegoria do homem comum, como seu próprio nome já sugere, e o libelo do pastor sobre a presumida homossexualidade do rei é cuidadosamente associado à seguinte moral: um senhor tão inadequado como Henrique IV somente poderia esperar ter como súditos pessoas vulgares como Mingo Revulgo. Acredito que a "lição" teve de ser inventada, porque Pulgar estava decidido a encontrar a "intenção da obra". E precisava encontrá-la para orientar sua interpretação, uma vez que o contexto pressuposto pelo texto e, em consequência, seu sentido, já não era mais evidente para Pulgar. Assinalo a importância do conceito de "intenção" usado pelo historiador, pois ele ajuda a reconhecer que, como reação ao estabelecimento de uma distância espaço-temporal entre autores/recitadores e receptores que foi efetivada através da diferenciação "interação/sociedade", tornou-se cada vez mais necessário construir uma figura autoral, a fim de fundamentar o entendimento do texto: inovação que objetivava uma estratégia especificamente desenhada para solucionar o impasse situacional criado pelos tipos impressos. O "prólogo" de Fernando Rojas, escrito para

28 Nesta passagem, estou resumindo um trabalho mais minucioso, *Eine Geschichte der spanischen Literatur*, Frankfurt, 1990, especialmente o capítulo "1474-1556".

sua *Tragicomedia de Calisto e Melibea* (mais bem conhecida como *La Celestina*), publicado pela primeira vez em 1499, constitui excelente exemplo em favor da hipótese que estou propondo. Num gesto retórico de resignação, Rojas comenta sua experiência de que dez diferentes leitores leriam o texto de dez maneiras diversas, cada leitura sendo determinada pela “diferença de condições” de cada leitor individual. Ou seja, o tipógrafo, que no final do século XV era também o editor, não teria como evitar potenciais divergências, ainda que lançasse mão de recursos tipográficos, incluísse comentários ou fornecesse sumários²⁹.

Posso agora propor hipótese mais ousada. A pesquisa histórica começa a perceber a relevância essencial que, para a “origem da literatura”, possuem os múltiplos esforços efetuados para alcançar um entendimento inequívoco como resposta imediata ao advento da palavra impressa³⁰. Por isso, nessa época, verifica-se o surgimento de uma autêntica obsessão por prefácios, tornando-se a apresentação dialógica de textos didáticos e ficcionais um padrão dominante. Por fim, verifica-se também o surgimento de uma necessidade inteiramente nova no tocante à estabilidade, assim como uma nova atenção à historicidade das formas textuais. Em relação aos textos escritos para serem encenados, pode-se inclusive afirmar que, na Idade Média, ou seja, antes da introdução dos tipos impressos, era extremamente raro que os textos fornecessem algo como a estrutura de um enredo, por mais básica que fosse. Aliás, esta é a razão pela qual a história do drama primeiro se institui como história de temas no instante em que os textos dramáticos começavam a organizar a compreensão com os próprios espectadores³¹.

Em relação ao romance, esse processo foi particularmente complexo, ao menos na Espanha. Aproximadamente entre os anos de 1450 e 1550 surge um grupo de textos que os historiadores literários denominam “romances sentimentais”.³² Construídos em torno de um enredo convencional, no qual fórmulas do “romance cortês” do século XII tardio conhe-

29 Ver Fernando Rojas. *La Celestina*, Julio Cejador y Frauca (ed.), vol. I, Madrid, 1968, pp. 24ss.

30 Uma prova do que digo é o livro *Der Ursprung von Literatur*, Gisela Smolka-Koerdt, Peter-Michael Spangenberg e Dagmar Tillmann-Bartylla (orgs.). München, 1988.

31 Esta relevante hipótese, no contexto da história literária, pertence a Dagmar Tillmann-Bartylla.

32 Obtive importantes informações sobre os romances sentimentais com Claudia Krülls-Hepermann.

cem somente uma ligeira variação, histórias se desenrolam permitindo, de um lado, uma compreensão imediata e, de outro, demonstrando uma tendência óbvia para estender a narratividade da estrutura até o ponto em que o destino dos protagonistas também pode ser experimentado como excêntrico – aliás, característica estrutural referida pelo próprio nome do gênero. Por volta de 1550, momento imediatamente anterior à substituição dos *romances sentimentais* pelo romance pastoral, o gênero já tinha atingido uma forma extremamente complexa de romance epistolar, no qual não apenas havia espaço para comentários que visassem à compreensão absoluta e ao distanciamento dos amantes, distanciamento esse que criava uma excentricidade, mas que inaugurava a possibilidade de discutir a escrita como forma excêntrica de vida. Para o contexto deste ensaio, o fenômeno realmente marginal dos *romances sentimentais* é particularmente interessante, pois mostra que, entre a função da “literatura” e o conceito de “comunicação compacta” como resposta aos problemas decorrentes da diferenciação da interação e da sociedade, diferenciação produzida pelos tipos impressos, existiu uma tensão difícil de ser equacionada. Isto porque, ainda que o texto organize extensivamente sua própria inteligibilidade, ele necessita do conhecimento prévio das situações de comunicação por parte dos leitores. Os leitores, enquanto substitutos para a situação de comunicação direta, devem ser capazes de adaptar-se a essa nova circunstância comunicativa. No entanto, se a função da literatura, como sugerida pelo exemplo de Guilherme IX, é a encenação de situações e experiências que não necessariamente fazem parte do repertório social do leitor, então a auto-organização do processo cognitivo através do texto é simplesmente impossível. Em outras palavras, dadas as condições que tornam a “comunicação compacta” uma necessidade, a “literatura” tende sempre a pôr em seu lugar um discurso potencialmente infinito sobre a própria literatura – refiro-me, claro, à poetologia. Pois é sua função transformar a improbabilidade da compreensão numa experiência; no entanto, para atingir tal experiência, a literatura deve permanecer compreensível.

Vale ressaltar que essa tendência não parece ter sido sempre predominante. O problema da comunicação compacta, advindo com o surgimento da imprensa, tornou-se controlável através da associação do que hoje denominamos “literatura” com funções menos excêntricas, presentes em prefácios, sobretudo em prefácios cuja função era a de instrução moral. De fato, dos séculos XVI ao XIX, experimentou-se o *boom* pós-antigo

do *topos* “educar e deleitar”,³³ no qual, de um lado, a expectativa do leitor de ser instruído podia ser evocada a partir do seu conhecimento, mas, de outro, preservava-se a possibilidade de reivindicar um “programa alternativo de realidade”.

Subjetividade/Temporalização (E Excesso de Poetioogia)

Os fenômenos comunicativos têm sido corretamente vistos pelos críticos literários da década de 80 como um suplemento à história da subjetividade nos primórdios do período moderno. E isto apesar da tradição da disciplina de resgatar a origem da literatura de sua própria excentricidade. Não me interessa a pergunta que, nesse ínterim, tornou-se dominante. Isto é, neste fenômeno, o que teria sido uma simples reação a um fator externo – por exemplo, o jogo cortês de Guilherme IX – e o que já poderia ser caracterizado como “consciência de subjetividade”? Para mim, importa antes ressaltar que a função da literatura, função essa observável desde a Alta Idade Média, tornou-a especialmente suscetível à presença da subjetivação e da temporalização. Portanto, a pergunta realmente relevante é a seguinte: por que a subjetivação e a temporalização desempenharam um papel tão importante para a autopoeisis do sistema social já a partir do século XIII? Luhmann identifica a gênese do que chamamos subjetividade no processo de diferenciação entre “sistemas sociais” e “sistemas psíquicos” e compreende a temporalização como resultado de crescente complexidade sistêmica³⁴. Para que se possa acompanhar minha argumentação, devo explicar dois efeitos recíprocos. Em primeiro lugar, no nível da experiência cotidiana, a temporalização, ou seja, a “consciência histórica”, faz com que a subjetividade seja mais fecunda enquanto forma auto-experiencial e, inversamente, essa mesma subjetividade, ou seja, essa consciência de ser distinto dos demais, pode ser vista como um efeito enfatizado pela temporalidade. Em segundo lugar, e este é o ponto mais importante, se a

33 Luiz Costa Lima tem estudado as consequências desta associação da moralidade para o desenvolvimento da ficcionalidade na literatura. Ver *O controle do imaginário. Razão e imaginação no Ocidente*, São Paulo, 1984; ver também *Sociedade e discurso ficcional*, Rio de Janeiro, 1986.

34 Ver Niklas Luhmann. *Soziale Systeme. Grundriss einer allgemeinen Theorie*, Frankfurt, 1984, pp. 70ss.

função da literatura é mostrar aos receptores “outras versões da mesma realidade”, então os que se engajam na produção e recepção de tais versões alternativas vêem-se a si mesmos como sujeitos por excelência. Além disso, ressaltam sua reivindicação quanto à excentricidade destas realidades alternativas ao atribuí-las ao passado ou ao futuro, mas nunca ao presente. Na perspectiva da história das mentalidades, as condições estruturadoras da subjetivação e temporalização promovem a função literária, mas tais condições também impedem os literatos de desempenhar o papel de “bons literatos”, enquanto papel institucionalizado.

A ascensão de Pierre Corneille pode ser datada com precisão. Ocorreu em 1637 e, como se estivéssemos no século XIX, deveu-se a uma escandalosa polêmica, chamada pelos historiadores literários de “Querela do *Cid*”. Ora, que essa polêmica de fato galvanizou o meio literário da época nenhum estudante de literatura francesa ignora. De igual modo, os historiadores possuem uma versão adequada para descrevê-la: como todo “grande autor”, Corneille, em virtude de seu gênio inovador, teria rompido com os padrões então vigentes. No entanto, vista à luz do panorama que esboço da história da diferenciação do sistema literário, os documentos da “Querela” assumem uma importância particular. A história começa com a *Excuse à Ariste*, um poema epistolar. Nesse poema, Corneille explica detalhadamente a um amigo a razão pela qual declinara o convite para compor um poema-canção para determinada melodia. Devo ressaltar que, no século XVII, texto e música já eram vistos como unidades autônomas. Contudo, o que confundiu os contemporâneos de Corneille foi o argumento central do poema. Para dizê-lo por meio de conceitos modernos: uma vez que a estrutura musical já estava predeterminada, o poeta não teria como desenvolver sua subjetividade poética, limite inadmissível na visão de Corneille. Para melhor apreciar sua posição, transcrevo uma longa passagem do poema. É fácil perceber que seu interesse se desloca do produto para a recepção do público. E não terá sido simples coincidência que, exatamente nessa época, a composição do público tinha começado a romper com os limites hierárquicos impostos pela posição social:

Quem saberia melhor que nós o preço que valemos?
E, além disso, a moda é essa, e a Corte autoriza,
Falamos de nós mesmos com toda franqueza,
A falsa humildade perdeu todo o valor,
Sei o que valho e acredito no que me dizem a esse respeito:

Para me fazer admirar, não faço concessões.
 Tenho poucas vozes a meu favor, mas as tenho sem esforço,
 E minha ambição, para fazer mais barulho,
 Não vai buscá-las de Reduto em Reduto,
 Meu trabalho sem apoio chega ao Teatro,
 Cada um em liberdade o critica ou o idolatra,
 Lá, sem que meus amigos manifestem seus sentimentos,
 Arranco às vezes muitos aplausos,
 Lá, feliz com o sucesso que o mérito dá
 Mediante opiniões ilustres, não impressiono ninguém,
 Satisfaço tanto ao povo quanto aos cortesãos,
 E, onde quer que eu esteja, meus versos são meus únicos aliados
 Minha pena, estimada só pela beleza deles,
 Só devo a mim mesmo a minha Nomeada³⁵.

Tanto sangue frio – e veremos adiante como esta metáfora é adequada – irritou profundamente o meio intelectual parisiense. O crítico Mairet, por exemplo, salientou o verso “Só devo a mim mesmo minha Nomeada”, para ironicamente (embora sem nenhuma razão) desqualificar o êxito que Corneille obteve com o *Cid*. Para Mairet, Corneille havia plagiado *Mocedades del Cid*, de Guillén de Castro. O aristocrata Scudéry, cujo panfleto sempre foi um importante ponto de referência para os historiadores literários, censurou a Corneille a transgressão de grande número de regras poéticas. Acredita-se que o próprio Cardeal Richelieu não teria deixado de participar da polêmica, embora à distância, como recomendava sua posição³⁶. É também na “Querela do *Cid*” que pela primeira vez se encontram indícios da formação de um código binário para a “literatura”. No curso da “Querela”, uma série de pares opostos emergem com clareza. De um lado, “fogo”, “gênio”, “franqueza”, “sem esforço”, “beleza”. De outro, “lei”, “rimas ajustadas”, “sílabas contadas”, “tirania”, “falsa humildade”. Não é difícil identificar nesse debate a semântica do sujeito autônomo, envolvida no processo de polarização que opôs essa semântica à semântica da determinação externa, ou seja, da recusa da inspiração. E ainda não

35 Corneille. *Excuse à Ariste*. Publicado em Armand Gasté (org.). *La Querelle du Cid: Pièces et pamphlets publiés d'après les originaux avec une introduction*, Hildesheim, 1974, p. 65. (Tradução de Bluma Waddington Vilar)

36 Ver os textos de Mairet e Scudéry na antologia organizada por Gasté. O organizador menciona a participação de Richelieu na introdução, p. 14.

menção a um ponto decisivo. Corneille também se recusou a escrever sob encomenda porque, como ele mesmo afirmou, o “fogo” de sua inspiração dependia de um fator incontornável: o amor. Estar apaixonado era a chave que abria as portas da inspiração. Saber se a afirmação era sincera tem pouca importância para meu argumento. Importa anotar o caráter paradigmático da posição de Corneille, pois, num primeiro instante, a semântica do sistema literário se alimenta da semântica do amor. Considerando a função excêntrica da literatura, tal apropriação não surpreende, uma vez que, desde a Idade Média, o amor tem sido uma metáfora genérica para toda tentativa de escapar ao controle social. No entanto, do ponto de vista da diferenciação do sistema literário, esta proximidade semântica entre “literatura” e “amor”, sem contar com a conjunção moral “instruir e deleitar”, terminou por se revelar negativa para a literatura.

A *Arte poética*, de Nicolas Boileau, publicada em 1674, tem sido vista como a “poética das regras e dos códigos”. Entretanto, nos quatro “Cantos” que compõem o texto não se encontra nada que se assemelhe a um conjunto de “instruções e regras”. Pelo contrário, num certo sentido, Boileau leva adiante o projeto da subjetividade esboçado por Corneille – por exemplo, leia-se o verso 12 do “Canto I”: “consulte longamente o próprio espírito e as forças”³⁷ – embora seja verdade que Boileau já dispõe de conceitos como “razão” e “bom senso”, que permitem identificar um consenso entre os “bons autores” e o público formador de opinião, ou seja, “La Cour et la Ville”. Em relação à perspectiva de Corneille, Boileau inova no modo como Corneille vinculava subjetivação e temporalização. Assim, ele delineia um percurso teleológico que, principiando nos “rudes séculos”, conduz às autoridades literárias de seu tempo. Nesse percurso, autores individuais são associados a progressos determinados:

Villon foi o primeiro que soube, naqueles rudes séculos, desenredar a arte confusa de nossos velhos poetas. Logo depois, Marot fez florescer as baladas, compôs triolés, rimou ‘mascarades’, sujeitou os rondós a refrãos regulados e mostrou caminhos totalmente novos à arte de rimar. Ronsard, que o seguiu, regulando sua obra por outro método, baralhou tudo, fez uma arte à sua moda, e teve, no entanto, durante muito tempo, um destino feliz³⁸.

37 Nicolas Boileau-Despréaux. *A arte poética*. Introdução, tradução e notas de Célia Berrettini, São Paulo, Perspectiva, p. 15.

38 *Idem*, pp. 18-19.

Em famosa sentença, composta num *passé simple* ainda mais célebre, o nome “Malherbe” anuncia o ingresso no glorioso presente:

Veio enfim Malherbe e este foi o primeiro que, na França, fez sentir nos versos uma cadência justa, ensinou o poder de uma palavra posta em seu devido lugar, e reduziu a musa às regras do dever. A língua, assim reparada por este sábio escritor, nada mais ofereceu de rude ao ouvido depurado³⁹.

A fim de simplificar minha narrativa da situação histórica, formulo a seguinte hipótese: após a *Arte poética* de Boileau, a reavaliação do vínculo da literatura clássica com a literatura da época de Luís XIV estava na ordem do dia. Por um lado, Boileau não questionara os pressupostos que afirmavam a superioridade fundamental da cultura clássica. De outro, contudo, ele celebrou obras de contemporâneos com um entusiasmo que dificilmente poderia ser superado. Dessa ambigüidade resultou um debate, segundo minha perspectiva, debate “inevitável”, que começou no final do século XVII e continuou no século seguinte. Esse debate se desenvolveu no cenário da Academia Francesa e se denominou a “Querela dos antigos e dos modernos”. Acredito que essa “Querela” representou importante mudança na temporalização do sistema literário, assim como a “Querela do *Cid*” se relacionara ao predomínio da subjetivação⁴⁰. Já no final do século XVII – e mesmo nas primeiras páginas da obra-chave de Charles Perrault, *Paralelo dos antigos e dos modernos* – uma fala do Abade esclarece o cerne da polêmica imaginada por Perrault:

Nós veremos tudo isso quando estivermos lá, mas eu afirmo desde já que todos os dias coisas excelentes são feitas sem o auxílio da imitação e que, como há ainda certa distância entre a idéia da perfeição e a mais bela obra dos antigos, não é impossível que algumas obras dos modernos se interponham entre ambos e se aproximem mais daquela idéia⁴¹.

39 *Idem*, p.19.

40 Sobre a *Querela dos antigos e dos modernos*, a Introdução Hans Robert Jauss à reedição do *Parallèle des anciens et des modernes en ce qui regarde les arts et les sciences*, de Charles Perrault, é indispensável, “Ästhetische Normen und geschichtliche Reflexion in der ‘Querelle des anciens et des modernes’”, München, pp. 8-81.

41 *Parallèle*, I, 11. (Tradução de Bluma Waddington Vilar)

De um lado, o conceito de “perfeição” assim como o de “perfectibilidade” foram extremamente importantes no desenvolvimento do “pensamento histórico”. De outro, a idéia de produção artística “sem imitação” tornou possível o surgimento do conceito de temporalização enquanto performance capaz de superar a tradição. E vale ressaltar que a idéia de produção artística “sem imitação” era muito pouco comum no final do século XVII e somente pôde ser concebida através do concurso do processo de subjetivação. Na verdade, a prática artística e a reflexão estética no século XVIII oscilaram entre o objetivo de compreender “os antigos” e, ao mesmo tempo, o esforço de superá-los a fim de alcançar a “perfeição”. Assim, o jogo dialético da “Querela dos antigos e dos modernos” originou uma posição que se projetava para além do classicismo iluminista e para a qual mais tarde se criaria a expressão “belo relativo”, ou seja, a beleza dos produtos artísticos de épocas diversas e de nações diferentes. No final do *Paralelo dos antigos e dos modernos*, Perrault reconhecia a impossibilidade de comparar as obras à luz do conceito de “belo relativo”: “as obras devem ser apreciadas segundo as distinções do gosto das diversas épocas”.⁴²

Luhmann analisou esse debate tendo como base outros documentos e o fez, reconheço, de forma bem mais minuciosa⁴³. Para ele, a historicização do conceito de estilo sem dúvida – mais adequada a partir da perspectiva da causalidade histórica, historicização fundamental para os estudos de história da arte desenvolvidos por Winckelmann – ocupa o lugar do historicismo antecipado pela “Querela dos antigos e dos modernos”. Neste ponto, contudo, desejo retornar ao eixo da minha argumentação, a saber, a ação recíproca entre a função da literatura e os problemas da diferenciação no sistema literário. Por enquanto, somente discuti a circunstância paradoxal de que o sistema literário, a fim de alcançar níveis iniciais de diferenciação, necessitou buscar apoio em outros sistemas – “moralidade”/“amor”. Ora, se o efeito dominante da subjetivação e da temporalização sobre a literatura estava ligado à função de apresentar “outras versões da realidade”, posso agora propor a seguinte conclusão: a separação inicial da literatura em relação à *imitatio* e, por fim, sua proibição na vigência da estética do gênio, relacionava-se indiretamente àquela

42 Hans Robert Jauss. “Ästhetische Normen und geschichtliche Reflexion”, p. 57.

43 Niklas Luhmann. “Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst”, p. 640ss.

função de apresentar versões alternativas da realidade. Por certo, não se tratava apenas de distinguir a produção literária contemporânea da recepção do passado e da criação do futuro. O problema é mais complexo, pois também é derivado da própria função da literatura, pois, então, o passado, que podia ser assimilado através do conceito de “belo relativo”, permanecia presente como versão alternativa da realidade presente. Portanto, um “excesso de literatura” foi uma das conseqüências da subjetivação e da temporalização. Já aponteí outra conseqüência, no caso, um “excesso de poetologia”. É como se a impossibilidade de afirmar um programa operacional para o sistema literário, programa esse capaz de assegurar normas para a produção literária e sua recepção, tivesse intensificado os esforços destinados a formular o programa ou a unidade do conceito de “literatura”.⁴⁴ Esta seria uma forma de compreender a origem da estética como um ramo da filosofia na segunda metade do século XVIII. Por sua vez, o “excesso de literatura” e o “excesso de poetologia”, fatores que a reflexão estética tomou como ponto de partida, parecem ter criado obstáculos para a diferenciação entre programa(s) e códigos. Na próxima seção analisarei com mais cuidado esta circunstância, tendo como base textos produzidos na segunda metade do século XVIII e no século XIX.

Visões de Mundo Paradoxais (Em Lugar de Programas e Códigos)

Princípio combinando a narrativa de Michel Foucault sobre a “crise da episteme clássica”⁴⁵ e a hipótese historiográfica de Niklas Luhmann sobre a “diferenciação de subsistemas sociais”. Com esta combinação, pretendo ler a *Enciclopédia* como uma tentativa extraordinariamente ambiciosa de manutenção da unidade cosmológica numa época de acentuada e radical diferenciação. O resultado dessa tentativa foi um extraordinário fracasso. O fracasso se revela mais evidente quando observamos o índice do “Sistema figurado dos conhecimentos humanos”, através do qual Diderot e d’Alembert pretendiam ordenar as áreas do conhecimento humano, conforme a proximidade ou a distância relativa das diferentes ciências entre si. No entanto, eles

44 Minha orientação acompanha o esquema que Luhmann, com um êxito muito maior, aplicou à análise do processo de reestruturação similar ocorrido no sistema legal. Ver *Ökologische Kommunikation*, Opladen, 1986, p. 95.

45 Na verdade, o tema central da primeira parte de *As palavras e as coisas*, Paris, 1965, p. 309.

parecem não ter percebido que a possibilidade de representar unitariamente o conhecimento humano tinha sido perdida com a crescente independência dos subsistemas sociais; processo evidenciado aliás pela contínua especialização das disciplinas. Contudo, na exata proporção em que persistiu a crença na possibilidade da representatividade, para recordar a expressão de Foucault, os autores se esforçavam para definir e referencializar até mesmo aqueles predicados que hoje identificamos como elementos de um sistema específico. Em outras palavras, o projeto iluminista que buscava preservar a unidade do conhecimento acabou impedindo que os códigos se dissociassem dos programas. Este “distúrbio” – se considerarmos uma “diferenciação tranqüila” em todos os campos como o padrão de “normalidade” – foi particularmente óbvio no campo da arte e da literatura, pois, de um lado, o excesso de obras que permaneceram “hermeneuticamente presentes” e, de outro, o excesso de reflexão estética paralisaram não somente a diferenciação entre códigos e programas, mas também a formulação de definições. Nesse sentido, é revelador que o Iluminismo seja o período histórico-literário no qual os prefácios são em geral mais longos do que os próprios textos. A forma pela qual os críticos literários lidam com esta situação se encontra drasticamente ilustrada num verbete escrito por Diderot para a *Encyclopédie*.

BELO, adjetivo (Metafísica). Antes de começar a difícil investigação sobre a origem do *belo*, observaria, com todos os autores que escreveram a esse respeito, que, por uma espécie de fatalidade, as coisas de que se fala mais entre os homens são geralmente aquelas que se conhecem menos, e que o mesmo sucede com a natureza do *belo*. Todos especulam sobre o *belo*: é admirado nas obras da natureza; exigido nas produções das Artes: atribui-se ou nega-se essa qualidade a todo momento; no entanto, se perguntamos aos homens sobre o gosto mais seguro, sobre a sua origem, a sua natureza, a sua noção precisa, a sua verdadeira idéia, a sua exata definição; se perguntamos se é algo absoluto ou relativo; se existe um *belo* essencial, eterno, imutável, regrado e modelado segundo o *belo* subalterno; ou se com a beleza ocorre o mesmo que com as modas; logo vemos os sentimentos divididos; uns confessam a sua ignorância, outros se entregam ao ceticismo. Como se explica então que quase todos os homens estejam de acordo quanto à existência de um *belo*; que tantos sintam o *belo* quando estão diante dele e que tão poucos saibam o que é?

As dificuldades de Diderot não se relacionam apenas ao excesso de definições, mas trazem sobretudo à superfície a aporia resultante da tentativa de definir um predicado cuja bem-sucedida recepção no século XVIII se devia precisamente à sua funcionalização, isto é, por possuir um valor de código no âmbito de um subsistema social. Esta circunstância se torna ainda mais óbvia, se observarmos que o verbete *feio*, o outro valor de código do sistema da arte, foi definido em contraste com o *belo*:

FEIO (...) se diz dos homens, das mulheres, dos animais, aos quais faltam as proporções e as cores com que formamos a idéia de beleza (...). As idéias de feiúra variam como as de beleza (...). Se o contrário do belo não se exprime sempre por *feio* e se a esta última palavra são dadas bem menos acepções do que à primeira é porque, em geral, todas as línguas têm mais expressões para os defeitos ou para as dores do que para as perfeições ou para os prazeres.

Diderot procura abarcar toda a variedade de definições de beleza. Em primeiro lugar, seu procedimento é "enciclopédico", no sentido próprio do termo, ou seja, Diderot apresenta uma pesquisa metódica das discussões pertinentes, ocorridas em seu século. No entanto, este não seria exatamente o "nosso" Diderot se, após quatorze colunas da *Enciclopédia*, ele não buscasse decifrar, em meio à pluralidade de definições, a antinomia entre um conceito de belo clássico e um conceito temporalizado (pré-romântico, poderíamos dizer):

É preciso distinguir bem as formas que estão nos objetos da noção que tenho deles. Meu entendimento não põe nada nas coisas e nada retira delas. Que eu pense ou não na fachada do Louvre, todas as partes que a compõem não deixam de ter tal ou tal forma e tal ou tal organização entre elas: existindo ou não homens, ela não seria menos *bela*, mas somente para seres possíveis constituídos de corpo e espírito como nós; pois, para outros seres, ela não poderia ser nem *bela* nem *feia* (...). Daí se segue que, muito embora não haja um *belo absoluto*, existem duas espécies de *belo* em relação a nós, um *belo real* e um *belo percebido*.

A ambigüidade desta reflexão merece ser destacada. Diderot tentou evitar o substancialismo do *belo absoluto*, mas, devido ao sensualismo

subjacente a sua argumentação, ele viu-se diversas vezes às voltas com o *belo real*. No entanto, no contexto do meu argumento, prefiro explorar outro aspecto, ou seja, a estratégia de Diderot para lidar com o “excesso de poetologia”. Assim, ele procurou conciliar definições diversas de arte e literatura, realocando-as no sincronismo do processo comunicativo; muito embora essas definições fossem originadas em diferentes situações históricas e distintas a ponto de serem mutuamente excludentes. Em outras palavras, o clássico *belo absoluto*, disfarçado como *belo real*, foi atribuído à obra de arte; o *belo relativo*, disfarçado como *belo percebido*, foi atribuído ao consumidor.

Essas observações sugerem que a tentativa de unificar princípios mutuamente excludentes é sempre paradoxal. E, conforme Diderot atesta, sobretudo em seu texto póstumo, *Paradoxo do ator*. Embora neste caso não se trate da oposição do conceito meta-histórico ao conceito historicizado de beleza, mas da oposição entre o conceito racionalista e o conceito sensualista de teatro. Em seu *Paradoxo*, Diderot renovou sua estratégia de conciliar princípios mutuamente excludentes, distribuindo-os entre a obra de arte e o público consumidor. Segundo o *Paradoxo*, a qualidade do ator depende da habilidade em empregar seu corpo de modo a fazer com que o espectador acompanhe a ação com uma empatia que elimina todo o distanciamento: o espectador deve assistir à ação teatral como se ela dissesse respeito à sua realidade. No entanto, ressalte-se que tal habilidade nasce da observação sistemática e do distanciamento quanto à cena representada no palco. Nas palavras de Diderot: “Não é o homem violento, incapaz de controlar-se, que nos domina; mas, pelo contrário, este é um privilégio reservado ao homem que sabe dominar-se”.⁴⁶ Diderot desejava tal paradoxo e até se divertia com ele. Em 14 de novembro de 1769, enviou uma reveladora carta ao Barão de Grimm: “Trata-se de um belo paradoxo. A meu ver, é a sensibilidade que torna os atores medíocres; a extrema sensibilidade, os torna obtusos; o sangue frio e a razão, sublimes”.⁴⁷

O “belo paradoxo” deve ser compreendido como parte do panorama histórico que estou apresentando, ou seja, enquanto solução problematizadora no panorama das “patologias no sistema da literatura”. No entanto, os contemporâneos de Diderot obviamente interpretaram o para-

46 Diderot. *Oeuvres esthétiques*, P. Vernière, Paris, 1965, p. 309.

47 Citado no comentário de Vernière, *idem*, p. 292.

doxo de outro modo. Eles e também os críticos literários do século XIX entusiasmaram-se com o jogo, pois originava fórmulas verdadeiramente pretensiosas no esforço de definição da arte e da literatura, já que resultava da unificação de pólos contrastantes. Se o teatro – como posso especular inspirado em Diderot, embora não *com* ele – unifica o fluxo dos afetos e da agudeza do entendimento, da *sensibilidade* e da *razão*, então o teatro era a autêntica cópia da humanidade, a humanidade como o século XVIII desejava vê-la. Semelhante posição persiste, em alguma medida, no famoso aforismo de Buffon: “O estilo é o homem”.⁴⁸

As pertinentes definições de Goethe e Hegel seguem o mesmo modelo. Eles exigem que a literatura espelhe a verdade e não mais apenas a “humanidade”, pois a literatura vincula a submissão total ao objeto tematizado (“imitação”) e a subjetividade apropriada (“maneirismo”).⁴⁹ Uma vez que nomes como o de Goethe e Hegel geralmente induzem a uma concordância imediata, recorro a tese central de minhas observações: no tocante ao “excesso de poetologia”, torna-se cada vez mais difícil conciliar as diferentes definições de literatura; definições essas produzidas precisamente pelo “excesso de poetologia”. Portanto, e a fim de evitar a formulação de regras sobre a obra, a produção e a recepção, os programas tornaram-se mais “filosóficos” e “substancialistas”. Em outras palavras, produziram-se ótimas respostas sobre como a “literatura” deve ser, embora nada se tenha concluído acerca daquilo que autores e leitores efetivamente realizavam.

Talvez a poética e a estética tenham sido menos produtivas no século XIX do que no Iluminismo. De qualquer forma, é muito fácil identificar a crescente fascinação que autores e especialistas em literatura oitocentista sentiram em relação ao paradoxo. Uma criação oitocentista, por exemplo, foi o conceito de clássico (*klassisch*), conceito tão familiar nos países de língua alemã⁵⁰. O propósito fundamental desse conceito era reu-

48 Para um análise mais detalhada do conceito de estilo de Buffon, ver Hans Ulrich Gumbrecht, “Schwindende Stabilität der Wirklichkeit: Eine Geschichte des Stilbegriffs”, in *Stil*, pp. 728-788, especialmente 754ss.

49 *Idem*, pp. 757ss.

50 Sobre a origem do conceito de classicismo, ver Hans Ulrich Gumbrecht, “‘Klassik ist Klassik – eine bewundernswerte Sicherheit des Nichts?’ oder: Funktionen der französischen Literatur des siebzehnten Jahrhunderts nach Siebzehnhundert”, in *Französische Klassik: Theorie, Literatur, Malerei*, Fritz Nies e Karlheinz Stierle (orgs.), München, 1985, pp. 441-94; e “Phönix aus der Asche, oder: Vom Kanon zur Klassik”, in *Kanon und Zensur: Archäologie der literarischen Kommunikation*, A. Assman e J. Assman (orgs.), München, 1987, pp. 284-299, vol. 2.

nir os conceitos de *belo eterno* e *belo relativo*. No entanto, uma importante inovação ocorreu: não se tratava mais de distribuir a contradição entre os pólos da produção e da recepção, mas de concentrá-la na própria obra. Assim, o conceito de classicismo surgiu como um emblema da ambigüidade oitocentista. A autêntica experiência histórica, fundada na diferença, precisava ser conciliada com a necessidade de uma realidade estável, portanto dotada de algum nível meta-histórico⁵¹. As palavras de Sainte-Beuve, tratando dos autores clássicos da literatura francesa, são sintomáticas: “Acreditamos demonstrar o necessário respeito afirmando que o estilo de Racine, assim como o de La Fontaine e o de Bossuet são dignos de estudo eterno; no entanto, é impossível imitá-los, pois seus estilos são pouco aplicáveis aos novos dramas, precisamente porque são estilos apropriados a um gênero de tragédia que não é mais de nosso tempo”.⁵²

No âmbito das definições oitocentistas da arte e da literatura, destaca-se o hiperbólico “Prefácio de *Cromwell*” de Victor Hugo. Não somente ele buscou unificar princípios estéticos e conceitos mutuamente excludentes, mas buscou amalgamar os instáveis valores do código do sistema literário:

A musa puramente épica dos Antigos havia somente estudado a natureza sob uma única face, repelindo da arte sem piedade quase tudo o que, no mundo submetido à sua imitação, não se referia a um certo tipo de belo. Tipo de início magnífico, se tornou nos últimos tempos falso, mesquinho e convencional. O cristianismo conduz a poesia à verdade. Como ele, a musa moderna verá as coisas com um olhar mais elevado e mais amplo. Sentirá que tudo na criação não é humanamente *belo*, que o feio existe ao lado do belo, o disforme perto do gracioso, o grotesco no reverso do sublime, o mal contra o bem, a sombra com a luz⁵³.

51 A tenacidade com a qual o século XIX se ateve a categorias meta-históricas, e a crença em “formas originárias”, foi uma intuição a que tive acesso pela primeira vez através de uma sugestão de Siegfried J. Schmidt, num seminário sobre a história do conceito de gênero que ensinamos juntos na Universidade de Siegen.

52 Sainte-Beuve. “Portraits littéraires”, in *Oeuvres*, M. Leroy (org.), Paris, 1966, p. 416, vol. 1.

53 Victor Hugo. “Prefácio do *Cromwell*”. Tradução e notas de Celia Berreutini, São Paulo, Perspectiva, 1988, pp. 24-25.

O "Prefácio do *Cromwell*" se notabilizou como o manifesto do romantismo francês. No entanto, Hugo formulou a legitimação que mais tarde seria empregada pelos defensores do realismo; legitimação essa que dominou a arte e a literatura oitocentista. Após a "humanidade" e a "verdade", a "realidade" tornou-se o objetivo a ser perseguido pela literatura. Tendo chegado a esse ponto, Hugo fez mais do que apenas justapor "belo" e "feio"; de fato, premido pela necessidade de fornecer definições, terminou descobrindo uma forma de permitir à poesia mesclar seus pólos opostos numa unidade paradoxal: "Ela [a poesia] se porá a fazer como a natureza, a misturar nas suas criações, sem entretanto confundi-las, a sombra com a luz, o grotesco com o sublime, em outros termos, o corpo com a alma, o animal com o espiritual, pois o ponto de partida da religião é sempre o ponto de partida da poesia. Tudo é profundamente coeso".⁵⁴ Por fim, Hugo criou um instrumento para dissolver o paradoxo e esse instrumento foi empregado com frequência pelos homens de letras do século XIX. O instrumento de Hugo pode ser denominado "rejeição à poetologia", ao qual deve-se imediatamente acrescentar a "rejeição aos prefácios". No entanto, uma completa "invisibilização" da poetologia ou dos prefácios dificilmente seria bem-sucedida, já que a literatura, em virtude de sua função e de suas características enquanto comunicação compacta, necessita sempre falar de si mesma. Por esse motivo, Hugo termina rejeitando o ato de rejeitar prefácios e, em seu "Prefácio do *Cromwell*", produz uma página sobre esta metarrejeição, por assim dizer:

Não é, além disso, sem alguma hesitação que o autor desse drama tomou a decisão de carregá-lo de notas e prefácios. Habitualmente, estas coisas são muito indiferentes aos leitores. Eles se informam antes sobre o talento de um escritor do que sobre suas maneiras de ver; e, se uma obra é boa ou má, pouco lhes importa saber sobre que idéias está assentada, com que espírito germinou. Não se visitam quase os porões de um edifício cujas salas foram percorridas, e quando se come o fruto de uma árvore, preocupa-se pouco com a raiz. Por outro lado, notas e prefácios são algumas vezes um meio cômodo de aumentar o peso de um livro e de engrandecer, pelo menos em aparência, a importância do traba-

⁵⁴ *Idem*, p. 25.

lho. (...) Considerações de outra ordem influíram no autor. Pareceu-lhe que se, com efeito, quase não se visitam por prazer os porões de um edifício, algumas vezes não se aborrece de examinar-lhe os fundamentos. Entregar-se-á pois, ainda uma vez, com um prefácio, à cólera dos críticos. *Che sara, sara*⁵⁵.

Esta metarrenúncia supõe uma complexa questão. Por que a poetologia e a estética oitocentistas, mesmo quando buscam dissolver seus paradoxos, terminam promovendo seu retorno? Depois de 1800, o problema resultante de programas obsoletos e da perene atualidade de obras do passado foi naturalmente agravado pelo historicismo. Este efeito foi intensificado pelo surgimento da disciplina "história literária". No entanto, a poetologia e a estética oitocentistas somente confirmaram o que desde a Idade Média já se afirmava, ou seja, a função do discurso literário é produzir versões alternativas da realidade dominante. Ora, a "centrifugalidade do mundo" define uma das mais importantes experiências do cotidiano no século XIX. Por isso mesmo, perdeu-se gradativamente a esperança de preservar uma cosmologia unificada. Como consequência, a pretensa função do sistema literário de unir o diverso, inclusive de unir elementos mutuamente excludentes, necessariamente surge como uma alternativa à realidade do dia-a-dia⁵⁶. Ressalvo, contudo, que nem sempre os textos obedeceram fielmente às determinações dos preceptistas.

Esgotamento da Função (E Paralisia do Código)

De fato, o século XIX foi a "grande época da literatura". Durante o nosso século, pelo contrário, a literatura tem vivido uma crise que chega a ameaçar a sobrevivência do sistema literário. E destaque-se que esta é uma crise muito mais séria e radical do que as anteriormente descritas e

55 *Idem*, pp. 13-14. Não me deterei, neste contexto, na definição de Baudelaire sobre modernidade e arte, pois tais definições, além de suficientemente conhecidas, já foram interpretadas até a saturação.

56 Para uma análise textual mais detalhada desta hipótese, ver Hans Ulrich Gumbrecht e Jürgen E. Müller, "Sinnbildung als Sicherung der Lebenswelt – ein Beitrag zur funktionsgeschichtlichen Situierung der realistischen Literatur am Beispiel von Balzacs Erzählung 'La Bourse'", in *Honoré de Balzac*, Hans Ulrich Gumbrecht, Karlheinz Stierle e Rainer Warning (orgs.), München, 1980, pp. 339-89.

relacionadas aos problemas oriundos de sua diferenciação e autopoiesis. Acredito que esta crise se explica facilmente, quando a situamos no contexto finissecular dos anos 80. Vivemos num “mundo de realidades múltiplas”, resultante da diferenciação social, e esta experiência é aceita mesmo por quem ainda supõe que sua realidade é a “realidade de todos os demais”. No entanto, não mais dispomos de *uma* única realidade; portanto, a literatura perdeu a exclusividade no tocante à função de fornecer “outras versões da realidade”. Em outras palavras, não é mais necessário contar com um sistema cuja específica função seja fornecer tal alternativa, pois já a vivenciamos em nosso dia-a-dia. Para tanto, basta um passeio cotidiano por diversos sistemas sociais⁵⁷. Num exemplo mais radical: ao assistirmos televisão, o controle remoto pode, num piscar de olhos, conduzir-nos sem cessar a “outras versões da realidade”. Tal banalização da experiência do contingente permite a formulação da seguinte pergunta: em que medida movimentos de massa como o turismo cultural – que ainda se encontra em alta – e um historicismo barato – segundo o qual, tudo que é antigo é, por isso mesmo, bonito⁵⁸ – seguirão atraindo turistas e colecionadores de antigüidades? Talvez esta busca revele o desejo de definir o “autêntico” como aquilo que não tenha sido criado no presente. No entanto, é como se esta busca ironicamente revelasse o desejo de identificar a contingência do nosso mundo como o único elemento não-contingente.

Artistas e literatos já principiaram a reagir ao esgotamento da função da arte e da literatura, embora a própria idéia de um mundo composto por múltiplas realidades ainda não se encontre formulada conceitualmente com precisão. Uma tentativa respeitável foi esboçada pela pintura não-figurativa. Uma vez que o pintor não pode mais dar conta do sentido do mundo, sentido esse capaz de unificar a pletora de sentidos de um mundo igualmente constituído por uma pletora de realidades, a não-figuratividade parece buscar a ilusão de descartar-se do sentido através da concentração do artista no gesto pictórico, gesto que lida exclusivamente com formas, cores e materiais. Desde os primórdios do século XX, no entanto, tanto o corpo humano quanto a natureza extra-humana também foram descobertos como a referência situada além das múltiplas realidades

57 Este útil e bem-vindo conceito foi sugerido por Helmut Kreuzer.

58 Niklas Luhmann dedicou duas irônicas (e brilhantes) páginas a este problema em “Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst”, p. 657ss.

criadas pela humanidade. Para seus descobridores, o corpo e a natureza podem ser vivenciados como instâncias opostas ao “sentido” e como núcleo de resistência à pluralidade. Eis provavelmente a razão pela qual o “corpo desmembrado” seja quase tão eficaz para a compaixão discursiva quanto o corpo que é “suprimido” ou mesmo “violentado” por funções e intenções⁵⁹.

Hoje contamos com sofisticadas teorias sobre a arte e a literatura. Essas teorias buscam sistematizar “o anseio por uma sensibilidade imediata, enquanto oposta ao sentido, e o anseio por unidade, enquanto oposta às realidades múltiplas; anseios esses simultâneos à consciência da impossibilidade de satisfazê-los”. Quando Jacques Derrida desenvolve os conceitos de *architrace* e de *différance*, quando Jean-François Lyotard retoma o conceito de sublime, eles estão engajados na “desconstrução” de formas de sentido, em prol da “desestabilização” do discurso unificador. E este engajamento se explica porque, buscando um absoluto não-contingente, eles se tornaram melancólicos. O fato de que, em suas investigações, inevitavelmente evoquem os “clássicos modernos” sugere um conjunto de circunstâncias que pode ser denominado “paralisia dos códigos”. Milhões de seres humanos estão à procura de algo que os situe além das realidades múltiplas vivenciadas no dia-a-dia. Muitos passam a preocupar-se com seus corpos com intensidade inédita. Outros desenvolvem grande entusiasmo pela natureza – para dizê-lo ironicamente, muitos envolvem-se em organizações comunitárias para preservar a “última árvore”. No entanto, quem de fato se ocupa de Cage Barnett Newmann, a não ser o conhecedor de arte ou o investidor financeiro?⁶⁰ Por certo, sabê-lo não significa desqualificar o Partido Verde, tampouco a arte norte-americana contemporânea. No entanto, não há como deixar de reconhecer que, como regra geral, os especialistas em arte e literatura somente se dedicam à arte contemporânea quando a encontram em livros ou museus.

Na linguagem cotidiana facilmente consideramos a música sintética e a propaganda como objetos “belos” (ou “feios”), assim como foi possível proferir os mesmos juízos sobre árvores e corpos durante séculos.

59 O verdadeiro léxico de sintagmas deste tipo poderia ser compilado a partir do índice de livros como o de Dietmar Kamper e Christoph Wulff (orgs.). *Die Wiederkehr des Körpers*, Frankfurt, 1982; e, ainda dos mesmos autores, *Der andere Körper*, Berlin, 1984.

60 Niklas Luhmann assim formulou esta questão: “Como resultado, a intensificação dos requerimentos para inclusão termina resultando na exclusão”, in “Das Kunstwerk und die Selbstreproduktion der Kunst”, p. 650.

Entretanto, uma tese de doutorado sobre objetos similares, os quais, na estilização do final do nosso século, desejam ser "outras versões da realidade" e são experimentadas enquanto tais, ainda colocaria seu candidato numa situação de risco. A rigidez da perspectiva acadêmica parece estar associada ao fato de que a diferenciação de códigos e programas não foi bem-sucedida nos sistemas da arte e da literatura. Ao julgarmos uma obra "bela" (ou "feia"), sintomaticamente sentimos uma obrigação imediata de definir a beleza e seu oposto. Os próprios "escritores" produzem teoria em lugar de poemas e romances, e geralmente o fazem mais explícita que intrinsecamente.

Do ponto de vista sociológico, tal rigidez talvez tenha perdido toda relevância, e questioná-la com o auxílio da filosofia social pode esclarecer o fato que preferiríamos ignorar: numa sociedade composta por realidades múltiplas, a existência de um sistema cuja função exclusiva seja a produção de "outras versões da realidade" talvez não seja mais necessária. De outro lado, para uma disciplina como os estudos literários, a paralisia no emprego do código pode implicar "uma sentença de morte". Aliás, já contamos com razões suficientes para presenciar um tédio mortal nos debates literários. E eis a razão pela qual muitos críticos literários preferem cada vez mais ler autores que não pertencem a seu campo de estudos. Por exemplo, Niklas Luhmann.

Tradução de João Cezar de Castro Rocha

Capítulo 4

“É Apenas um Jogo”: História da Mídia, Esporte e Público

Um Avanço Tardio

Os Jogos Olímpicos em 1988 teriam representado um avanço mesmo que nenhum recorde houvesse sido batido¹. Pois, por um lado, sucedeu que os melhores atletas profissionais do mundo não tiveram mais que se comportar como se estivessem simplesmente gozando férias sem remuneração, a fim de participar. E, por outro, a programação dos eventos, por mais que a organização a tivesse detalhado – foi em geral ajustada ao ritmo das financeiramente poderosas estações de TV, representando o público norte-americano e o europeu. A boa e antiga expressão “é apenas um jogo” já não pode ser entendida como uma negação do impulso dos atletas de vencer e de ganhar dinheiro – porque simplesmente não existe lugar na moralidade do século XX para encorajar os assalariados a abrirem mão de rendimentos ganhos com justiça). Com relação a Seul, a expressão “é apenas um jogo” pode, no melhor dos casos, referir-se aos espectadores em torno dos quais praticamente “tudo” em princípio gira.

1 Várias passagens deste ensaio remontam a discussões no projeto sobre “Pré-história e História Inicial da Televisão” dentro do “Projeto Especial de Pesquisa da Universidade de Siegen: Estética, Pragmática e História da Televisão”, que empreendi juntamente com Monika Elsner, Thomas Müller e Peter-Michael Spangenberg.

Ora, com certeza nenhum espectador ou comentador dos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, ou de Moscou em 1980, realmente acreditou que alguém tenha conquistado uma medalha sem receber compensação financeira; e é igualmente absurdo imaginar, hoje, que algum país se envolva em esportes internacionais somente para reforçar os laços de amizade entre a “juventude do mundo” – sem levar em conta os espectadores e os lucros por eles proporcionados. Mas por que então houve uma oposição tão tenaz à profissionalização e à reorganização da estrutura dos eventos à necessidade do público da mídia? Por que tantos repórteres falam e escrevem sobre espetáculos esportivos em frases que soam como se, durante um passeio dominical, alguém incidentalmente se deparasse com um grupo de meninos e meninas divertindo-se com jogos? Para sermos mais exatos (mais teóricos?): por que tanto do interesse investido no esporte concentra-se na preservação da aparência de “pureza”, a fim de protegê-lo contra a “contaminação” do dinheiro e da mídia?

A fim de evitar falsas esperanças, desde já reconheço que não disponho de resposta satisfatória a essas questões. Mas talvez seja útil assinalar que a intensa resistência à “contaminação do esporte pelo dinheiro e pela mídia” foi especialmente forte no que então constituía a Alemanha Ocidental². Em que outro lugar um clube anti-Becker teria sido fundado, após sua surpreendente vitória em Wimbledon? Em que outro lugar a antiga Associação Norte-Americana de Futebol teria sido chamada “liga de opereta”, com amargo desprezo, principalmente porque seus patrocinadores abandonaram a regra do impedimento que tem castigado a paciência de amantes do futebol há décadas? Para sermos precisos, a Associação Alemã de Futebol concluiu nesse meio tempo, com “impiedoso realismo”, que o apoio dos freqüentadores de estádio havia caído a um nível tão baixo que a existência de *todos* os clubes profissionais não podia mais ser assegurada. Mas a investigação resultante terminou por exigir que uma certa “virtude alemã” fosse lembrada: se os times estivessem *realmente* jogando bem, os estádios voltariam a lotar. Igualmente “romântico” – e o termo aqui deveria significar uma “melancólica fixação no passado” – foi o curso de um colóquio na Alemanha Ocidental sobre “esporte e literatura” no final de 1985, do qual tive a honra de participar. Um professor de asa delta (e

2 Um cartaz em uma igreja católica em Bochum, em abril de 1986, declarava: “Deus não é um espectador de esportes”.

além disso, um literato), tão abatido quanto famoso, e que regularmente se torturava em rigorosas maratonas de *jogging*, comunicou a estupefatos ouvintes até que ponto a consciência deles poderia expandir-se à medida que reprimissem e esquecessem seus corpos. Sobre aquelas formas de esporte que são "esportes de massa" simplesmente porque milhões de espectadores os assistem pela TV, apenas os participantes americanos tinham algo a dizer.

Em resposta à pergunta por que a crítica do espectador de esportes, especialmente na Alemanha Ocidental, adota um tom tão cáustico, e por que apenas um número limitado de esportes são considerados dignos de serem tematizados literariamente, fornecerei determinados elementos históricos – mesmo esta não sendo minha preocupação principal. A questão é, a partir de uma *perspectiva histórica*, contribuir com argumentos para a tese de que o esporte participativo e o esporte de espectador não têm necessariamente que serem vistos como uma concorrência e, portanto, que a reorganização (perceptual) do esporte profissional segundo as exigências técnicas da mídia e as necessidades dos espectadores pode facilmente ser aceita como legítima. Além disso, dentro do esquema de nossa retrospectiva histórica, veremos que precisamente a literatura, que com tanta frequência é considerada como o antípodo intelectual dos modernos esportes de espectador, exerceu um papel bastante substancial na sua criação. Com mais detalhes, gostaria de postular três teses.

1ª Os esportes de espectador, considerados sociológica e funcionalmente, são uma área substancial da vida cotidiana no final do século XX. Como todas as formas de comunicação e participação das quais o corpo foi eliminado, eles contribuem para a naturalização da dicotomia corpo/espírito. Ao menos nos países industrializados essa naturalização facilita que os trabalhadores prossigam em suas atividades, apesar do fato de que o corpo e a presença corpórea estejam amplamente excluídos. A peculiaridade funcional do esporte de espectador se esclarece na capacidade de compensar o afastamento do corpo, ainda que se trate de uma compensação imaginária, ilusória.

2ª Com a introdução do livro impresso, foi a literatura, mais do que qualquer outra forma de comunicação, que contribuiu para a institucionalização da dicotomia corpo/espírito. Ou seja, sem a literatura, o hábito do esporte de espectador nem mesmo existiria, pois ele visa a compensar

a institucionalização daquela dicotomia. Como emblema para uma experiência *autêntica* por parte do sujeito, e que pode ser oposta à “mera assistência passiva”, a literatura somente foi reconhecida no início do século XIX.

3ª A história da cisão corpo/espírito, como a história da dicotomia experiência autêntica/assistência passiva, passou por uma fase de aceleração intensiva nas primeiras décadas do século XX, seguindo-se à introdução das novas técnicas da mídia – por exemplo, o filme, o rádio, o fonógrafo. A “investida histórica” objetivou-se, sobretudo por volta de 1930, numa série de configurações particulares de sentido legitimadoras da dicotomia corpo/mente, mas também em gestos coletivos e movimentos intelectuais de oposição em nome do ideal de uma “imagem holística da humanidade”. Aqui, a pretensa competição entre os esportes de espectador, por um lado, e a literatura, por outro, parece ter atingido o nível que ainda hoje é mantido³.

Neste ensaio, devido à complexidade do assunto, será necessário – e espero contar com a compreensão do leitor – trabalhar com argumentos muito condensados de outras investigações. No entanto, se estou correto, o trabalho teórico sobre os problemas aqui introduzidos está, na melhor das hipóteses, apenas começando. E tal começo requer “hipóteses fortes”.

No que segue, eu gostaria de me abster de julgamentos de valor. No entanto, como minha “socialização intelectual” teve lugar na tradição alemã, sou levado a considerar qualquer esperança de realizar este desejo como ingênuo. E apesar desse ceticismo alemão, resistirei à tentação de fornecer conselhos bem intencionados à “humanidade”, uma vez que vou

3 Ver Niklas Luhmann. *Soziale Systeme: Grundriss einer allgemeinen Theorie*, Frankfurt, 1984, pp. 331ss, especialmente à p. 337: “Em lugar disso, o corpo parece perfeitamente adequado a ser um foco de falta de sentido, quando ele não persiste em pura realidade mas serve, da perspectiva do esporte, como o ponto de partida para sua própria esfera de significado. O esporte não precisa nem tolera qualquer ideologia – o que de forma alguma exclui seu mau uso político. Ele apresenta o corpo que em nenhum outro lugar é tão intensamente reivindicado e o esporte legítima a atitude em relação ao próprio corpo, em relação ao que o corpo significa em si mesmo – não desprovido de ascetismo, sem dúvida, mas basicamente como seu exato oposto, isto é, não negativo, porém positivo. E o faz sem estar preso aos domínios do significado de outros antecedentes. Certamente, o esporte é considerado saudável; mas também esse contexto de sentido termina retornando ao próprio corpo”.

substituí-los por referências diretas àquelas experiências (subjetivas) nas quais meu próprio interesse neste tema se originou: sou um historiador literário, mas não um amante *incondicional* da literatura; sou um fã entusiasta de esportes, mas *exclusivamente* como espectador.

Estruturas Emergentes

Na busca de um conceito que descreva a relação entre literatura e esporte como a história de uma diferenciação de formas de ação e, posteriormente, como a história de uma relação funcional (indireta, como vimos), o conceito de jogo pode se revelar fundamental⁴. Em particular, dois elementos do conceito de jogo, destacados por Johan Huizinga, estão presentes tanto na literatura quanto no esporte. E não é difícil localizá-los em numerosas formas historicamente determinadas. Em primeiro lugar, verifica-se uma distância quanto ao mundo cotidiano de intenções e objetivos, distância verificável a partir de uma quantidade de diferentes pontos de vista. Pense-se, por exemplo, na "insularidade" do jogo ou na imprecisão do motivo que induziu o participante a começar a jogar. Em segundo lugar, jogos são caracterizados por regras, quer elaboradas durante o jogo, quer determinadas antecipadamente. Todos sabemos o que são, ou podem ser, tais "regras". O espectro objetivo de "regras literárias" é considerável, indo de formas de linguagem poetologicamente codificadas a hábitos especiais de comportamento comunicativo, e até aquele "pacto" entre autor e leitor no qual Jean-Paul Sartre desejava fundamentar seu conceito de "literatura engajada". É evidente que os jogos necessitam de regras porque eles não fornecem aos jogadores motivos claros para guiar o seu comportamento.

Uma vez que estou sobretudo preocupado com a história das relações entre literatura e esporte, não se trata apenas de encontrar perspectivas que forneçam uma mediação entre essas atividades, mas se trata também de determinar critérios que possam estabelecer distinções históricas das formas individuais de esporte e literatura. Concentrarei minha análise em três desses critérios: antes de mais nada, nas proporções de

4 Para o conceito de jogo, ver Hans Ulrich Gumbrecht. "'Mens sana' und 'Körperloses Spiel' / Sinnloses Treten und 'In corpore sano'", in *Sprache im technischen Zeitalter*, 92, 1984, pp. 262-278.

"corpo" e "espírito" envolvidas em cada atividade; sem dúvida, não pode haver qualquer jogo que elimine completamente um desses dois. Em segundo lugar, no grau de distância de um dado jogo do mundo cotidiano governado pela relação entre meios e fins. Por último, nas relações entre jogadores e espectadores; incluída, naturalmente, a possibilidade de jogos sem nenhum espectador.

Começarei esta mini-história das relações entre literatura e esporte na Idade Média. Esta é uma história que implica a polarização do esporte entre a "experiência subjetiva autêntica" e os "meros esportes de espectadores passivos", polarização, aliás, homóloga à dicotomia entre "literatura trivial" e *belles lettres*. Ora, quer nos concentremos em festivais da corte, quer no ambiente popular do carnaval, as protoformas medievais da literatura e do esporte estão inextricavelmente associadas, o que torna muito difícil determinar, num sentido moderno, a proporção de (des)equilíbrio entre a contribuição do corpo e do espírito. Esperava-se de um guerreiro, num torneio de cavaleiros, a demonstração do *ethos* de sua posição social. De igual modo, o trovador cantava suas canções com a própria voz, com o corpo todo, contribuindo assim para a intensificação, e mesmo para a atualização de uma tensão erótica latente. Os gestos corporais blasfemos do carnaval ligavam-se a um significado transcendental institucionalizado. Os festivais da corte e o carnaval permaneceram como conjuntos de formas medievais de jogos, formas distintas da vida cotidiana: especialmente, o festival da corte, em virtude de sua exclusividade social, mas também porque limitava-se ao curto espaço do "fim da primavera" – se lermos os romances medievais como documentos históricos, teremos a impressão de que os festivais eram celebrados apenas durante as semanas em torno do *Whitsuntide**. Era o tempo do carnaval, que incluía todas as classes, tinha seus limites, muito mais rígidos, estabelecidos pelo calendário da igreja, que ainda hoje vigoram. Até a Idade Média tardia, dificilmente terá havido espectadores para tais jogos. Qualquer pessoa que se lembre de representações contemporâneas de damas trajadas festivamente, observando, da alcova de um castelo ou de tribunas especialmente construídas, o combate dos cavaleiros, não deveria esquecer que seus favores e talvez seus corpos destinavam-se apenas aos vencedores.

* A semana que começava com o *Whitsunday*, originalmente *White Sunday*, assim chamado pela tradição de vestir os recém-batizados de branco, ou Pentecostes, sobretudo os três primeiros dias dessa semana. (Nota da Tradutora)

A disseminação do livro impresso como meio de comunicação, desde o final do século XV, introduziu uma mudança estrutural que fez com que as formas comunicativas passassem a excluir o corpo tanto quanto possível⁵. Foi só então que se formularam aqueles tipos de atos de fala que hoje são (mais ou menos) incluídos sob o conceito de "literatura". Mesmo um breve olhar para os torneios medievais da época mostra que a cena era dominada por uma verdadeira "profissionalização" de guerreiros famosos e que, conseqüentemente, esta práxis física deixara de ser um privilégio da nobreza. Naqueles inícios, a "literatura", assim como o "esporte", aproximava-se mais das funções e necessidades da vida cotidiana. Não é casual que tenha havido um extraordinário sucesso do *topos* clássico *prodesse et delectare*. Enquanto no século XIII ainda era preciso assinalar que as justas de cavaleiros pertenciam ao catálogo de jogos aristocráticos, *embora* eles também contribuíssem para o vigor militar, alguns "tipos de esportes" (por exemplo, a arte do arco e flecha) só foram considerados legítimos no começo do período moderno, quando claramente promoviam a competência marcial. Ao mesmo tempo, uma diferenciação entre participantes e espectadores tornou-se constitutiva de jogos intelectuais, assim como dos físicos. Em relação à literatura, um símbolo direto deste desenvolvimento foi a cortina do teatro, que era desconhecida na Idade Média. A cortina correspondeu a uma diferenciação marcada entre os papéis de autor e leitor, cujas ações seriam cada vez menos experimentadas como intercambiáveis.

É sintomático que aquelas reformas e revoluções que levaram às chamadas "democracias burguesas" – no sentido costumeiro de hoje, como uma realização do Iluminismo – tenham recorrentemente estilizado Gutenberg como um de seus mais importantes "precursores" e "benfeitores da humanidade". Tal canonização foi mais ou menos considerada uma óbvia honra, uma vez que o livro impresso foi visto como o instrumento individualmente mais significativo na proliferação do novo conhecimento. Entretanto, numa retrospectiva de final do século XX, podemos e devemos acrescentar uma outra dimensão a esta obviedade. Vistas do ponto de vista da teoria do Estado, as democracias parlamentares "burguesas" caracterizam-se pelo princípio da representação, o que também significa dizer, pelo princípio de uma concepção de ação política e de exercício político do

5 Cf. Niklas Luhmann. *Soziale Systeme*, pp. 323ss. Hans Ulrich Gumbrecht. "The Body vs. the Printing Press: Media in the Early Modern Period, Mentalities in the Reign of Castile, and Another History of Literary Forms", in *Poetics*, 14, 1985, pp. 209-227.

poder que não supõe a presença do corpo. Nesse sentido, aquilo que Gutenberg possibilitou, tornou-se obrigatório pelas reformas e revoluções dos séculos XVIII e XIX.

Certamente, a existência cotidiana, determinada pelos novos sistemas políticos, não correspondia em todos os seus aspectos aos sonhos do Iluminismo ou à auto-imagem coletiva oficial. Nesse sentido, Niklas Luhmann chamou a nossa atenção para o fato de que a ampliação do ideal da comunicação criadora de consenso, estendendo-a dos círculos conhecidos dos *philosophes* a todo o espaço social, esteve desde o início fadada ao fracasso. Michel Foucault reconstituiu a forma como o "autocontrole" do cidadão cresceu a partir do exercício físico do poder estatal na sociedade feudal: o domínio e a contenção de (numerosas) necessidades corporais através da manutenção rigorosa da "moralidade civil". Sob essas condições, todas as formas específicas de jogos que destacavam o corpo e o espírito, que haviam anteriormente funcionado (pelo menos desde o início do período moderno) enquanto respectivas disposições de socializações específicas de classe, agora se uniam numa nova esfera, a do tempo de "lazer".⁶ Sua unidade interna, extremamente complicada, torna-se visível no momento em que se reconhece que, ao menos hoje, formas de comportamento e de ação infinitamente diferenciadas na esfera do lazer são sempre enfocadas a fim de realizar justamente uma coisa: compensar o hiato entre a experiência da existência cotidiana e a auto-representação formulada pelas sociedades modernas. E, uma vez que tal compensação só se torna viável onde não é reconhecida como compensação, desde o início do século XIX, a explicitação dos interesses do esporte e da literatura tem sido vista como uma atitude "vulgar". Assim, eles parecem estar mantendo uma segura distância em relação ao mundo cotidiano dos objetivos.

Nessas circunstâncias, existem na sociedade burguesa dois modos básicos de comportamento de lazer. O comportamento considerado "exigente", "sério", e outro, "trivial". Essa dicotomia é acompanhada por nova diferenciação que, desde o início do período moderno, pode ser observada entre os jogos que enfatizam o corpo e os jogos que enfatizam o espírito, entre esporte e literatura. No nível "sério", a literatura e o esporte são experimentados como formas de experiência subjetiva "autêntica"; no nível

6 Ver Hans Ulrich Gumbrecht. "Chants révolutionnaires, maîtrise de l'avenir et les niveaux de sens collectif", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 30, 1983, pp. 235-256.

"trivial", o espectador participa da literatura e do esporte "à distância". Desde o começo do século XIX, "a educação cultivada" tem sido crescentemente constituída por um certo diletantismo na literatura – ou, ao menos, no desenvolvimento de gostos literários especiais – e por cultivar ativamente certos esportes – o que pode ser bem ilustrado pela história das primeiras escaladas e dos primeiros alpinistas nos Alpes. Ao mesmo tempo, uma legitimação potencial para o modo não-ativo de comportamento de lazer foi empreendida desde o século XVIII. Foi a premissa, vinculada à figura do "sujeito cognitivo", de que a distância favorecia o conhecimento. Entretanto, nem todo romance oitocentista foi escrito por autores como Flaubert, da mesma forma que o *Gesamtkunstwerk* de Richard Wagner não era o único teatro musical daquela época. O que ainda hoje (mais ou menos condescendentemente) chamamos "literatura trivial" foi (e é) um estoque de textos e de peças teatrais que possibilitam ao espectador experimentar em sua imaginação tudo aquilo que ele não podia experimentar autenticamente – em "primeira mão", por assim dizer.

Já no século XIX, a prática ativa do esporte e o diletantismo literário começaram a convergir na forma de vida da "educação" exatamente como a literatura trivial e os espetáculos esportivos, na perspectiva do espectador. Lord Byron aprendeu a lutar boxe enquanto, por outro lado, melodramas podiam ser apreciados nos palcos de Paris desde 1795. Em outras palavras, desde que a Revolução francesa, como os historiadores dizem hoje em dia, "entrou em sua trilha burguesa". Nessa época, ao menos uma vez por ano, especificamente, no dia 14 de julho, realizavam-se monumentais corridas de carruagem no *Champs de Mars*. Há forte evidência a favor da conjectura de que eram precisamente tais espetáculos grandiosos que compensavam os espectadores por não participarem mais ativamente com seus próprios corpos. Assim, dramaturgos e críticos queixavam-se com frequência de espectadores mais fascinados com os belos corpos dos atores e atrizes do que com o "conteúdo" dramático. Eis o protótipo da estrela ou astro de cinema ou da televisão, para quem são escritos trechos especiais a fim de que seu corpo possa ser exibido de maneira privilegiada. Fenômenos complementares constituem a profissionalização do boxe, da corrida de cavalos, e, no limiar do século XX, a profissionalização do futebol.

Quando os dois modos básicos de lazer – as formas de experiência "autêntica" para o sujeito e as formas de espetáculos "triviais" para o espectador passivo – confrontam-se, é o primeiro tipo que, através dos séculos

XIX e XX, tem-se mostrado mais resistente à mudança histórica. Por outro lado, não podemos sequer imaginar algo como um "espetáculo trivial clássico", exceto onde estes tenham sido estilizados como "cultura elevada" ou como "figuras simbólicas nacionais" e, assim, retirados do mundo de espetáculos triviais. Foi isto que aconteceu com os heróis do cinema mudo e com alguns heróis esportivos, e parece prosseguir hoje com as corridas de automóvel do início do século XX e com os romances de Karl May. Mas, normalmente, uma incessante renovação na mídia e em seu conteúdo ocorre na esfera de divertimentos "triviais". Uma quantidade de desenvolvimentos individuais dentro desta dinâmica sugere que, vista em conjunto, esta tem se caracterizado por um crescente distanciamento do conjunto tradicional de formas literárias e por uma intensificação de uma presença (ilusória) do corpo. Colette, talvez a romancista mais bem sucedida da França no século XX⁷, fez sua estréia na virada do século com uma série de romances que fizeram época em torno de Claudine, uma heroína mais ou menos autobiográfica. De início, seus livros apareceram sob o pseudônimo "Willy", o pseudônimo literário do primeiro marido de Colette, um cordial empresário da indústria do entretenimento. Entretanto, segundo parece, quando Colette percebeu a atração erótica que a série Claudine exercia nos públicos-alvo heterossexuais e homossexuais, não só começou a publicar novas edições de seus romances sob seu próprio nome (artístico) – naquela ocasião, ela esteve a maior parte do tempo separada de Willy –, mas também raramente perdia qualquer oportunidade de exibir publicamente sua biografia não-ficcional, e sobretudo seu corpo, como a "realidade verdadeira" subjacente aos romances de Claudine. Com um repertório de pantomimas as mais banais, ela viajou pelas cidades do interior da França e fez história em 1906, ao desnudar os seios, noite após noite, em tal espetáculo. No entanto, apenas em 1907 a calculada autopromoção atingiu seu apogeu: num certo *Rêve d'Égypte*, no *Moulin Rouge* investiu pesadamente, Colette representava uma múmia que era beijada, e assim trazida de volta à vida, por um arqueólogo. O papel do arqueólogo foi desempenhado – sob um nome estranhamente inventivo, "Yssim" – pelo novo amante da escritora, o Marquês de Belbeuf, mais conhecido por suas namoradas como "Missy".

7 A respeito de Colette, ver a biografia – e sobretudo, as ilustrações que são tão importantes para a argumentação aqui levantada – de autoria de Geneviève Dormann. *Amoureuse Colette*, Paris, 1984.

É certo que Colette não se perdeu definitivamente para o mundo masculino. Nos anos 20, ela mais uma vez voltou-se (e permanentemente) para a musa mais séria da produção escrita. Ao final desta mini-história não deve ser omitido que, por volta de 1930, possivelmente por uma diminuição na venda de seus romances, Colette colocou seu corpo à disposição da indústria de cosméticos e até mesmo vendeu cosméticos em sua própria loja.

Experimentando e Resistindo à Dicotomia Mente/Espírito

As funções sociais que, durante os séculos XIX e XX, foram realizadas pela chamada "literatura trivial" e por certas formas de teatro (as quais mencionamos brevemente, ao vislumbrar a carreira de Colette) gradativamente se transferiram para espetáculos como as *Variétés*, os *music halls*, os filmes e os esportes de estádio. Essas formas trouxeram os corpos dos atores para o primeiro plano na indústria do entretenimento. Foi exatamente durante aqueles anos que os espetáculos esportivos começaram sua marcha triunfal. Lembrem-se os Jogos Olímpicos, os grandes circuitos de bicicleta, os campeonatos nacionais de futebol, as competições automobilísticas, as maratonas e a história verdadeiramente épica das lutas de boxe dos campeonatos de peso pesado. Sabe-se que o *Madison Square Garden*, o *Palais d'Hiver*, o *Berlin's Sportpalast* e o *Westfalenhalle*, em Dortmund, não eram apenas "estádios", pois não foram os espetáculos de esporte a única atividade que contribuiu para a naturalização da dicotomia corpo/espírito, e ao mesmo tempo para sua compensação. Elaborou-se grande oferta de divertimentos, indo dos espetáculos esportivos aos shows de variedades e aos novos salões de dança (onde eram homenageados o *charleston* e o tango) e, ainda, até as salas de exibição dos filmes mudos. É através do exemplo de um dos grandes astros dos anos 20 que podemos entender exatamente o que significava a identificação do espectador. Numa edição especial de setembro de 1926, a revista francesa *Mon Ciné* escrevia sobre a morte de Rodolfo Valentino:

Rodolfo Valentino agradava por suas qualidades físicas e também por sua atuação que era de rara maestria. (...) Rodolfo Valentino morre com a auréola de um grande sedutor, e muitas belas espectadoras o prantearão por longo tempo. Se suas aventuras sen-

timentais foram contadas pela imprensa cinematográfica de todos os países, com um luxo de detalhes que lhe desagradava soberanamente, ele se irritava de ler tais indiscrições, reclamando para si o direito de viver livremente, como os outros homens. Para dizer a verdade, ele não havia sido feliz no amor. Seu primeiro casamento com Jean Acker, uma atriz que não chegou à notoriedade, quase não durou, e o divórcio foi realizado a pedido da esposa que o acusou de "crueldade mental", em 1922. Sem dúvida essa acusação não tinha o menor valor, pois dois dias antes do desfecho fatal da doença de Valentino, sua primeira mulher lhe enviou uma luxuosa fronha de uma almofada de seda perfumada, sobre a qual havia sido bordada esta inscrição: "A Rudy, Jean." (...) E será talvez um pequeno consolo para todas as admiradoras de Rudy saber que, infeliz no amor, mesmo assim ele foi chorado, na morte, pelos olhos de uma mulher que o amava.

O corpo de Valentino, essas linhas não deixam dúvidas, foi oferecido em filmes a suas admiradoras como uma possessão. Se "identificação" significa "colocar-se em lugar de um outro", então o alvo da identificação aqui não é o espaço ocupado pelo corpo de Valentino, mas o espaço a seu lado. Idealmente, portanto, o espaço ao lado do astro, da estrela, deve preencher duas condições ao mesmo tempo: tem que permanecer livre para as projeções dos fãs, e tem que fornecer um modelo para como "comportar-se ao lado da estrela". Jean Acker, ex-esposa de Valentino, não mais aparece na citação de *Mon Ciné* como uma rival às fãs identificadoras; em lugar disso, sua saudação final é uma espécie de comportamento adequado para estimular a imaginação das admiradoras de Valentino.

Quando Rodolfo Valentino morreu, já há muito tempo constituía um dever modernista para os intelectuais – mesmo na Alemanha – mostrar entusiasmo por espetáculos esportivos, especialmente o boxe. Bertold Brecht escrevera parte da autobiografia do campeão de peso médio Paul Samson-Körner e provocara o público do teatro cultivado, expressando o desejo de ter, para suas peças, o mesmo tipo de público encontrado nas lutas de boxe. Certamente, quando olhamos mais de perto, temos a impressão de que Brecht e seu público ideal permanecem tão longe do tipo de espectador encontrado em divertimentos triviais quanto todos os seus precursores intelectuais do século XIX. Pois seu "teatro épico" exige distanciamento e habitua a uma atitude iminentemente cerebral de recepção. O que Brecht

provavelmente teria escrito sobre espectadoras teatrais que desmaiassem, como as fãs de Rodolfo Valentino? Sua famosa declaração axiomática a respeito do boxe, em todo caso, não foi jamais formulada da perspectiva do espectador ávido de identificação, mas negava o "valor educacional" do esporte em favor de uma experiência subjetiva "autêntica" que na verdade, e mais radicalmente do que nunca, deveria ser a experiência corpórea:

Há algum tempo comprei um saco de boxear, principalmente porque este ficava muito bem, pendurado sobre uma garrafa de whisky, e para dar a meus visitantes a oportunidade de criticar a minha tendência por coisas exóticas, e porque, com isto, eles deixavam de falar sobre minhas peças teatrais. Eu havia então chegado a compreender que quando tinha, na minha opinião, feito algum bom trabalho (aliás, mesmo depois de ler os críticos), eu dava ali uns bons socos enquanto durante os períodos de preguiça e de deterioração física nunca cheguei a pensar em me aprimorar com algum exercício decente. O esporte como higiene é abominável. Sei que o poeta Hannes Küpper, cujo trabalho é realmente muito bom, de forma que ninguém o publica, é um corredor de automóveis, e que George Grosz, contra quem também nada se pode dizer, luta boxe, mas tenho a certeza absoluta de que eles o fazem porque se divertem, e o fariam mesmo que isto os arruinasse fisicamente⁸.

Quando Brecht explica que o "prazer do esporte" é o "prazer de correr riscos"⁹, então deveria, finalmente, ficar claro que a experiência do sujeito buscada pelos intelectuais na literatura e no esporte não é menos uma função de compensação do que a identificação do "público em geral" com os heróis da tela e do estádio. Nesse sentido, poderia de início ser surpreendente encontrar uma afirmação positiva sobre a cisão corpo/espírito em um álbum das Olimpíadas Alemãs de 1936 que, à parte o gesto verbal, parece-se muito com o comentário de Brecht:

8 Bertold Brecht. *Schriften zur Politik und zur Gesellschaft*, in *Gesammelte Werke*, Frankfurt, 1967, pp. 90ss.

9 *Idem*, p. 28.

O salto de uma pantera é algo completo e contido em si mesmo. Tudo na pantera que salta, cada pêlo se encurva no salto, nada existe no animal que resista ao salto, nem no corpo nem em algo semelhante à alma. A mesma completude da pantera se manifesta quando Cornelius Johnson, o negro dos Estados Unidos, executa na barra um grande salto. Toda a beleza de seu salto só pode ser finalmente julgada quando a vemos gradualmente, em câmera lenta – um homem escuro elevando-se, lentamente, esticando-se horizontalmente, lento e suave, e então mergulhando, lento e frouxo, como só conhecemos nos animais. Mas mesmo assim, mesmo a olho nu, reconhecemos logo que os saltos de Johnson são especiais. Ele é um negro, está ainda mais próximo à natureza do que o homem branco; ele ainda tem uma forte animalidade à sua disposição, para realmente proporcionar-lhe pele e pêlo que sigam o movimento do salto; ele ainda possui aquele algo indescritível que traz a vitória, muito além da técnica¹⁰.

Qualquer pessoa que encontre discriminação *intencional* nestas linhas, além da discriminação factual contra os atletas negros em 1936, se enganará. Pelo contrário, a admiração por Cornelius Johnson tem quase toda a mesma motivação da satisfação pelas medalhas obtidas pela equipe alemã de boxe: "Enviamos ao ringue uma equipe de lutadores que foi selecionada menos por aptidão técnica do que por sua vigorosa resistência e imbatível espírito de luta".¹¹

Certamente, no esporte e nos espetáculos políticos fascistas, a hipostasia da corporalidade, afastando o intelecto, não visava à compensação. O atleta de sucesso visto como um homem composto de músculos funcionava como modelo de aptidão física do indivíduo (tomado aqui no sentido biológico) e como modelo de treinamento físico. Ou seja, tratava-se de material humano potencializado para fins militares. Já em 1933, um fascista espanhol mostrava-se tomado de admiração pela nova juventude alemã: "La inmensa pista del Stadium, el mismo sitio que ha de mostrar a los atletas del mundo la Olimpiada mundial de 1936, está repleta ya con la muchadada de ciento cincuenta mil entusiastas y viriles mozos de la

10 *Die Olympischen Spiele 1936 in Berlin und Garmisch-Partenkirchen*, Altona-Bahrenfeld, 1936, p. 18, vol.2.

11 *Die Olympischen Spiele*, p. 101, vol.2.

nueva Alemania".¹² Aqui a cisão corpo/espírito estava motivada e operacionalizada de maneira completamente distinta no que se refere às formas sociais liberais dos séculos XIX e XX, mas era compreendida no nível individual com empenho implacável. O velho ideal de uma "unidade do corpo e do espírito" foi reservado ao povo (*das Volk*) ou, mais precisamente, ao discurso fascista sobre o povo: "Sem rivais e únicos foram o espaço e o eco, na florescente felicidade da nação. A alegria e o júbilo de recuperarmos a juventude vibraram com sinceridade sem reservas, no contato com os jovens enviados de todas as nações. Jamais no mundo houve um lugar em que o espaço e a humanidade estivessem tão repletos de Espírito Olímpico como em Berlim".¹³

Todos conhecemos a incrível perfeição com que o nacional-socialismo empregou os meios de comunicação mais avançados da época para estender o horizonte do público para muito além do número de espectadores presentes no estádio. Não é casual que o álbum olímpico de 1936 astuciosamente descreva uma pintura monumental "do encerramento das festividades no estádio olímpico", incluindo dois repórteres radiofônicos com seus microfones, um cinegrafista e, no meio de toda essa parafernália, um enorme "canhão de televisão". Seja como for, parece ter havido uma certa lentidão, até mesmo certas formas de resistência quanto à intensificação da dicotomia corpo/espírito implicada na emissão dos espetáculos esportivos. E ressalto que não se tratava de uma questão de privilégios cultivados nem (infelizmente) uma questão de resistência política. Num telegrama sobre a luta de peso pesado entre Max Schmeling e o americano, Steve Hamas, que teve lugar em Hamburgo a 10 de março de 1935, o correspondente do *Frankfurter Zeitung* comentou, com certa dose de assombro:

Deve ter havido muito mais gente no *Hanseatenhalle* do que este pode realmente acomodar. Em um trem especial de Berlim, sentavam-se dois jovens que haviam obtido o dinheiro para os bilhetes do trem no último minuto. Fora isso, eles não tinham um tostão nos bolsos e certamente não esperavam encontrar ingressos gratuitos para a luta! A única coisa importante era estar na cidade, que em alguns dias havia se tornado o centro do mundo, como é o caso em Nova Iorque durante tais eventos.

12 Miguel Cruchaga Ossa. *El Tercen* [sic] *Reich*, Berlim, 1933, p. 145.

13 *Die Olympischen Spielen*, p. 5, vol.2.

Presumivelmente era a mesma inércia – ou, de um ponto de vista mais positivo, a mesma necessidade de uma experiência corpórea do ambiente – contra a qual um pioneiro crítico da televisão investia, no outono de 1939, quando se perguntava por que o entusiasmo pelo novo meio de comunicação (no qual, em todo caso, o nacional-socialismo nunca investiu muita esperança) havia caído tão abaixo das expectativas após apenas quatro bons anos de “serviços de programação”:

De início parecia que a televisão era uma arte “de inverno”, como se tivesse que ser reservada para aquelas horas comandadas pela escuridão ou, ao menos, pelo crepúsculo. Em primeiro lugar, por razões técnicas e práticas. É só no escuro que o quadro da televisão realmente se destaca; no outono ou no inverno, as pessoas permanecem em casa, e “à noite, a casa é apreciada”. Numa bela tarde de verão, certamente, é agradável escutar a música do rádio na varanda, e ninguém deseja abandonar o calor e a luz para entrar e ver figuras na umidade opressiva da sala fechada¹⁴.

Como já foi assinalado, tal persistência corporal nada tem que ver com a resistência política, e certamente não se manifestava apenas em frente à tela. Em todo caso, o fascismo e os novos meios de comunicação, juntamente a outros fatores, contribuíram, desde o final da década de 1920, para a experimentação consciente de certas consequências da dicotomia corpo/espírito, cujas raízes históricas são muito anteriores. A esses “outros fatores” provavelmente pertence a introdução dos filmes sonoros, os quais, desde aproximadamente a morte de Rodolfo Valentino, mudaram fundamentalmente os hábitos receptivos das platéias cinematográficas que haviam sido marcadas pelo cinema mudo. Em 1928, a internacionalmente famosa *Révue du Cinéma* iniciou um longo diálogo com seus leitores, extremamente interessante para minha perspectiva, com a pergunta, feita a sério, “Quem tem medo do cinema?”. As respostas dão a impressão de que o “medo do cinema” era um medo da superabundância da presença do corpo, oferecida pelo filme sonoro na tela:

14 Kurt Wagenführ. *Anmerkungen zum Fernsehen 1938 bis 1980*, Mainz/Stuttgart, 1983, p. 23.

Já pensaram em tudo que uma sala experimenta quando uma Greta Garbo, uma Clara Bow, um John Gilbert, um George O'Brien (por exemplo) toma de repente posse da tela? Em todas as ondas de amor, de ciúme, de pesar, de ódio, de piedade, de renúncia, de complacência que subitamente circulam e se misturam entre os espectadores?

Quando falamos do excesso de presença corpórea na tela que os filmes sonoros tornaram possível, esta formulação não está primariamente relacionada com a nova dimensão auditiva que aproximou a experiência do cinema da vida cotidiana. Ao comparar tomadas de filmes mudos com tomadas de filmes sonoros (iniciais), percebemos o contraste na "dessementização do corpo do ator". Uma vez que a mímica e o movimento não mais tinham que assumir as funções da linguagem como um meio comunicativo, a fascinação erótica, até mesmo a violência física do corpo do ator, que aparecia na tela em dimensões gigantescas, era aumentada. Talvez o "medo do cinema" não fosse senão a frustração do espectador, ainda mais intensa por nunca possuir aqueles corpos que estavam tão perto, por nem mesmo poder tocá-los.

Conhecemos muito melhor as reações de intelectuais a essa dicotomia do que os sentimentos de anônimos frequentadores do cinema nos anos 20 e 30. A enfática rejeição de Brecht ao "esporte como higiene" e ao "esporte como criatividade espiritual" pertence a essas reações, e sem dúvida representa um sintoma da falta de experiência direta. Michel Leiris que, em 1930, na *Révue du Cinéma*, havia veementemente apoiado os filmes do diretor afro-americano King Vidor, foi um dos líderes de um projeto etnológico de pesquisa de campo: a Expedição Dakar-Djibouti. A fim de financiar o projeto, um espetáculo público foi organizado, o qual, segundo nossa perspectiva, parece emblemático da consciência dos intelectuais ocidentais por volta de 1930. Al Brown, o negro campeão mundial de peso médio, lutou dez *rounds* contra o campeão de peso pluma da França, Roger Simendé. Al Brown não colocou seu título em jogo e doou sua bolsa para o projeto científico; projeto esse motivado por um cansaço intelectual com a civilização¹⁵.

15 Os textos originais e os cartazes no encarte *Al Brown boxt für die Soziologen*, Wolf-Dieter Gericke (org.), Frankfurt, 1980.

Ao final dos anos 30, o mesmo Leiris foi ativo na fundação do célebre *Collège de Sociologie*. O Colégio de Sociologia nunca atingiu, e nem mesmo buscou o *status* de uma instituição acadêmica oficial; em lugar disso, permaneceu como um grupo informal de debates. Entre suas atividades, organizou, num período de dois anos acadêmicos, entre 1937 e 1939, uma série de conferências centradas tematicamente¹⁶. Os interesses que unificavam esse círculo tornam-se claros logo que vemos que entre seus fundadores estava Georges Bataille, que havia se afastado do círculo surrealista agrupado em torno de André Breton, pois, em sua opinião, ele era demasiadamente disciplinado e intelectualizado. Juntamente com Roger Caillois, Bataille fundara uma revista com o significativo título de *Acéphale*. Em julho de 1938, junto com três outros manifestos de Caillois e Leiris, Bataille publicou em *Acéphale* seu texto "*L'apprenti sorcier*", que forneceu o impulso inicial para o trabalho no Colégio de Sociologia e, ao mesmo tempo, formulava seu programa. Bataille acusava a civilização européia não apenas de ter deixado as necessidades corporais da espécie humana insatisfeitas, mas também, através da permanência de tal frustração, de tê-las coletivamente reprimido:

Leva-se com [a infelicidade] um grande número de necessidades que é preciso satisfazer para evitar o desespero. Mas a infelicidade pode atingir [o homem] até quando este não está sofrendo. O infortúnio pode privá-lo dos meios de prover às suas necessidades: mas ele não é menos atingido quando lhe falta alguma de suas necessidades elementares. Na maioria das vezes, a ausência de virilidade não traz nem sofrimento nem desespero, não é a satisfação que falta a quem diminui: no entanto, é temida como uma infelicidade. Há portanto de um primeiro mal que não é ressentido por aqueles que atinge: só constitui um mal para aquele que tem de fazer face à ameaça de uma mutilação futura¹⁷.

Essas palavras ajudam a compreender por que as discussões que logo se seguiram, no Colégio, sempre começavam com a representação de ritos arcaicos de tempos pré-históricos ou com formas sociais no presente

16 Para uma visão mais diferenciada desta instituição, ver o excelente estudo *Le Collège de Sociologie: 1937-1939*, Denis Hollier (org.), Paris, 1979.

17 *Le Collège de Sociologie*, p. 18. (Tradução de Bluma Waddington Vilar)

que não haviam ainda, como diria Bataille, consumado o pecado da civilização. Mais tarde Bataille prosseguiu estilizando o sonho de um erotismo cuja intensidade física levaria necessariamente à morte. Ele descobriu um sorriso nos rostos de vítimas executadas ou torturadas que considerava como a expressão de uma realização física negada pela civilização.

E, finalmente, foi também na Paris dos anos 30 que a *chansonnière* Edith Piaf começou sua espinhosa carreira, cujo final foi compartilhado por toda a nação francesa. Ela não é um exemplo notável só porque a indústria de entretenimento fez um esforço, semelhante ao que vimos com relação a Colette, para apresentar suas canções como expressões condensadas de sua vida e, sobretudo, de seu sofrimento. A maior parte de seus textos tem o efeito de parecerem versões *pop* da filosofia pan-erótica de Bataille – "*heureux/se à s'en mourrir*". Mesmo podendo excluir qualquer influência direta, existe algo viável na hipótese de que as canções de Piaf fossem uma produção ajustada à mídia de um novo sentimento de vida para os intelectuais – isto é, a reação destes à experiência da dicotomia corpo/espírito. Portanto, não foi nenhuma surpresa que a imprensa francesa e a norte-americana se extaciassem diante do caso amoroso de Piaf com Marcel Cerdan, que se tornara o campeão mundial de peso médio, em Nova Iorque, a 21 de setembro de 1948. Em 16 de junho de 1949, ele perdeu o título e, na manhã de 28 de outubro de 1949, morreu no acidente aéreo de um *Super Constellation* sobre os Açores¹⁸. Em seu desespero, a imprensa sentimentalista reportava, Piaf acusava-se de ter matado Cerdan com seu amor, pois seu amante estava a caminho de encontrá-la em Nova Iorque.

Aqui, um pouco antes dos anos cinquenta, os mitos e as fascinações centrais de uma das grandes épocas de entretenimentos estão reunidos numa única história – o pugilista Cerdan, cuja vida fora dominada pela violência física a tal ponto que parecia haver pouco espaço para uma simpática disposição infantil; um novo erotismo, cantado por Piaf em concertos e em discos, cuja intensidade foi acrescida por um *pathos* específico, através do risco implícito da destruição do corpo; o avião, em que tecnologicamente materializavam-se o intelecto humano e a *physis* – todos esses elementos estavam uma vez mais reunidos numa unidade simbólica mas sempre perigosa. O que permanece presente hoje, fisicamente presen-

18 Isto, segundo um livro, formatado no estilo de um *society tabloid*, de Dominique Grimault e Patrick Mahé. *Eine Hymne an die Liebe: Edith Piaf und Marcel Cerdan*, Hamburg, 1984.

te, é a voz de Piaf, pois o efeito físico das gravações de sua voz, como uma objetivação de seu corpo sobre os ouvintes, é mais material, mais "real" do que a imagem de um corpo jamais poderia ser¹⁹.

É uma das convenções dos críticos cinematográficos desvalorizar os filmes musicais dos anos 30 como um declínio em relação à arte do filme mudo nos anos 20; aqueles são depreciados como "simples jogos" com novas possibilidades técnicas. Mas talvez o sucesso explosivo das gravações em discos e o entusiasmo por filmes musicais tenham ocorrido precisamente por causa da presença corpórea das vozes que eles tornavam mais "palpáveis", por assim dizer. Os musicais, portanto, representariam mais do que apenas uma perda de qualidade estética. Em outras palavras, os musicais permitiam uma reação menos frustrante à experiência de perda corporal. Em todo caso, os filmes musicais floresceriam novamente por volta dos anos 80, juntamente com o corpo, que, nas academias de ginástica e nos seminários pós-graduados de filosofia, mais uma vez moveu-se para o centro de interesse.

A Mutação Estrutural das Dicotomias

Na terceira quadra do século XX, a história da indústria do lazer tem sido dominada pela transferência das funções que haviam sido desempenhadas e marcadas pelo filme e pelo rádio desde 1900 para a televisão. Podemos observar, nesse processo, uma recorrência surpreendente entre diferentes países e regiões culturais. Isto não pode ser apenas uma consequência de inovações técnicas e de otimizações de produção; o triunfo da televisão pressupõe, lançando mão de uma citação de um parágrafo anterior, uma nova disposição, em aprazíveis noites de verão, de trocar o ar fresco pela "programação noturna". O argumento segundo o qual uma ida ao estádio jamais poderia atingir a pletora de detalhes e a visão geral da "cobertura esportiva" possibilitada pela televisão se torna cada dia mais forte e convincente. Será que finalmente encontramos o meio-termo ideal entre o afastamento do corpo e as formas de compensá-lo? No entanto, por outro lado, o esporte ativo tem seguramente encontrado novos adeptos, como pode ser visto sobretudo em esportes como o tênis e a equitação, os

19 Para a hipótese do potencial particular da voz na atualização da corporalidade, ver Paul Zumthor. *Introduction à la poésie orale*, Paris, 1983.

quais anteriormente eram exclusividade da elite e, em parte, de intelectuais. Nesse ínterim, tais esportes perderam em grande parte sua "filosofia" e prestígio social: por exemplo, a obrigação de usar determinados uniformes tornou-se obsoleta.

A enorme expansão quantitativa do âmbito do "tempo livre" deveria ser mencionada antes de mais nada como um pré-requisito desse duplo desenvolvimento. Hoje, as pessoas simplesmente têm mais tempo disponível para o lazer do que em 1950 ou mesmo em 1930. Porém, a multidão de novos esquiadores é recrutada a partir da massa de espectadores de programas desportivos? Os participantes de cursos de tênis vendidos em supermercados lêem poesia moderna? Dada a situação contemporânea, é consideravelmente mais difícil reconhecer configurações típicas do uso do tempo de lazer do que na primeira metade do século, o que certamente se relaciona com o fato de que as estruturas das várias formas de vida têm se tornado mais contingentes. Talvez alguém que ainda necessite do corpo em sua existência de trabalho prefira assistir a um jogo de futebol no estádio ou na televisão, enquanto alguém que se senta dia após dia numa escrivaninha, produzindo algum tipo de "trabalho intelectual", prescreva para si um período de férias associado à equitação. Vista em conjunto, a situação é muito menos clara do que sequer teríamos imaginado, há apenas vinte anos.

Enuncio, no entanto, minha pergunta uma última vez: quem lê literatura contemporânea? O que os seus poucos e remanescentes leitores costumam fazer com seus corpos? Por um momento, a questão pode ser contornada. Basta que se assinale que o cinema ou a programação na televisão educativa têm aproximadamente o mesmo valor que a leitura de um romance há meio século. Mas isto apenas adia o problema. Pergunto, pois: o que os espectadores de filmes de Fellini ou Wenders fazem com seus corpos? Em todo caso, eles normalmente não têm lições de boxe e também apenas ocasionalmente assistem a um jogo de futebol. Como experiências subjetivas "autênticas" do corpo, os intelectuais de hoje aderem àquelas experiências de corpo que "chegam ao limite" ou, mais exatamente, àqueles limites onde o experimentar do corpo transforma-se numa "expansão da consciência". Talvez essa obsessão com o "experimentar limites" seja uma indicação de como tornou-se difícil, mesmo impossível, estar de alguma forma em seus próprios corpos.

Tradução de Heloisa Toller Gomes



Capítulo 5

O Campo Não-Hermenêutico ou a Materialidade da Comunicação*

Estou contente por voltar ao Rio de Janeiro. Não apenas por conta de uma simples retórica acadêmica, mas porque as três vezes em que aqui estive representaram ocasiões para resumir determinadas etapas de minha vida intelectual e, ao mesmo tempo, o princípio de um novo caminho. Portanto, sempre em momentos de transição em meu trabalho, o que acredito poderia ocorrer mais uma vez.

Minha conferência se compõe de quatro seções. Começarei esboçando os *três conceitos característicos da situação pós-moderna*. Na segunda seção, descreverei o que se poderia chamar “campo hermenêutico”, vale dizer, uma forma de práxis que, em nossas disciplinas, está entrando em crise. Na terceira, tratarei o “campo não-hermenêutico”, este será o instante central desta conferência. Por fim, pretendo propor alguns conceitos que deverão fundamentar este novo campo.

I

Princípio pela descrição dos três conceitos característicos da situação pós-moderna: *destemporalização, destotalização, desreferencialização*.

O primeiro conceito tematiza o colapso do que podemos denominar “temporalidade moderna”. Temporalidade dominante desde os séculos

* O presente texto é a transcrição e tradução de uma conferência realizada em maio de 1992, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. De comum acordo com o autor, preservouse o caráter de apresentação oral. (Nota do Tradutor)

XV/XVI, até muito recentemente. Neste paradigma, o tempo confunde-se com uma matéria que flui de um passado, sempre e necessariamente distinto do presente, a um futuro, entendido como aberto e para o qual sempre podemos selecionar opções. Isto é, o futuro emerge enquanto previsível resultado do presente. Deste modo, a clássica assimetria entre passado, presente e futuro se constituía. A situação contemporânea evoca um futuro bloqueado. Em lugar da percepção moderna de um futuro cujas opções permanecem em aberto, passamos a temer este futuro: não mais o vemos como um resultado do presente, antes o presente parece tornar-se onipresente. Ao mesmo tempo, as possibilidades técnicas de reprodução de ambientes e condições do passado se aperfeiçoaram a tal ponto que, constantemente, o presente parece invadido por passados artificiais. Deste modo, as condições de destemporalização insinuam não um tempo que progride, mas um presente que cada vez mais domina o cenário contemporâneo.

O conceito de *destotalização*, e aqui penso no Jean-François Lyotard de *A Condição pós-moderna*, explicita a atual impossibilidade de sustentar afirmações filosóficas ou conceituais de caráter universal. Todos conhecem a polêmica de Lyotard contra *les grands récits*. Já não podemos construir mitologias, filosofias que pretendam abranger a toda humanidade. Nesta perspectiva se inspira a crítica a conceitos como o de “razão humana” ou o de “natureza humana”. No mesmo contexto, entendo o conceito foucauldiano de “heterotopologia”. Em suma, o conceito de *destotalização* descreve (e se inscreve em) um esteticismo incipiente no que diz respeito às grandes abstrações.

O conceito de *desreferencialização* ou *desnaturalização* trata da experiência do trabalho humano. Trabalho este cada vez mais definido como uma apropriação da natureza realizada através do corpo humano. Em nossa práxis cotidiana perdemos progressivamente um contato direto, a fricção do corpo com a matéria, por assim dizer. Esta perda traz consigo a sensação de enfraquecimento do nosso contato com o mundo externo. Não me refiro ao que objetivamente constituiria este mundo, mas à impressão de que nos movemos num espaço pleno de representações que já não contam com a referência segura de um mundo externo.

Portanto, estes três conceitos sugerem o sentimento de um mundo sempre menos estruturado e sempre mais viscoso e flutuante. Dizendo de outro modo: o sentimento do mundo não mais fundado na figura central do sujeito.

II

Tentarei agora descrever o que se costumava denominar campo hermenêutico. Não pretendo tratá-lo apenas como uma teoria filosófica ou uma determinada posição acadêmica. Ao contrário, ao dizer “campo hermenêutico”, em lugar de “hermenêutica”, sublinho que desde a institucionalização da imprensa no século XV até aproximadamente duas ou três décadas atrás, a compreensão do que constituía a comunicação, no interior da cultura ocidental, baseava-se em determinados pressupostos não-tematizados. Assim, o que academicamente chamamos “hermenêutica” não passa de uma versão, por assim dizer, mais sofisticada destas premissas básicas. A hermenêutica acadêmica, portanto, é uma invenção do século XIX, cujos pressupostos remetem ao século XV. As premissas do campo hermenêutico são muito simples; posso sintetizá-las em quatro principais.

Primeira premissa: o que denominamos “sentido” tem sua origem no sujeito e não numa qualidade inerente aos objetos. A tarefa de atribuir sentido aos objetos cabe ao sujeito.

Segunda premissa: a possibilidade de distinção radical entre o corpo e o espírito. Pensemos na tradição cartesiana e em seu corolário, segundo o qual é o espírito que de fato importa à comunicação e à auto-referência humana. Ninguém sabe exatamente o que se desejava designar por espírito, no entanto tal distinção era percebida como um dado natural.

A terceira premissa é óbvia: o espírito conduz o sentido.

Quarta premissa: neste contexto, o corpo serve apenas de instrumento que articula ou oculta o sentido. Aliás, um instrumento secundário. Por exemplo, a palavra hipocrisia, popularizada no século XV, expressa a técnica que possibilita ocultar com o corpo o que vai na alma, isto é, no espírito. Importa aqui destacar o papel de mero instrumento de articulação destinado ao corpo, cabendo ao espírito a criação de sentido.

Estas quatro premissas originaram uma topologia básica característica do campo hermenêutico. Topologia que explicita a relação de correspondência entre expressão e interpretação. Num texto hermenêutico, sempre que a palavra expressão é mencionada o que se tem em mente é a premissa do campo hermenêutico segundo a qual o sentido nasce na profundidade da alma, podendo contudo ser expresso numa superfície – a superfície do corpo humano ou a do texto. No entanto, e eis a importância do campo hermenêutico, a expressão, porque limitada à superfície, permanece sempre insuficiente quando comparada ao que se encontra na profun-

didade da alma. Deste modo, não apenas o corpo é um instrumento secundário de articulação, também a expressão se revela insuficiente. Em virtude desta premissa, no interior do paradigma hermenêutico se impõe a necessidade da interpretação. Interpretação: ou seja: processo que, principiando pela insuficiência de uma superfície qualquer, dirige-se à profundidade do que vai na alma de quem se expressa. Como resultado, estabelece-se uma identidade entre o que o sujeito desejava expressar e o entendimento do intérprete. O paradigma hermenêutico demanda, pois, o par expressão/interpretação. Interpretação cuja necessidade nascia da insuficiência intrínseca à toda expressão. Estas premissas básicas eram compartilhadas por todos e não apenas pelos especialistas. Desejo agora mencionar duas sistematizações acadêmicas do campo hermenêutico.

A primeira foi a de Wilhelm Dilthey. A ele se atribui a honra de ser o fundador da hermenêutica acadêmica, para mim uma pequena honra. A segunda foi a de Martin Heidegger. Com Heidegger se alcança a apoteose da hermenêutica – não tratarei de Hans-Georg Gadamer, porque na história da hermenêutica sua importância não se iguala à de Dilthey e Heidegger. A importância de Dilthey deriva da criação de uma disciplina acadêmica, a partir das premissas indicadas. Foi ele o primeiro sistematizador do que hoje denomina-se *The Humanities*, no mundo anglo-saxão; *Les Sciences Humaines*, no mundo francófono, e, na Alemanha, o que é ainda mais interessante, *Geisteswissenschaften*, literalmente, as “Ciências do Espírito”. Dilthey tornou explícito o impulso aglutinador de tais disciplinas. No caso, o fato de estarem todas fundadas no ato de interpretação. Interpretação em seu sentido hermenêutico, como compensação de uma expressão insuficiente. Dilthey afirmava de modo claro que o conceito de interpretação, embora principie numa superfície material, objetiva alcançar uma dimensão que permita o resgate da plenitude da interioridade espiritual. E, acrescentava, a materialidade de superfície com a qual se iniciara – materialidade que se poderia designar materialidade dos significantes – perde importância. Ele o diz com todas as palavras: nas Ciências do Homem – ou Ciências do Espírito – toda e qualquer condição material é apenas um elemento secundário, tanto no ato de expressão quanto no de interpretação. Deste modo, se a hermenêutica se fundamenta no ato interpretativo, apresenta como segundo pressuposto básico a exclusão de toda materialidade.

Considero Heidegger importante neste contexto porque para ele a interpretação não é apenas o centro das Ciências do Espírito, senão o centro mesmo da existência humana. Sua perspectiva se revela muito mais

radical: impossível ir além deste ponto, e, por isso, Heidegger representa a apoteose do domínio da hermenêutica. Como ninguém se permite desconhecer a obra de Heidegger, embora minha experiência demonstre que quase ninguém a conhece, destacarei três aspectos do projeto filosófico de *Sein und Zeit*. Heidegger pretende realizar uma análise da existência humana e para tanto propõe como pergunta central o princípio mesmo do problema: o que é a existência humana? Três premissas filosóficas devem destacar-se do trabalho de Heidegger para que se possa entendê-lo apropriadamente.

Primeira premissa: trata-se de uma filosofização da *existência humana em geral*. Este ambicioso esforço desconsidera qualquer cautela historicista, apesar de empreendido na Europa das duas décadas iniciais do século. Essa premissa está anunciada com clareza na Introdução de *Ser e tempo*. Heidegger acrescenta que para se falar da existência humana deve-se captá-la em sua totalidade filosófica. O exame atento do texto revela essa obsessão. Ao princípio de cada capítulo, Heidegger adverte sobre a necessidade de partir da apresentação da totalidade do fenômeno. Deve-se sublinhar que uma das bases de *Ser e tempo* repousa na premissa da totalidade. Heidegger a pressupõe; entretanto, acredito que já não possamos fazê-lo.

A segunda premissa (e mencionarei somente as que importam ao tema desta conferência) considera a existência humana autêntica, diversa portanto da que está perdida no mundo, como fundada entre a consciência da morte – antecipação de um futuro inevitável – e a faticidade – as circunstâncias contingentes e inexoráveis de cada vida individual. Esta segunda condição, em parte, explica a atitude heideggeriana em 1933. No entanto, para meu interesse destaco a seguinte consequência: se a existência humana autêntica sempre está localizada entre a antecipação da morte como futuro que não se pode evitar e a faticidade, resultante de um passado também inevitável; então, para Heidegger a *existência humana se funda numa premissa de temporalidade*. Premissa que creio filosoficamente inaceitável em nossa situação contemporânea.

A terceira premissa estabelece a existência humana como sempre realizada no interior do que Heidegger designa *estar-no-mundo*. Com os hífens pretende-se, por um lado, preservar o paradigma sujeito/objeto; porém, por outro, deseja-se acentuar que o sujeito nunca pode ser pensado como estando separado do objeto. Ao contrário, sempre está em contato direto com o “seu” mundo. Deste modo, em sua terceira premissa, Heidegger advoga uma referencialidade geral. Em outras palavras, a exis-

tência humana sempre se encontra em contato com objetos e, como se recordará, esta constitui a terceira condição que acredito não ser mais admissível hoje.

No entanto, se podemos afirmar que o projeto de *Ser e tempo* depende das seguintes premissas: a) totalidade; b) temporalidade; c) referencialidade, deduz-se com certa lógica que o ato central da vida humana corresponde ao ato interpretativo. Por isso, para Heidegger, o *estar-na-verdade* deriva da condição humana de *estar-no-mundo*. *Estar-na-verdade* significa que a existência humana é necessária e ontologicamente capaz de captar a verdade dos fenômenos. Para tanto, nem mesmo um esforço particular seria exigido; pois, segundo Heidegger, os fenômenos se revelam em sua verdade a partir de um estado de "relaxamento" (*Gelassenheit*). Condição sem dúvida tributária da perspectiva antiintelectual do filósofo. Afinal, o estado de relaxamento nada tem que ver com o trabalho intelectual de buscar a verdade, depurando-a. Ao contrário, o estado de *Gelassenheit* equivale a permanecer passivo, sem forçar ou apressar a verdade, permitindo que os objetos se revelem em seu ser autêntico.

Desejo sublinhar que a condição central da existência humana, o *estar-no-mundo*, implica, para todos aqueles capazes de relaxamento, a possibilidade de *estar-na-verdade*. Portanto, o *estar-na-verdade*, quer dizer, o deixar sair a verdade das coisas, equivale de modo natural à condição humana. Após a primeira edição de *Ser e tempo*, Heidegger publicou um breve capítulo sobre a centralidade da hermenêutica, o que confirma minha leitura. Espero que se tenha compreendido o rumo de minha argumentação. Tentei demonstrar o porquê das premissas fundamentais do projeto heideggeriano não mais se sustentarem, pois a centralidade do ato interpretativo tornou-se sem dúvida inviável. Em consequência, comprometeu-se o primado da hermenêutica.

III

Duas observações antes de passar ao campo não-hermenêutico.

A hermenêutica heideggeriana possui uma particularidade. Qualquer um dos textos escritos por Heidegger principia pelo esclarecimento da resposta-chave. Ao longo do livro desenvolve-se a pergunta, assim como se explica a razão da resposta. *Ser e tempo* começa com a resposta-chave apresentada como intuição, ainda sem base argumentativa; então, articula-se a pergunta e, por fim, a argumentação é deduzida. Para Heidegger, tal método

respondia a uma necessidade, pois não se poderia sequer começar a falar de um fenômeno sem a prévia captura de sua totalidade.

Um comentário final sobre o filósofo. Acredito que todo alemão tem a obrigação moral de ser muito crítico com sua obra. Aproveito para esclarecer o que já se terá entendido: não sou nem um pouco tributário a Heidegger. No entanto, é importante reconhecer sua incrível complexidade, ao mesmo tempo que a resistência a uma teoria complexa deve engendrar uma nova complexidade.

Tratando agora do campo não-hermenêutico, parto de um princípio dedutivo: se, como apresentei, a centralidade da interpretação, não apenas em Dilthey e Heidegger, senão na própria vida cotidiana, estava fundada nas premissas de temporalidade, totalidade e referencialidade e, se hoje estes conceitos entraram em crise, então pode-se supor que a crise atinge de fato a centralidade da interpretação.

Os anos 70 e 80 permitem observar sintomas que, retrospectivamente, sinalizam a problematização da centralidade do ato interpretativo. Por exemplo, desde os anos 60 e 70 a crítica ao postulado de uma possível interpretação correta ou adequada sinalizava essa problematização. Recorde-se, aqui, o surgimento da estética da recepção. Seu objetivo mais importante não privilegiava a interpretação, embora ela também fosse interpretativa. Contudo, num primeiro momento, podia-se entendê-la como problematizadora do postulado de uma interpretação correta. Impressão, porém, que logo se perdeu. Um segundo sintoma tornou-se claro a partir dos anos 80. Desde então vozes críticas, entre as quais a de Wolfgang Iser, têm questionado o ato interpretativo enquanto ato definidor da crítica literária. Iser, em lugar de negar a possibilidade de interpretação, posição que também me atrai, problematiza a premissa natural ou naturalizada de entender o ato interpretativo como o núcleo da competência profissional dos especialistas em literatura. Tal crítica teve lugar no contexto do debate sobre critérios de qualificação acadêmica, vale dizer, importava decidir se os exames a que os estudantes eram submetidos permaneceriam eternamente fundados em interpretações de textos. Ainda mais recentemente, desenvolveu-se um questionamento filosófico bastante radical do problema da compreensão adequada. Pensem em todas as teorias que adotam a forma o *Outro*. Nos Estados Unidos, quando se escreve *the Other*, há o interesse em sublinhar a irredutibilidade das culturas estrangeiras ao ponto de vista que as descreve. Posição baseada na premissa da impossibilidade de compreendê-las perfeitamente. Por fim, e tal aspecto importa para esta

conferência, não apenas na tradição desconstrucionista se encontra tal posicionamento. Num campo teórico totalmente distinto, na teoria geral dos sistemas, sobretudo a desenvolvida por Niklas Luhmann, reflexões semelhantes têm sido desenvolvidas. Por exemplo, a noção de sistemas autopoieticos parte do pressuposto segundo o qual os sistemas são “cegos” em relação ao que lhes é exterior. Na teoria dos sistemas, a percepção de um mundo exterior nada seria senão um produto secundário da auto-referência produzida. Em outras palavras, cada sistema produz uma descrição de si mesmo, estabelecendo assim uma referência interna. Simultaneamente, este sistema necessita pressupor algo que lhe é exterior, mas o faz sem poder considerá-lo. Não pretendo discutir o mérito destas premissas. Desejo apenas destacar que, nos últimos dez anos, assistimos a uma crítica crescente à idéia de interpretação totalizante do mundo, enquanto um dado necessário porque “natural”. Acredito, por exemplo, que este movimento conduziu a psicanálise a sérias dúvidas em relação aos pressupostos freudianos. Afinal, como todos sabemos, Freud não somente confiava, como se comprometeu com a possibilidade de uma compreensão plena e adequada. Aí surpreendemos uma das diferenças entre Freud e Lacan. Em Lacan, já encontramos um questionamento inicial desta premissa.

O campo não-hermenêutico caracteriza-se pela convergência no que diz respeito à problematização do ato interpretativo. Convergência capaz de associar pontos de vista sem dúvida distintos. No contexto contemporâneo, o que mais importa é a absoluta ausência de uma teoria hegemônica. Nem Derrida, tampouco Foucault ou a teoria geral dos sistemas desfrutam de qualquer tipo de exclusividade. Como um modo de apresentação do campo não-hermenêutico, empregarei a teoria semiótica de Louis Trolle Hjelmslev. Contudo, o faço como estratégia de apresentação; pois, para mim, Hjelmslev também pertence ao campo hermenêutico. Emprego sua teoria somente para elaborar uma cartografia. A oposição conceitual básica em Hjelmslev relaciona expressão x conteúdo. Em sentido amplo, expressão seria o significante, e conteúdo, o significado. O interessante em sua abordagem reside no acréscimo de uma segunda divisão. A segunda divisão opõe, de um lado, forma da expressão e substância da expressão; e, de outro, forma do conteúdo e substância do conteúdo. Reunindo a forma da expressão à forma do conteúdo teríamos o tradicional modelo do signo segundo Saussure.

A característica maior do que denomino “campo não-hermenêutico” concentra a tendência de distensão e afastamento entre estes quatro

campos. Hjelmslev estava preocupado com a síntese destes quatro momentos, que produz o conceito de signo, o significado em vocabulário saussureano. O que me interessa, ao contrário, diz respeito à contemporânea e crescente tendência de distanciar e distender estes quatro campos. Descreverei a seguir este processo. A novidade residirá menos nos objetos aos quais me referirei e mais em relacioná-los aos quatro campos enquanto espaços isolados. Em outras palavras, a *possibilidade de tematizar o significante sem necessariamente associá-lo ao significado*.

O campo da *substância do conteúdo* apenas foi descoberto recentemente pela filosofia e pela crítica literária. A substância do conteúdo seria uma esfera anterior à estruturação do conteúdo. Não dispomos de conceitos para descrevê-la. Trata-se de uma esfera onde não há binarismos, onde ainda não temos formas do conteúdo. Portanto, uma esfera anterior ao que se denomina "sentido". Deste modo, a fascinação recente com o imaginário, como uma zona prévia à estruturação de sentido, revela o interesse pela substância do conteúdo. Posso mencionar alguns sintomas dessa fascinação com o imaginário: o interesse renovado nos Estados Unidos pelas teorias de George Herbert Mead, que desenvolveu um pensamento específico sobre o imaginário; o último livro de Wolfgang Iser, que precisamente tematiza o imaginário*; por fim, o que, estando no Rio de Janeiro, parecerá um tanto tautológico, esta é também minha forma de ler a trilogia do *Controle do imaginário*, de Luiz Costa Lima.

No entanto, importa anotar que, ao mesmo tempo, surgiram teorias preocupadas exclusivamente com a *forma do conteúdo*. Interesse que tende a concentrar-se nas formas, ou seja, nas estruturas articuladoras da substância do conteúdo, independente de qualquer interpretação semântica. Diria que o Foucault de *As Palavras e as coisas* está preocupado com as formas do conteúdo, como toda a filosofia em torno desta práxis termina por reafirmar a centralidade da análise formal. Esse tipo de análise entende como formal a estrutura dos discursos que torna possível a articulação das classes do conteúdo. De fato, Foucault não está interessado pela substância do conteúdo. A célebre expressão de Foucault, *l'extériorité du discours*, é sintomática do tipo de análise das formas do conteúdo que prescinde da

* O leitor pode consultar a tradução brasileira do livro de Wolfgang Iser, *Das Fiktive und das Imaginäre. Perspektiven literarischer Anthropologie* (1991). Tradução de Johannes Kretschmer. *O Fictício e o imaginário. Perspectivas de uma antropologia literária*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996. (Nota do Tradutor)

substância do conteúdo. Tendência ainda mais clara em Paul de Man. Sua análise é a das formas que permitem articular o conteúdo, sem que se contemple a perspectiva do conteúdo. Por isto, Paul de Man denomina "teoria" uma leitura capaz de prescindir radicalmente do conteúdo.

Cada vez mais, temos teorias concentradas em um destes quatro campos. No entanto, embora as teorias se apresentem sempre mais autocentradas, os campos restantes não são julgados pouco importantes, mas apenas periféricos em relação a cada pesquisa particular. Desse modo, a crítica segundo a qual Paul de Man negava a presença do conteúdo, logo, da semântica, parece excessivamente existencialista. De fato, Paul de Man apenas privilegiou um dos quatro campos referidos. Como um comentário diria que, em Paul de Man, não me agrada uma certa reminiscência do *New Criticism* em suas análises fortemente centradas nas formas textuais. Contudo, como sintoma da tendência intelectual contemporânea de concentração na forma do conteúdo, tanto a obra quanto o êxito de Paul de Man são muito importantes.

O terceiro campo do mapa não-hermenêutico revela uma fascinação crescente com as *formas da expressão*. Quando menciono expressão, no sentido de Hjelmslev, estou remetendo às formas materiais da expressão. Em palavras mais precisas: a materialidade do significante. A obra teórica do medievalista Paul Zumthor, por exemplo, tem se fixado nos últimos anos cada vez mais na voz. Mas voz não no sentido metafórico e relacionado ao discurso, como foi popularizado por Bakhtin. Ao contrário, Zumthor está interessado na qualidade físico-sensual da voz humana. Em idêntico contexto, verifica-se a atração de Zumthor, assim como a de outros teóricos, pela possibilidade expressiva do corpo humano enquanto meio de articulação. Entretanto, o que é muito importante, sem considerar o lado semântico. Daí o fascínio atual por estudos antropológicos dedicados ao modo de expressão. Por fim, a primeira desconstrução estava sem dúvida fascinada pela qualidade gráfica de *la lettre*, interesse que não deve ser compreendido metaforicamente. Acredito que aí se encontra a atualidade do Mallarmé de *Un Coup de dés* para a primeira desconstrução. Em Mallarmé se surpreendia uma perspectiva fixada na disposição gráfica como forma de expressão. Acrescente-se: forma material da expressão, sem recorrência à semântica. No contexto da materialidade dos meios de comunicação, menciono a Friedrich Kittler, um teórico alemão muito interessante. Kittler escreveu um livro, traduzido para o inglês como *Discourse Networks, 1800/1900*, dedicado à materialidade dos meios de comunicação, incluindo a

tecnologia de ponta. Kittler especula, por exemplo, que o pensamento de Nietzsche poderia ter sido influenciado pela forma da máquina de escrever com a qual trabalhava, isto é, o filósofo teria sido influenciado pelo movimento corporal imposto pelo formato arredondado na máquina de escrever. Importa destacar a conexão, quer dizer, a acoplagem ocorrida entre:

- a) – a materialidade de um meio de comunicação;
- b) – a materialidade de um movimento corporal imposto por esse meio de comunicação;
- c) – o que em termos tradicionais denominaríamos “produção intelectual”.

Para finalizar a descrição do campo não-hermenêutico, preciso tratar da *substância da expressão*. Vimos que as formas dos meios de comunicação, as formas de nossos grafemas e a articulação da voz revelam um novo cuidado pela forma da expressão. Neste contexto, qual a característica da substância da expressão? Por substância da expressão, deve-se entender uma materialidade ainda não estruturada. Acredito que aí se encontra a origem da popularidade atual do binarismo associado à teoria da informação. Trata-se de saber como é possível a emergência de um sistema de escrita, considerando-se a altíssima improbabilidade de sua articulação, uma vez que há milhões e milhões de alternativas engendráveis pela fricção de uma dada materialidade sobre outra. Numa área distinta, uma pergunta similar é enunciada: como, a partir da ilimitada diversidade potencial das possibilidades físicas da voz humana, um código articulado das formas da expressão veio a ser produzido? As teorias recentes sobre a pré-história e o aparecimento dos sistemas de escrita constituem o sintoma da atenção crescente desperta pelo campo da substância da expressão.

Termino a terceira seção desta conferência, procedendo a um balanço geral da distensão verificada entre os quatro campos. Partindo do pressuposto de que esta distensão está realmente em curso, a consequência mais importante refere-se à mudança do procedimento-chave da teoria literária. No ambiente hermenêutico, a pergunta mais importante se refere às condições de resgate de um sentido cuja existência se tomava por incontestável. Em outras palavras, o questionamento radicalizou-se: *não mais procuramos identificar o sentido, para logo resgatá-lo; porém, indagamos das condições de possibilidade de emergência das estruturas de sentido*. Preocupação que se afasta da situação moderna, testemunhando, pelo contrário, o surgimento de um conjunto de circunstâncias que caracterizam a condição pós-moderna.

IV

Nos parágrafos anteriores, caracterizei o campo não-hermenêutico. Gostaria agora de apresentar alguns conceitos próprios a esse campo; portanto, independentes do tradicional campo hermenêutico. Desse modo, principio uma resposta à pergunta que fiz sobre a reestruturação do trabalho teórico sob as condições pós-modernas. No entanto, apenas vou propor uma resposta incompleta: trata-se de um *work in progress* que deverá ser sistematizado em trabalhos futuros.

A primeira pergunta teórica radicalmente nova coloca a seguinte indagação filosófica: o que é uma "forma"? Afinal, se, de fato, a distensão entre os campos está em curso e, se, em verdade, as novas perguntas investigam as condições da possibilidade de sentido, então precisamos enfrentar um duplo problema: o da passagem da substância do conteúdo à forma do conteúdo e o da passagem da substância da expressão à forma da expressão. Como é possível que algo não estruturado adquira forma? Portanto, acredito que a tarefa inicial é a definição do conceito de forma. Uma hipótese imediata "profetizaria" a importância crescente que o problema filosófico da forma assumirá nos próximos anos. A partir da perspectiva aberta pela teoria sistêmica, proponho a seguinte definição: *forma é a unidade da diferença entre referência externa e interna*. Com essa definição, assinalo que todo objeto a que se atribui como qualidade uma forma, deve ter, simultaneamente, tanto uma referência interna quanto uma externa; pois, sem esta, aquela seria impossível. Afinal, sempre que considero a um "Eu" enquanto sistema, necessito considerar outros que não o sejam. Portanto, o que em termos tradicionais esboçaríamos como uma linha que circunscreve um objeto (ou um sistema), tal linha seria precisamente a forma. A parte circunscrita pela linha constitui a referência interna; a parte restante, a referência externa. A linha que circunscreve o sistema é o único ponto geométrico que representa a unidade entre as duas referências, pois não há como distinguir em seu contorno a parte pertencente à referência interna da parte que lhe é exterior. Essa definição possui ainda o mérito de recolocar o problema da forma a partir de um ponto de vista filosófico.

O segundo conceito que se destaca neste contexto é o de acoplagem, oriundo da teoria biológica dos sistemas; conceito desenvolvido por Humberto Maturana e Francisco Varela. A valorização do conceito de acoplagem relaciona-se com a pergunta sobre as condições de passagem da substância do conteúdo à forma do conteúdo. Esse conceito também ajuda

a compreender a passagem da substância da expressão à forma da expressão. Explicando tal passagem, poderíamos entender como forma do conteúdo e forma da expressão se associam, engendrando o que denominamos "representação". Precisamos desenvolver uma teoria capaz de explicá-la. Para tanto, o conceito de acoplagem poderia permitir o entendimento deste processo. A teoria da acoplagem envolve dois níveis; uma acoplagem de primeiro nível, e outra, de segundo nível. Ao mesmo tempo, o conceito de acoplagem supõe sempre a presença de dois sistemas em processo de interação.

A *acoplagem de primeiro nível* explicaria como, a partir de substâncias, formas podem emergir, isto é, como substâncias se articulam em formas. O processo da acoplagem seria o seguinte: dada a existência de dois sistemas, Sistema 1 (*S1*) e Sistema 2 (*S2*); se, no *S1*, verifica-se um Estado 1 (*E1*), este *E1* condiciona no *S2* um Estado 1' (*E1'*). Por sua vez, se o *S2* se encontra na situação do *E1'*, então este *E1'* condiciona o *S1* no Estado 2 (*E2*). Agora, se o *S1* adota o *E2*, este passa a condicionar o *S2* a um Estado 2' (*E2'*). Uma acoplagem de primeiro nível entre dois sistemas corresponde ao que, na vida cotidiana, designamos "ritmo". Temos um perfeito exemplo desse tipo de acoplagem num ritmo como o do samba. Uma máquina também apresenta um ritmo próprio. Ainda: o contato do corpo humano com um programa de computador engendra um ritmo peculiar ao contato dos dois sistemas. Importa destacar que uma acoplagem de primeiro nível não é nunca produtiva, quer dizer, o número de estados reciprocamente condicionáveis pode ser muito grande; entretanto, ele nunca será infinito. Em outras palavras, no interior de uma acoplagem de primeiro nível os sistemas envolvidos necessariamente voltarão a passar pela mesma sequência de estados. Aliás, ritmo é a acoplagem de dois sistemas que se condicionam e conhecem idêntica sequência de estados. Embora uma acoplagem de primeiro nível possa prosseguir indefinidamente, ela sempre opera retornando a um número limitado de estados. E este limite nunca é superado por nenhuma forma nova ou por nenhum estado novo. Aqui se encontra a especificidade de uma acoplagem de segundo nível; pois, neste caso, a própria acoplagem origina novos estados.

Destaco a importância do ritmo porque acredito que ele constitui precisamente o que designamos por "forma". Uma vez que o obtemos, passamos a dispor de uma estrutura de auto-referência que, ao mesmo tempo, produz uma referência externa. Portanto, se uma acoplagem de primeiro nível produz um ritmo, talvez então represente um teorema capaz

de explicar a passagem das substâncias da expressão e do conteúdo às formas da expressão e do conteúdo.

A *acoplagem de segundo nível* diferencia-se da acoplagem de primeiro nível por seu caráter produtor. Nela, a própria acoplagem engendra novos estados, previamente desconhecidos. Em uma acoplagem de segundo nível, o número de estados pelos quais os sistemas passam é infinito. A linguagem humana constitui um perfeito caso de acoplagem de segundo nível. Do modo como a concebemos, a linguagem constitui uma acoplagem de segundo nível porque cada um de nós pode produzir continuamente enunciações jamais articuladas previamente.

A diferença entre as duas modalidades de acoplagem possui outra consequência importante. No caso, o caráter produtor da acoplagem de segundo nível permite, a um certo grau de complexidade, um estado de auto-observação. Este estado seria a condição necessária à possibilidade de representação. Condição do que denominamos "semântica", condição do que acreditamos constituir a referência de uma representação. Isso porque o estado de auto-observação, característico da acoplagem de segundo nível, concentra em si mesmo um caráter paradoxal. Por um lado, sendo parte da acoplagem, dela se origina; por outro, parece independê-la da acoplagem; pois permite observá-la desde seu exterior. De fato, faz parte da acoplagem; no entanto, pretende observá-la como se não o fizesse. E, uma vez que a acoplagem de segundo nível engendra a ilusão e a impressão de realidade, já se dispõe de um nível de observação ou de representação, pois aí surge o estado de auto-observação. Em vocabulário mais conhecido, já se dispõe de um nível semântico. Sou o primeiro a reconhecer que esse teorema que proponho está longe de ser completo. Contudo, acredito que trabalhando o conceito de acoplagem de segundo nível poderíamos desenvolver uma teorização da pergunta-chave do panorama intelectual contemporâneo: como, de um estado de formação, atinge-se o de representação?

Tal trabalho teórico implica a valorização da materialidade. Ao descrever a acoplagem do corpo de Nietzsche com sua máquina de escrever, devo considerar que a forma material desta máquina joga um papel decisivo na constituição do sentido. Enquanto forma, a máquina contribui à acoplagem. Portanto, essa perspectiva que terminei de descrever estimula a possibilidade de incluir o aspecto da materialidade dos meios em nossas análises.

Neste contexto, gostaria de mencionar um terceiro conceito. O de *simultaneidade*, conceito que deverá substituir os de temporalidade, causa-

lidade ou seqüencialidade. Ora, se o novo espaço teórico representado pelo campo não-hermenêutico é constituído por relações de *feedback*, tais relações definem-se enquanto simultâneas e não mais enquanto relações causais ou seqüenciais. Uma conseqüência interessante, derivada do conceito de simultaneidade, remete ao “ocaso” do sujeito. Hoje, já podemos compreender o fascínio moderno pela temporalidade, causalidade e seqüencialidade. As relações fundadas nestes conceitos forneciam a ilusão do estabelecimento de leis. Leis como as marxistas, estruturadoras de seqüências temporais, históricas e comportamentais. E, tão logo o sujeito desfruta desta ilusão, quer dizer, tão logo o sujeito “pode” intuir ou “certificar-se” da descoberta de tais leis, ele acredita-se capaz de controlar e/ou manipular seus efeitos. Desse modo, a substituição dos conceitos modernos pelo conceito de simultaneidade revela outro sintoma da posição fortemente debilitada do sujeito, tal como hoje o entendemos. Tal substituição implica a passagem do conceito de um desenvolvimento histórico necessário, teleológico, ao conceito de contingência, conceito engendrado numa relação de simultaneidade. No entanto, toda teoria possui seu ponto cego. Na teoria dos sistemas, a pergunta que permanece sem resposta refere-se ao por que se produz uma acoplagem entre dois sistemas. Daí a crescente importância do conceito de contingência em nosso campo teórico.

A tonalidade teórica contemporânea assimila a importância do conceito de contingência de dois modos. Por um lado, projeta-se, sem dúvida, uma imagem trágica do mundo. Afinal, se as acoplagens são contingentes e, ainda por cima, contam com um sujeito enfraquecido, devemos assumir a incapacidade de controlar o que ocorre no curso das acoplagens. Em conseqüência, vivemos o eclipse da posição do teórico que sempre sabia em que direção caminhava a humanidade. Por outro, esta mudança poderia impulsionar uma tarefa política no sentido tradicional, cabendo aos teóricos sublinhar o conceito de contingência. Pois a perda do sujeito representa uma enorme liberação. E isto para além do fim da ilusão das leis da necessidade histórica e, portanto, do desejo de orientar o futuro. Afinal, se o sujeito não é mais o centro, então ninguém pode mais falar em nome do sujeito transcendental. Todos os sistemas totalitários, tanto sistemas políticos quanto de pensamento, pretenderam falar em nome do sujeito transcendental. Desse modo, ao menos em termos pessoais, posso dormir muito mais tranqüilo na presença desta ausência.

Tradução de João Cezar de Castro Rocha



Capítulo 6

O Futuro dos Estudos de Literatura?¹

Transformar uma frase como “o futuro dos estudos de literatura” numa pergunta não constitui absolutamente uma operação inquestionável, pois tal operação sem dúvida engendrará novas perguntas concernentes ao *status* da primeira. Seria esse o caso de uma “pergunta filosófica”, uma pergunta para a qual, segundo a definição de Jean-François Lyotard², não há resposta possível, pergunta que só fazemos, portanto, no intuito de provocar uma proliferação de perguntas adicionais? Ou estaríamos diante do que se poderia chamar de “pergunta necessária”, uma pergunta cuja solução responde a uma necessidade concreta (até mesmo existencial)? Há várias décadas, críticos literários têm tratado como filosóficas perguntas referentes ao futuro e às funções sociais de suas disciplinas. Investidas desse *status*, tais perguntas inspiraram debates dos mais intensos travados nesse meio profissional, em muito contribuindo para mantê-lo vivo em tempos potencialmente difíceis.

1 Com a denominação “estudos de literatura”, refiro-me ao conjunto (heterogêneo) das atividades acadêmicas praticadas por Departamentos de Literatura e presentes nos currículos da área, nos últimos dois séculos. Sem subestimar a considerável diferença entre as tradições anglo-americana e continental nesse campo, uso a expressão como um equivalente para a noção germânica de *Literaturwissenschaft*. Minha reflexão acerca do futuro dos estudos de literatura tirou largo proveito de longas conversas com John Bender e de três cursos de graduação que ministrei com Jeffrey Schnapp, Daniel Selden e David Palumbo-Liu, no Departamento de Literatura Comparada de Stanford, entre 1991 e 1993. A eles, aos nossos alunos e aos colegas que ouviram versões anteriores deste ensaio, na forma de conferências em Berlim e Berkeley, quero agradecer as várias críticas e sugestões.

2 Lyotard, Jean-François. *The Inhuman. Reflections on Time*, Stanford, 1991, p. 8.

Simultaneamente, entretanto, o futuro dos estudos de literatura também se desenvolveu, por assim dizer, no sentido de tornar-se uma pergunta cada vez mais necessária. Até mais do que na Europa, isso se patenteia na cultura acadêmica americana – cujos estudantes têm de pagar taxas de matrícula e mensalidades que vêm subindo drasticamente, e cujos professores sentem uma pressão crescente para que levem em conta, tanto no ensino quanto na pesquisa, as condições econômicas nas quais seus salários são produzidos. Ao aconselhar estudantes de graduação quanto à inscrição em programas de pós-graduação, um professor americano acredita que a questão da futura remuneração profissional será prioritária na decisão deles. Pós-graduandos estão legitimamente preocupados (até a obsessão muitas vezes) em determinar que previsões acerca do mercado de trabalho devem orientá-los na sua escolha de orientadores, seminários e tópicos de pesquisa. Por fim, é prática usual, ao menos para as universidades particulares, confrontar qualquer planejamento curricular e estrutural proposto por seu corpo docente com questões atinentes ao futuro (econômico) das disciplinas envolvidas. De um modo geral, o *status* de perguntas relativas ao futuro dos estudos de literatura mostra-se inevitavelmente ambíguo. De um lado – em especial à luz de recentes argumentos sociológicos acerca da impossibilidade de prever, nas condições contemporâneas, o futuro de qualquer sistema social³ –, tais perguntas permanecem sem resposta e podem desse modo, mais do que nunca, reivindicar a dignidade de seu *status* filosófico. De outro lado, as preocupações que motivavam essas perguntas tornaram-se tão prementes, que os professores de literatura não podem mais permitir-se tomar o seu caráter irresponsável como promessa de sobrevivência dos “estudos de literatura” enquanto profissão. Foi no contexto de um debate desse tipo, bem concreto – e “real” – que pela primeira vez me dei conta de como alguns colegas da minha geração tendem a identificar “Literatura Comparada” ao futuro dos estudos de literatura⁴. Durante o ano letivo de 1992/1993, o Departamento de Literatura Comparada de Stanford passou por uma avaliação, da qual se esperava uma recomendação ao Decano da Escola de Ciências Humanas e Ciências Exatas quanto à possibilidade, após seis anos de existência como departamento, de

3 Ver Niklas Luhmann. “Die Beschreibung der Zukunft”, in *Beobachtungen der Moderne*, Opladen, 1992, pp. 129-148. Retornarei ao argumento de Luhmann na segunda seção deste ensaio.

4 Veja-se como mais um exemplo dessa tendência a introdução ao impressionante livro organizado por Ralph Hexter e Daniel Selden. *Innovations of Antiquity. The New Ancient World*, New York/London, 1992, p. XI.

confirmá-lo em definitivo como contrapartida administrativa para departamentos ligados a línguas e culturas nacionais – ou de rebaixá-lo ao *status* de programa⁵. De um lado, o comitê de avaliação (constituído por dois lingüistas e um historiador com indubitável reputação acadêmica e autoridade institucional) parecia impressionado por nossas realizações, a ponto de considerá-las um paradigma para futuros desenvolvimentos nas Ciências Humanas como um todo; de outro, desde o início desse trabalho, nossos colegas questionavam se “Literatura Comparada” não era um nome inadequado para a atividade que de fato empreendíamos. Nossa reação foi ambígua. Evidentemente, era lisonjeiro atribuírem, ao menos a título de experiência, *status* vanguardista ao nosso trabalho. Contudo, argumentamos que, entre expoentes no campo dos estudos de literatura e entre os pós-graduandos mais preparados, “Literatura Comparada” não designava um espaço intelectual e institucional em que literaturas são de fato comparadas, mas sim um espaço semelhante em que teria lugar uma reflexão de caráter experimental e relevante para o futuro das Ciências Humanas. Qualquer outra etiqueta designativa, receávamos, poderia ser mal interpretada como indício de redução num projeto teórico⁶ deliberadamente plural, conforme pretendíamos; ou, o que seria ainda pior, como afastamento de tal compromisso, para participar de forma ativa numa transformação intelectual e institucional em curso nas Ciências Humanas. Havia razão para suspeitar, entretanto, que o comitê de avaliação tomara tal resposta como sintoma de inesperado conservadorismo da parte do Departamento de Literatura Comparada. Será que insistíamos em nos apegar à “literatura” como campo estreitamente definido e exclusivo para nossas atividades? Hesitávamos em pagar o preço por querer influir no planejamento do futuro? A resposta é simples: embora muitos comparatistas se tenham habituado a associar o seu campo ao futuro dos estudos literários, julgam necessário manter o nome tradicional da atividade, por razões estratégicas principalmente.

5 Essa avaliação e sua exigência não refletiam um descontentamento específico com o nosso Departamento. Tratava-se de uma condição para que o Programa de Literatura Comparada pudesse ganhar o *status* de Departamento, durante o ano letivo de 1987/88. Há duas diferenças importantes entre departamentos e programas em Stanford: só os departamentos podem propor e efetivar contratações, e só os programas têm sua continuidade discutida num processo de avaliação a cada cinco anos. Escrevi esse ensaio enquanto meus colegas e eu esperávamos as recomendações do comitê de avaliação.

6 O nome “Estudos Culturais”, por exemplo, sugerido, entre outros, pelo comitê de avaliação e decerto mais adequado que “Literatura Comparada”, de um ponto de vista semântico estrito, implicaria o risco de ser entendido no contexto americano como referência a uma posição política e filosófica bem específica.

Se relatei esse episódio local, foi porque, a meu ver, ele resume uma estrutura algo paradoxal no nosso meio acadêmico, estrutura essa que tem de ser levada em conta, se se pretende discutir – e tal é o propósito deste *Germanistisches Kolloquium* – a relação entre a Literatura Comparada e qualquer das “filologias nacionais” existentes (entre elas, a germânica). Uma discussão desse tipo fica destituída de valor prático, a não ser que inclua a questão (em si talvez impossível) do futuro dos estudos de literatura como um todo, questão essa que só pode ser focalizada dentro do contexto mais amplo do grupo de disciplinas chamado “Ciências Humanas”. Assim, Literatura Comparada e Germanística aparecem a princípio, numa relação de simetria, como duas disciplinas pertencentes ao campo dos estudos de literatura, isto é, a um subcampo das Ciências Humanas. Por outro lado, essa relação pode ser vista como assimétrica, na medida em que a Literatura Comparada se quer um espaço institucional que tematiza tanto o seu próprio futuro quanto o de disciplinas fronteiriças. Mas, se a Literatura Comparada de fato oferecer um espaço para discutir o futuro das Ciências Humanas e das disciplinas individuais integrantes desse grupo, daí derivará a paradoxal consequência de que ela tenderá a desaparecer do mapa de questões, assim que enfocar a sua própria relação com uma dessas disciplinas. O simples fato de tais discussões estarem ocorrendo no interior da Literatura Comparada já constitui uma resposta – ao menos parcial – à pergunta sobre sua função específica. Pode-se ainda defender a hipótese de que até essa função seria meramente transitória, já que a Literatura Comparada tem por alvo uma situação “além de si mesma”. Assim sendo, parece-me inevitável reformular a pergunta acerca das relações sincrônicas entre Germanística e Literatura Comparada, de modo que os seus pólos constitutivos excluam a Literatura Comparada: a pergunta seria então acerca das relações diacrônicas entre as disciplinas literárias no seu atual estado e o futuro das Ciências Humanas como um todo.

Nas páginas que seguem, proponho uma fragmentação do campo aberto por essa pergunta em quatro seções. Princípio a argumentação por um resumo genealógico das condições sociais e epistemológicas sob as quais os “estudos de literatura” foram institucionalizados como disciplinas acadêmicas em diferentes nações ocidentais⁷ durante o século XIX e sob as quais,

7 Por mera falta de competência específica, não tematizarei o papel político e cultural das literaturas nacionais (e das disciplinas acadêmicas correspondentes) em sociedades não ocidentais. Na Universidade de Genebra, Wlad Godzich está conduzindo um projeto de pesquisa sobre o *status* das “literaturas nacionais emergentes” no contexto contemporâneo.

em torno de 1900, a Teoria da Literatura e a Literatura Comparada emergiram como subdisciplinas desse campo. Na segunda seção, identifico e discuto alguns conceitos-chaves da ambiência, radicalmente mudada, na qual o futuro dos estudos de literatura se tornou, hoje, pergunta *necessária*, em seguida faço um mapeamento das posições determinantes do seu perfil como campo disciplinar atual. Na quarta e última seção, esboço um projeto de transformação dos estudos literários no sentido de “superar” o atual estado da Literatura Comparada.

Embora este ensaio seja uma contribuição a um *Germanistisches Kolloquium*, embora não deseje de modo algum negar minhas próprias origens acadêmicas e intelectuais, admito que, à diferença do anunciado e iminente resumo genealógico que enfatizará contrastes entre os desenvolvimentos anglo-americano e continental, ao analisar o estado atual dos estudos literários, focalizarei apenas a situação das Ciências Humanas nas universidades americanas. Mas tal escolha não reflete necessariamente uma preferência baseada num juízo de qualidade e tampouco é motivada pelo propósito de fazer uma exposição complementar, em meio a comunicações que tratam, em sua maioria, de especificidades da universidade alemã. Essa decisão se baseia antes na hipótese de que novos – e cruciais – desafios para as Ciências Humanas, tais como os originados de uma esfera de diferenças e tensões multiculturais na América do Norte, em breve farão sentir seus efeitos na cena acadêmica européia, sejam estes favoráveis ou não. Por isso, uma análise da situação das Ciências Humanas na América pode fornecer premissas geralmente válidas para a discussão do futuro dos estudos de literatura.

Genealogia⁸

O mais amplo sistema histórico de referências para o surgimento das filologias nacionais no mundo acadêmico do século XIX consistiu numa divergência entre a normatividade das expectativas sociais e as formas recor-

8 Este esboço de história dos estudos de literatura baseia-se num conjunto de ensaios a ser editado (em parte, reeditado) em meu próximo livro: *Fragments of a Vanished Totality. Chapters from the History of the European Medievalism*, a ser publicado pela Johns Hopkins University Press. Os trabalhos de R. Howard Bloch e Rainer Rosenberg forneceram as principais diretrizes para a minha análise.

Ver a tradução brasileira do ensaio, “História da literatura: Fragmento de uma totalidade desaparecida?”, in Heidrun K. Olinto (org.), *História da literatura. As novas teorias alemãs*, São Paulo, Ática, 1996, pp. 223-239. (Nota da tradutora)

rentes da experiência cotidiana. Tal separação inexistia antes da grande era das Revoluções Burguesas e das Reformas Religiosas, porque até esse momento as sociedades européias não haviam produzido auto-imagens com tal caráter normativo. A partir de então, portanto, tornou-se necessária a emergência de instituições “secundárias”, capazes de mediar o hiato entre expectativas e experiências. O que supriu essa necessidade foi o extenso campo de práticas denominado “lazer” (“*Freizeit*”)⁹. Como desde então as atividades de lazer funcionaram, ora por compensação, oferecendo a ilusão de que se cumpriram certas promessas contidas na imagem normativa da sociedade; ora por reconciliação, enquanto estratégias para convencer os cidadãos de que inexistia o hiato entre expectativas e experiências cotidianas; essas atividades se caracterizam por um tabu que proíbe especular sobre as suas funções – pois compensações e mecanismos de reconciliação fracassam, assim que evidenciados.

Novas modalidades de leitura de textos literários¹⁰ tornaram-se capitais entre as atividades de lazer. Foi presumivelmente esse *status* que, a partir do início do século XIX, motivou consideráveis investimentos dos Estados burgueses no magistério e em institutos de estudos de literatura¹¹. Além de orientarem a leitura de textos literários, no sentido de produzir efeitos de compensação e reconciliação, as disciplinas acadêmicas então emergentes também contribuíram para a formação das novas imagens normativas da sociedade, identificando e extraíndo valores éticos de textos literários. Essa segunda função explica a significativa divergência entre os desenvolvimentos regionalmente diferenciados dos estudos de literatura. Onde quer que aparecessem mudanças na estrutura social, em decorrência das Revoluções e Reformas fundadas em valores “humanos” universais, os estudos de literatura estariam lidando com um horizonte de textos o mais

9 Em resposta a uma pergunta de Eberhard Laemmert, proponho uma distinção entre o conceito de “lazer” e a tradição do *otium*, com base nos três componentes a seguir: lazer funciona como uma promessa para sociedades inteiras (ao passo que *otium* sempre foi um privilégio de determinados grupos sociais); atividades de lazer são difundidas pelo Estado em seu próprio interesse; por fim, ao contrário das de lazer, possíveis funções do *otium* não foram alvo de tabu.

10 Ver François Furet e Jacques Ozouf. *Lire et écrire*, Paris, 1977; e Rolf Engelsing. *Der Bürger als Leser*, Stuttgart, 1974.

11 Acredito ter sido não uma plena consciência das funções específicas que, segundo análise, eram desempenhadas pela literatura e pelos estudos literários, mas antes uma crença no valor simbólico, isto é, na aura da literatura, o que persuadiu os políticos do século XIX da necessidade de criar essas instituições.

amplo possível – livre de qualquer restrição de caráter nacional ou histórico¹². Em contrapartida, Estados cuja fundação se fez em reação a episódios de derrota e humilhação nacionais tendiam a inventar um glorioso passado nacional, capaz de servir de modelo para o resgate da nacionalidade; daí favorecerem textos ilustrativos desses sonhos de grandeza histórica. Nessas condições, a tarefa de escrever a história literária e a arte filológica de editar textos surgiram como as principais práticas dos estudos de literatura, assim desenvolvendo-se, desde cedo, padrões de especialização profissional. Foram essas as circunstâncias que caracterizaram o momento de instituição da Germanística na Prússia. Contextos sócio-históricos similares levaram à emergência de filologias nacionais na Itália, durante o *Risorgimento*; na França, após a derrota na guerra franco-prussiana de 1870/71; na Espanha, depois da perda das últimas colônias ultramarinas, em 1898. Apenas na Inglaterra e nos Estados Unidos, nações que não passaram por tais acontecimentos traumáticos, os estudos literários mantiveram um horizonte de textos canônicos sem restrições nacionais e a orientação segundo valores “humanísticos” gerais de educação¹³.

Se os estudos literários devem a sua fundação e as suas formas nacionais a conceitos normativos de “humanidade” e “nação”, isso explica porque, já nas últimas décadas do século XIX¹⁴, à medida que se intensificava rapidamente a discussão do *status* quase ontológico atribuído a tais conceitos, é ocasionada uma crise permanente das disciplinas literárias – após um século de quase triunfante vitalidade. Quando então o seu horizonte de referências foi posto em xeque, diversas implicações em que se apoiava a prática oitocentista dos estudos literários passaram a ser abertamente questionadas: Qual era a função dos estudos literários, uma vez que o hiato entre expectativas sociais e experiência cotidiana estava desaparecendo bem depressa? Que textos podiam ser considerados “literários”, se a prática institucional prévia havia atribuído esse predicado a qualquer texto utilizado num contexto de lazer ou como fonte de normas éticas? Qual era a

12 Essa abertura “supranacional”, característica do desenvolvimento dos estudos literários na Inglaterra e nos Estados Unidos, torna-se particularmente evidente no trabalho de Matthew Arnold.

13 As universidades americanas parecem ter passado por um breve momento de tentação para adotar, no final do século XIX, o que era tido como “o modelo germânico de pesquisa”. Ver Gerald Graff. *Professing Literature*, Chicago, 1987.

14 Veja-se meu artigo: “‘Mundo Cotidiano’ e ‘Mundo da Vida’ como conceitos filosóficos: uma abordagem genealógica” in *Modernização dos Sentidos*, São Paulo, 1998, pp. 157-181.

relação entre o campo da história literária e as disciplinas encarregadas de outros fenômenos históricos, se a prática precedente apenas havia tomado a história literária como um caminho privilegiado para a totalidade histórica?

Tais questões terminaram por delinear os espaços intelectuais da *Teoria da Literatura*¹⁵ e da *Literatura Comparada* como subcampos disciplinares que se entrecruzam. Dados o gosto oitocentista da comparação como exercício intelectual e a subsequente densidade das suas articulações no mundo acadêmico, o tardio surgimento da *Literatura Comparada* é particularmente significativo, configurando, portanto, uma confirmação plausível da nossa hipótese acerca das origens históricas de sua emergência¹⁶. A tendência a comparar tanto diferentes culturas nacionais quanto diferentes formas de expressão artística – “*wechselseitige Erhellung der Künste*” –, provavelmente atingiu o auge, nos anos vinte do atual século, quando forjar conceitos de periodização totalizantes – em especial, os de “Barrocos” e “Renascimento” – tornou-se um fascínio para toda uma geração de especialistas, movidos por um interesse biográfico em ultrapassar o plano das identidades nacionais. Até críticos anglo-americanos, cujo meio profissional era menos afetado por tais mudanças, pois quase não pressupusera o conceito de “nação”, reagiram a elas, explicitando, pela primeira vez, os princípios da sua prática e transformando-a, desse modo, no que desde então chamou-se “*new criticism*”.¹⁷ O que importa aqui ressaltar, todavia, é o fato de que tanto a *Teoria da Literatura* quanto a *Literatura Comparada* ingressaram na universidade num período em que a ambiência social e epistemológica original dos estudos de literatura não mais existia. Noutras palavras, ambas foram incentivadas na esperança de resolver uma crise institucional que havia problematizado a própria existência dos estudos de literatura. As perguntas que ambas formularam, contudo, foram perguntas

15 Dessa perspectiva, o Formalismo Russo pode ser considerado a primeira forma da “*Teoria da Literatura*”. Veja-se meu ensaio “*Rekurs/Distanznahme Revision. Klio bei den Philologen*”, in H.U.G. e Bernard Cerquiglini. *Der Diskurs der Literatur – und Sprachhistorie. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe*, Frankfurt, 1983, pp. 235-256.

16 Sigo a brilhante palestra inaugural do meu colega David Palumbo-Liu, “Terms of (In)difference: Cosmopolitanism, Diversity, and Cultural Politics”, Stanford, February 1991. Para uma documentação histórica sobre as origens da “*Literatura Comparada*” como disciplina acadêmica, ver de Ulrich Weisstein, *Comparative Literature and Literary Theory. Survey and Introduction*, Bloomington, 1973, pp. 171 e ss.

17 O livro mais típico desse contexto talvez seja o de I.A. Richards. *Science and Poetry*, New York, 1926.

filosóficas, pois, longe de representarem ameaças letais para a existência institucional das disciplinas envolvidas, elas contribuíram imensamente para a vitalidade intelectual destas.

Ainda assim, temos de reconhecer que, até o presente momento, a Teoria da Literatura e a Literatura Comparada não se desincumbiram da tarefa para a qual foram criadas¹⁸. A crítica literária jamais voltou a uma situação em que sua identidade e sua função social fossem amplamente aceitas – ou pudessem escapar à tematização. Com isso, a tão freqüente e afetuosamente lembrada atmosfera de “abertura para novos horizontes”, que definia os estudos de literatura por volta de 1970, aparece, na nossa retrospectiva, quase como repetição da crise por que passaram esses mesmos estudos literários após 1900. O chamado “boom teórico” do final dos anos 60 e do início dos 70 também foi provocado por sérias e insistentes perguntas acerca das funções sociais da disciplina, tendo gerado renovado entusiasmo por estilos teóricos que remetiam ao início do século XX, a exemplo do Formalismo e do Estruturalismo. Com estes, reviveu-se o desejo de encontrar uma definição transcultural e meta-histórica de “literatura”, ou “literariedade”. Mas, acima de tudo, o “boom teórico” produziu, em diversos contextos intelectuais, várias respostas “apologéticas”¹⁹ a perguntas sobre as funções sociais da literatura e a importância das mesmas – *Unverzichtbarkeit* era então a palavra predileta entre estudiosos de literatura na Alemanha. A despeito de suas divergências epistemológicas intrínsecas, algumas dessas respostas forneceram argumentos bem-sucedidos para a continuidade – e não raro até para a expansão – dos estudos de literatura como disciplina. A estética da recepção, por exemplo, alegou que, pela mediação do(s) leitor(es)²⁰, os textos literários tinham exercido funções-chaves em algumas das mais importantes transformações ao longo da *história* ocidental; por sua vez, a desconstrução atribuiu à leitura desses textos o *status* de encenação

18 Deixo de lado a história do ensino de literatura na Alemanha, entre 1933 e 1945, já que, de um ponto de vista estrutural, ela pode ser vista como um retorno ao modelo oitocentista da historiografia da literatura nacional.

19 Essa tendência está representada em alguns dos textos de Hans Robert Jauss publicados no início dos anos 70. Ver, em particular, *Kleine Apologie der ästhetischen Erfahrung*, Konstanz, 1972.

20 Concordo com a crítica de Siegfried J. Schmidt acerca da ausência de diferenciação sociológica, assim como segundo o gênero, ausência muitas vezes estimulada por uma referência ao “leitor”, no singular. Ver Siegfried J. Schmidt, “Literaturwissenschaft als interdisziplinäres Vorhaben”, in Johannes Janota (org.), *Vorträge des Augsburger Germanistentags 1991*, Tübingen, 1993, pp. 3-19, especialmente à página 11, vol. 2.

da experiência *filosófica* crucial da falácia do significado lingüístico e da referência.

Por mais êxito que tenham obtido tais argumentos, hoje percebemos que adiaram e intensificaram mais do que resolveram algumas das questões necessárias, concernentes ao *status* social e disciplinar dos estudos de literatura. Entretanto, eles tornaram tão familiares aos estudiosos de literatura certas práticas de colaboração interdisciplinar, que qualquer tentativa atual de apresentar a "interdisciplinariedade" como algo inovador parece ingênua. Contudo, tais transgressões crescentemente não problematizadas na direção de várias disciplinas podem ter contribuído para a dissolução do vínculo entre interesses históricos e filosóficos, talvez o principal elemento constitutivo do perfil dos estudos de literatura. Afinal, esse perfil teve origem num duplo uso dos textos literários como fonte de valores éticos e ilustração dos gloriosos episódios do passado nacional, tendo imprimido essa dupla conotação no conceito de "literatura" institucionalmente dominante. Hoje, em particular nos departamentos que ainda conservam os nomes tradicionais, procuramos implementar projetos históricos ou filosóficos cuja legitimidade social e a complexidade epistemológica talvez sejam maiores do que jamais foram. Mas crescem as dificuldades para lidarmos com a expectativa – ainda existente no plano administrativo da universidade e, é claro, fora dela – de que nossas atividades tratam sistemática e exclusivamente de discursos *literários*. E quanto mais preparados nossos alunos, ao menos segundo nossos critérios, tanto mais preocupante para eles essa tensão entre aspectos intrínsecos e extrínsecos aos estudos de literatura, já que ela pode acabar convertendo perguntas filosóficas quanto à sobrevivência dos mesmos estudos em *perguntas necessárias*.

Sistemas de Referência

Se continuamos inquirindo, portanto, acerca do *status* e do futuro dos estudos de literatura, ou se o presente, incluindo este colóquio, é apenas mais um dos períodos cíclicos de uma aguda consciência da crise, na história das nossas disciplinas²¹; não podemos ignorar que essa auto-reflexão se

21 Mesmo o retorno a padrões e metas muito tradicionais no ensino de literatura, tendência diagnosticada no contexto alemão contemporâneo, não deixa de ser parte dessa auto-reflexão, desde que constitua um *programa*.

faz num *ambiente epistemológico* radicalmente distinto daquele existente em torno de 1900 – e até mesmo daquele mais recente do “boom teórico”. Embora se possa argumentar que, de uma perspectiva genealógica, a maior parte dessas mudanças remete a debates filosóficos ocorridos já no século XIX; é inegável o fato de que, apenas nas duas últimas décadas, tais debates tiveram um impacto institucionalmente relevante sobre os estudos literários²². Essa é a razão precisa pela qual tantos paradigmas de pesquisa que pareciam antecipar o futuro, isto é, nosso presente, por volta de 1970 – da gramática gerativa até formas marxistas de sociologia da literatura, passando pelo estruturalismo –, se mostram terrivelmente obsoletos na nossa visão contemporânea. Torna-se imprescindível a consciência das condições desse novo contexto do sistema epistemológico de referências, pois, diante delas, há uma impossibilidade de retornar a paradigmas anteriormente bem-sucedidos.

A principal dessas mudanças, a *crise de conceitos como os de “verdade”, “objetividade” e até “consenso”* finalmente atingiu a teorização e o ensino de literatura. É interessante notar terem partido de posições e orientações diversas as provocações iniciais para essa mudança. E nenhuma posição se revelou mais próxima da perspectiva dos estudos de literatura que a da desconstrução, por usar textos literários como evidência da impossibilidade de qualquer estrutura de sentido estável e, conseqüentemente, de qualquer referência a um “mundo de objetos” externo. Apesar de consideráveis diferenças nos seus fundamentos filosóficos, diferenças que levaram por vezes a episódios de defesa passionais dos sistemas de referência, a influência da teoria dos sistemas de Luhmann e, de modo mais geral, a do construtivismo na atmosfera intelectual, sobretudo a da Alemanha, agravou esse efeito. Assim, o observador sistêmico de segundo nível, condenado pela inevitabilidade da auto-observação a perceber sempre a relatividade das suas posições e intuições, torna-se uma estranha companhia, mas, ao mesmo tempo, um equivalente funcional da idéia desconstrucionista da *différance*. Por fim, mais pela prática de uma nova forma de historiografia do que por argumentos filosóficos de igual complexidade, os livros de Michel Foucault popularizaram a seguinte convicção: o que quer que se situe além do plano

22 A despeito do influente trabalho de historiadores com grande sofisticação filosófica como Hayden White ou Reinhart Koselleck, tenho a impressão de que, como disciplina, a História esteve bem menos sujeita a desenvolvimentos semelhantes.

dos discursos histórica e culturalmente determinados permanece inacessível à apreensão humana, e o próprio desejo de alcançar a “verdade” é resultado dessa rede discursiva.

Ainda que estejamos longe de saber se tal atmosfera filosófica acabará depreciando ou valorizando a reputação interdisciplinar do ensino de literatura e das habilidades específicas aí implicadas, um ambiente epistemológico que problematiza a possibilidade de descrever o presente definitivamente *inviabiliza qualquer pretensão de antever o futuro*, inclusive o futuro de disciplinas acadêmicas como a dos estudos de literatura²³. A única possibilidade remanescente de acesso ao futuro residiria na forma operacional do “risco calculado”, na qual as conseqüências positivas do êxito de certos projetos são comparadas às perdas que o seu fracasso ocasionaria. A vantagem oferecida por tais riscos calculados consiste na possibilidade de comprar e estipular um seguro que cobrisse os custos de eventuais fracassos – mas é obviamente difícil imaginar, embora não impossível, que jovens especialistas cuja opção tenha sido um futuro profissional nesse campo buscassem semelhante proteção financeira. No entanto, uma lição básica pode extrair-se dessa mudança no *status* do futuro. Tradicionalmente, tentava-se prever o futuro das instituições com base em observações de “leis” ou, ao menos, de “tendências” no seu desenvolvimento passado e presente. Hoje, é necessário conceber projetos passíveis de realização, se quisermos especular sobre o futuro de modo razoavelmente “sensato”. Portanto, a pergunta acerca do futuro dos estudos de literatura deve desmembrar-se numa *pluralidade de perguntas acerca de projetos globais ou específicos para o futuro da disciplina*.

Em face da convergência entre tais mudanças no *status* do conhecimento que produzimos e tais outras nas condições de acesso possível ao futuro, devemos aprender a *ver a temporalidade do conhecimento*, sobretudo a temporalidade das teorias, *de um novo ângulo*²⁴. Descrevendo de modo esquemático, diria que dois modelos de teoria dominaram a reflexão sobre a temporalidade das teorias no passado: ou se cultivava o ideal de crescente adequação entre as teorias e um mundo de referências, um mundo estável, conforme imaginava o primeiro modelo; ou uma contínua adaptação das teorias às mudanças que fossem ocorrendo no mundo das referências. Só

23 Ver Niklas Luhmann. *Beobachtungen der Moderne*, Opladen, 1922, pp. 129-148.

24 Ver nosso ensaio, “Ende des Theorie-Jenseits?”, in Rudolph Maresch (org.), *Zukunft oder Ende*, München, 1993.

o primeiro paradigma envolvia uma conotação de progresso, ambos, porém, implicavam o pressuposto de que teorias desempenham funções de representação. Num contexto, porém, em que esse pressuposto mesmo se enfraquece progressivamente, a esperança de que teorias possam “aperfeiçoar-se” ou “estar em dia com a realidade”, noutras palavras, a expectativa de um “desenvolvimento” e, portanto, de um “futuro” previsível para elas deve desaparecer. Como anotava Derrida na *Gramatologia*, provavelmente nunca conseguiremos deixar para trás a era da metafísica, isto é, a idéia de que a linguagem exerce funções representacionais, mas tampouco podemos conservar a crença na metafísica²⁵. Ao solapar a função representacional das teorias, o atual contexto epistemológico parece nos condenar a uma perpétua oscilação entre a esperança de apreender a realidade em modelos teóricos sempre renovados e a desconstrução dessa crença. Desse modo, a idéia de desenvolvimento das teorias converte-se na expectativa de infindável proliferação de teorias, na qual novas posições emergem de uma problematização recíproca constante do seu *status*.

Não bastasse a complexidade da nossa situação epistemológica, ela parece coincidir com certa *perda de coerência da noção de “literatura”* e com um *notável declínio da sua aura cultural*. Nesse contexto, a percepção da inviabilidade de um denominador comum conceitual, de um conceito capaz de englobar todas as variedades históricas e culturais dos fenômenos rotulados como “literatura” não passa de leve provocação, em termos comparativos. Pois, se essa inviabilidade nos força a desistir de todo esforço em desenvolver uma “definição de literatura”, meta-histórica e transcultural, tão cara aos nossos antecessores, em torno de 1970; a descoberta de tal heterogeneidade não deve impedir que os estudos literários constituam um campo disciplinar coerente, fundado agora, obrigatoriamente, no princípio da “semelhança de família”. Apenas estamos mais relutantes – a meu ver, por boas razões –, em atribuir funções pedagógicas ou éticas puramente positivas à leitura de textos literários, à exceção, talvez, de alguns sequiosos seguidores e apressados leitores da desconstrução. Por via de regra, tais atribuições requerem hoje argumentação bem mais sofisticada do que nos dois últimos séculos, e o renovado interesse pela estética como disciplina filosófica pode ser fruto dessa pressão ascendente. Não admira que a multiplicidade das investigações acerca das funções da literatura no estabeleci-

25 *Of Grammatology*, Baltimore, 1974, pp. 8ss.

mento de hegemonias culturais, políticas e até econômicas termine gerando tais efeitos, nada indesejáveis, vale mencionar. Embora, paradoxalmente, a sociedade à nossa volta – o que se verificaria sobretudo no contexto americano – ainda pareça estar mais convencida dos valores inerentes à leitura de textos literários do que a maioria dos críticos dessa área, a persistência de tal atitude por parte do público consumidor de cultura não nos permite ignorar que, como forma social de lazer, a literatura enfrenta hoje um número inédito de competidores.

Enfim, já é hora de uma honesta reavaliação das *relações entre os estudos literários e a realidade política* concreta na qual se inserem. A mais acalentada fantasia de muitos críticos literários de todo o Ocidente parece residir na ilusão de que as autoridades políticas e as instituições temem nosso potencial “subversivo”, senão “revolucionário”, estando, portanto, constantemente preocupadas em controlar e reprimir nossas atividades. Uma análise mais realista da situação provavelmente identificaria como o problema mais sério a falta dessa resistência e talvez até uma ausência generalizada de interesse público por nossas atividades. Não é espantoso que governos, contribuintes e pais tenham sempre financiado disciplinas acadêmicas cuja função está longe de ser óbvia, mesmo para seus praticantes²⁶? Acaso não nos deveria tranquilizar – ou, talvez, desesperar – o fato de que esse suporte financeiro não sofreu mudança significativa alguma, a despeito de todas as transformações nos currículos e nas autodefinições dos estudos de literatura ao longo do século XX, e de que não houve sequer uma reação negativa às nossas ambições de nos mostrar “subversivos”²⁷?

A nova ânsia entre *scholars* alemães de estabelecer currículos que preparem os alunos para “profissões úteis” no campo cultural²⁸ revela antes a sua insegurança que uma forçosa adaptação a pressões externas. Já al-

26 Quanto à (não-)interdependência entre a subsistência financeira dos estudos de literatura e a evidência de suas possíveis funções sociais, discordo da opinião de Schmidt de que a disciplina só conseguirá garantir para si mesma um apoio continuado, se cumprir tarefas claramente circunscritas e relevantes, in *Literaturwissenschaft als interdisziplinäres Vorhaben*, p. 13ss.

27 Harrison Brace lembrou-me das reações negativas e por vezes até veementes de alguns políticos da era Reagan contra revisões de cânone nas universidades americanas. Vale ressaltar, todavia, que essa indignação por parte do governo não causou um impacto institucionalmente prejudicial à existência dos estudos de literatura.

28 Ver meu texto “Mission Accomplished”, in Guenter Blamberger, Hermann Glaser e Ulrich Glaser (orgs.), *Berufsbezogen studieren. Neue Studiengänge in den Geisteswissenschaften*, München, 1993.

gumas universidades americanas chegaram a entristecer, mas não de fato a afligir seus alunos e “mecenass” (*donors*), ao reduzirem a participação da literatura em seu currículo. Tais experiências sugerem que o principal problema institucional no tocante aos estudos de literatura reside menos numa ausência de apoio do que numa ausência do *feedback* necessário à formação de uma imagem mais definida das expectativas externas com relação à nossa profissão. Em face disso, deveríamos começar a assumir a responsabilidade pelo destino de nossas disciplinas. Na radical ausência de qualquer forma de “política cultural” por parte do Estado, como no caso americano, não há desculpas para as universidades não preencherem essa lacuna. No contexto europeu, nossas disciplinas perderão credibilidade, se continuarem relacionando a falta de projetos a uma (inexistente) hostilidade dos políticos. Estes com freqüência estão mais persuadidos do valor da literatura do que nós.

Não há, pois, razão externa alguma para não tomarmos as principais reações intrínsecas à mudança epistemológica em curso como ponto de partida para repensar o futuro dos estudos literários. E a condição necessária dessa reflexão é o desenvolvimento de projetos. Nossos projetos não deveriam, contudo, postular a criação de teorias “novas” ou “mais adequadas”, já que esse tipo de temporalização implica pressupostos filosóficos não mais sustentáveis. Precisamos não de novos conceitos mas de novas tarefas, tarefas essas que decerto podem ter caráter teórico. Por último, a impressão de progressivo apagamento da noção de “literatura” sugere a oportuna necessidade de substituírmos o campo tradicionalmente abarcado pelos estudos de literatura por outro mais amplo, o das Ciências Humanas, elegendo-o como espaço no qual nossos projetos e sua articulação institucional podem ganhar forma.

Mapeamento

Se, como passo inicial no desenvolvimento de projetos, tentarmos traçar um mapa dos interesses direcionadores dos departamentos de literatura – e, pelas razões mencionadas, limito-me, nesta seção, ao caso americano –, descobriremos uma linha de demarcação – ou seria melhor chamá-la trincheira? – que separa reações diferentes, não raro extremamente abstratas, ao nosso novo contexto epistemológico de movimento centrado no resgate de áreas culturais e literárias que praticamente nunca importa-

ram para os estudos literários. Do primeiro lado, estão as perspectivas informadas, muito embora por razões diversas e de diversos modos, pela perda da certeza cognitiva, dominante entre os estudiosos de literatura até recentemente. Essas perspectivas convergem na *problematização* da tradicional premissa de que o *sentido textual está “sempre já dado” e é sempre estável*. Apesar dos seus esforços para cultivar uma posição de provocativa marginalidade, a prática da desconstrução foi institucionalizada como representativa dessa preocupação²⁹. Mas as experiências do novo historicismo com formas acadêmicas inovativas de discurso se apóiam na mesma impressão geral de uma indisponibilidade do mundo das referências e do caráter de “construção” de categorias como tempo e espaço. É essa mesma premissa que tende a anular, em ambos os casos, embora com efeitos divergentes na legibilidade, a distância entre escrita literária e escrita acadêmica. Ao seguir o rastro da autodesconstrução inscrita no texto literário, leituras desconstrucionistas visam a encobrir a distância que costumava separar os discursos da crítica literária e da literatura; e, ao apresentar-se como reinvenção da história, o Novo Historicismo procura apagar a distinção entre ficção e historiografia. Até perspectivas menos programáticas de pesquisa, como a da história da recepção (*Reception History*) ou a do interesse recém-revitalizado pela história das nossas disciplinas, contribuem para o mesmo efeito. Mostram que estruturas de sentido são inevitavelmente contingentes em relação às condições específicas em que foram produzidas. Todos os direcionamentos parecem convergir num *deslocamento da interpretação, como prática essencial dos estudos de literatura, para novas perspectivas que levantam a questão de como se constitui o sentido*³⁰, concedendo-lhe o status de *questão-chave da disciplina*.

Para ilustrar essa tese, podemos utilizar o desdobramento, proposto por Leo Hjelmslev, da distinção entre “conteúdo” (significado) e “expressão” (significante), mediante o binarismo da “substância” e da “forma”.³¹

29 Claro está que, como prática filosófica e como prática discursiva, a desconstrução não pode aceitar os conceitos de “representatividade” e de “posição” ou qualquer outro do gênero, quando se trata de descrevê-la. Refiro-me aqui à reação institucional que a desconstrução provocou na universidade, reação que, obviamente, não lhe era dado controlar.

30 Estou empenhado em mapear a genealogia desse movimento num livro que deverá ser publicado em breve sob o título provisório de *The Non-Hermeneutic*.

31 Não pretendi dar uma interpretação “correta” de Hjelmslev. Ao menos, são convergentes essa minha leitura e a de Gilles Deleuze e Félix Guattari in *Anti-Oedipus. Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis, 1983, p. 242.

No quadrilátero conceitual daí resultante, “substância do conteúdo” se refere a imagens, intuições, sentimentos não estruturados ainda, suscetíveis de preencher nossa consciência; ao passo que “forma do conteúdo” designa o resultado de sua transformação em estrutura – transformação necessária a qualquer tipo de articulação. “Substância da expressão” inclui qualquer material utilizável na articulação do sentido, como tinta, som, *chips* de computador e energia elétrica, por oposição a letras, fonemas ou textos na tela de um computador, enquanto “formas de expressão”. Uma tendência crescente a focalizar exclusivamente um dos quatro campos constitutivos desse modelo caracteriza aquelas posições nos estudos de literatura que buscam manter contato com a epistemologia contemporânea. A análise do discurso e a prática desconstrucionista, inspirada em Paul de Man, concentram-se em problemas relacionados à forma do conteúdo; as teorias da imaginação como faculdade humana e do imaginário que vêm proliferando ultimamente, assim como a noção de “*différance*”, põem em cena o plano da substância do conteúdo. Os estudos de mídia, entre eles, o “novo movimento filológico” nos estudos medievais, principiaram a investigação histórica sistemática das formas de expressão, tendo sido complementados, sob a rubrica “materialidades da comunicação”, por uma reflexão acerca das substâncias que tais formas de expressão pressupõem³². A ênfase, porém, não deve recair apenas na separação entre os quatro campos, cujo número depende, é claro, do modelo específico adotado para fins de demonstração. Importa igualmente compreender que só a separação dos campos permite analisar a complexidade intrínseca dos processos e operações por meio dos quais o sentido se constitui. O modelo hjelmsleviano permite identificar três diferentes tipos de questões pertinentes nesse contexto. De que modo as formas do conteúdo podem emergir da substância do conteúdo? De que modo as formas da expressão emergem da substância da expressão? E, num outro plano: como é possível que formas do conteúdo e formas da expressão se associem, em relações de acoplagem estrutural mediante a qual se tornam (cadeias de) significantes³³? Uma pesquisa motivada por problemas simila-

32 Nenhum outro pesquisador tratou dessas questões de “substância da expressão” e “forma da expressão” de modo mais competente e radical do que Friedrich Kittler. Ver especialmente “There is no software”, in *Stanford Literature Review*, 1992/13.

33 Essa e outras questões são identificadas por Niklas Luhmann no ensaio “Wie ist Bewusstsein an der Kommunikation beteiligt?”, in Hans Ulrich Gumbrecht e K. Ludwig Pfeiffer (orgs.), *Materialität der Kommunikation*. Frankfurt, 1989, pp. 884-905, e que possui uma tradução americana, *Materialities of Communication*, Stanford, 1994.

res forjou novo interesse e perspectivas radicalmente outras quanto ao tratamento de materiais históricos. De um lado, observa-se uma concentração em situações arcaicas de uso da língua e períodos inaugurais na tecnologia dos meios de comunicação. De outro, a desconstrução gerou um interesse em ler textos literários de fins do século XVIII até a atualidade como problematizações potenciais do “logocentrismo” ocidental, isto é, da doação de sentido como premissa geral e da primazia da palavra falada sobre a palavra escrita. Tais perspectivas instauraram uma gama bem mais ampla de fenômenos históricos, mais do que qualquer história tradicional da literatura, mas os discursos por elas produzidos não têm continuidade com as funções exercidas pela historiografia literária desde princípios do século XIX.

Todavia, o deslocamento de uma concentração quase exclusiva na interpretação para um enfoque da constituição do sentido só é pertinente no que se refere a um lado da cena intelectual nos departamentos de literatura americanos contemporâneos. O que ocorre do outro lado – e parece seduzir, nesse ponto, a maioria dos alunos³⁴ – é o esforço hercúleo para conhecer melhor, descrever e tornar parte da nossa experiência ativa essas culturas e literaturas mantidas em segundo plano sob a tradicional hegemonia de valores e paradigmas eurocêntricos e, provavelmente, também masculinos. Esse novo horizonte, que os estudos de literatura – entre outras disciplinas – só começaram a explorar, abarca “culturas menores”³⁵ no mundo ocidental, culturas próprias de um gênero e, é claro, todas as culturas não pertencentes ao espaço euro-americano. Se confiarmos nas previsões correntes acerca dos desenvolvimentos demográficos, econômicos e políticos no próximo século e se mantivermos a convicção tradicional (demasiado otimista, talvez) de que promover uma compreensão mútua entre culturas pode se mostrar uma estratégia exitosa para enfrentar conflitos potencialmente devastadores, então poderemos alegar que tais atividades são mais urgentes e exercem uma função social mais importante do que qualquer tarefa anteriormente realizada na história dos estudos de literatura.

34 Isso é verdadeiro ao menos para a maioria dos alunos de *graduação* interessados em temas literários e culturais. Esse, portanto, parece ser o futuro dos pós-graduados.

35 A expressão é aqui empregada no sentido proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari in *Toward a Theory of Minor Literature*, Minneapolis, 1991.

No entanto, é surpreendente ver que a maior parte dos especialistas que dedica o seu trabalho a esse programa rejeita explícita ou implicitamente o que eles julgam ser debates epistemológicos “inconseqüentes” ou, ainda pior, “apolíticos”; que ocorrem no outro lado do campo institucional dos estudos literários. Esses especialistas não raro aplaudem a tendência de “retorno à crítica temática”³⁶ e abraçam com entusiasmo o paradigma dos “estudos culturais” como orientação geral para o seu trabalho – apesar de tais estudos só contarem com uma noção de “cultura” problemática em sua imprecisão e se ancorarem numa base filosófica marxista que passou por escassa revisão, conservando todas as suas implicações oitocentistas³⁷. Há pelo menos duas explicações não excludentes para essa nova resistência à teoria³⁸. Uma delas está na experiência trivial de que é extremamente difícil familiarizar-se com uma variedade quase infinita de tradições, textos e artefatos culturais até então desconhecidos e ao mesmo tempo acompanhar as discussões epistemológicas cada vez mais complexas da atualidade: queixa análoga fariam os estudantes que privilegiassem a segunda opção. É preciso, contudo, perceber a impossibilidade de combinar num *mesmo e único* movimento intelectual o objetivo hermenêutico elementar de familiarizar-se preliminarmente com uma cultura e o objetivo analítico de reduzi-la às técnicas e condições que constituem os seus significados. Dificilmente chegaremos à experiência, até prazerosa, da “Alteridade” de uma cultura diferente, sem aceitar, ao menos enquanto princípio heurístico inicial, tais significados como dados.

Projeto

Será de fato inevitável que as relações entre esses dois campos sejam tão tensas? Por que disputar prestígio, verbas e posições quando se pode tentar uma complementação recíproca em diferentes níveis? Há, sem dúvida, agressões de ambos os lados. Enquanto os estudiosos que optaram

36 Um novo formato-padrão para as conferências sobre estudos literários consiste na leitura temática de um romance (quase sempre um romance contemporâneo), com uma avaliação ética cabal da conduta dos protagonistas.

37 Ver nossa crítica no artigo “What we Need to (but do not) Know about ‘Streams of Cultural Capital’”, in *Stanford Literary Review*, 1993/94.

38 Resistência essa cuja ênfase complementar na leitura temática não poderia afastá-la mais do conceito de “resistência à teoria” definido por Paul de Man.

pelos estudos culturais acusam seus antagonistas de ser politicamente insensíveis ou irresponsáveis, e de estarem envolvidos em debates teóricos “incompreensíveis”, o que normalmente não passa de uma fórmula de agressão contida; a correspondente condenação vinda do lado teórico tende a criticar os estudos culturais por uma falta de interesse na epistemologia, que é interpretada como omissão deliberada e, portanto, indício de desonestidade intelectual. Algumas vezes, essa mesma tensão é vivida como profunda ambigüidade individual cujos elementos conflitantes são atribuídos a diferentes períodos na história intelectual recente. A questão se resume, por conseguinte, à “possibilidade de ser politicamente correto e, ao mesmo tempo, adepto da desconstrução”.³⁹

Entretanto, não deixa de ser evidente que, comparados à tradição dos estudos de literatura, ambos os lados têm muito mais em comum do que seus protagonistas estão prontos a admitir na presente situação. Concorram tacitamente, por exemplo, em transcender de forma ativa e constante o enfoque antes exclusivo dado à literatura pelos estudos a ela dedicados. Por razões quer políticas, quer filosóficas, ambos descartam a volta (ou a manutenção) de instituições acadêmicas cujos campos são definidos por conceitos de “cultura nacional”. Nos dois lados, a tematização das tecnologias de comunicação (*media-technologies*) e do corpo humano como condições constitutivas para qualquer tipo de comunicação desafiou o dualismo entre Ciências Humanas e Ciências Exatas, ainda predominante no mundo acadêmico e fundado na interpretação canônica daquelas ciências como “*Geisteswissenschaften*”.⁴⁰ Avançando um pouco mais, pode-se ver a insistência de ambos os lados na impossibilidade de uma participação simultânea nos atuais debates epistemológicos e nos estudos culturais como uma consciência implícita da necessidade de fazer convergirem esses dois níveis ou fazê-los entrar numa tensão produtiva. Por último, não devíamos esquecer o fato de existirem ao menos alguns exemplos individuais e institucionais que depõem a favor da exequibilidade dessa convergência como problemática nova e provocativamente complexa. Teóricos como Henry Louis Gates ou Homi Bhabha, em lugar de se alienarem das suas culturas não hegemônicas

39 A citação é extraída de um seminário ministrado por Barbara Johnson em Stanford, em janeiro de 1993.

40 Ver, neste contexto, o trabalho de Donna Haraway. *Primate Vision*, New York, 1989; ver também, *Simians, Cyborgs and Women*, New York, 1991.

de origem, aproveitaram carreiras acadêmicas brilhantes para desenvolver novos discursos críticos e novas definições do papel da intelectualidade que aliam sofisticação epistemológica a um compromisso de mudar o cânone⁴¹. De modo semelhante, discussões recentes entre antropólogos tornaram mais complexa a perspectiva empírica de sua disciplina, conferindo-lhe uma dimensão de “auto-reflexividade” que problematiza as formas tradicionais de pesquisa de campo⁴². As formas retóricas em que tais oscilações intelectuais são articuladas – e que esclarecem de modo algo crítico a obsessão de “seriedade” dos discursos acadêmicos – são o humor e a ironia, isto é, *topoi* constituídos pela paradoxal simultaneidade de perspectivas normalmente incompatíveis.

Se nossas observações levam à impressão de que, a despeito da aparente inviabilidade de uma reconciliação lógica ou conceitual entre a epistemologia contemporânea e a prática de pesquisa dos estudos culturais, ambas as posições parecem antes atrair-se do que repelir-se reciprocamente; tal impressão pode encontrar fundamento numa relação de complementaridade ainda a ser elaborada no plano de uma arqueologia discursiva. Caberia então o argumento de que a experiência da alteridade cultural enquanto experiência imposta desempenhou papel considerável, senão decisivo, na problematização da epistemologia ocidental clássica, fundada na noção de “Verdade” e no paradigma “sujeito-objeto”. Noutras palavras, ainda que, no atual estágio, os fundamentos filosóficos de posições como as da desconstrução e da teoria dos sistemas e o projeto dos estudos culturais pareçam incompatíveis, há boas razões históricas – e talvez devêssemos dizer também “políticas” – para buscar formatos institucionais favoráveis a uma relação de complementaridade e de tensão intelectual produtiva entre as posições. Esse é precisamente o *projeto* que sugiro como possibilidade de repensar o futuro – ou a auto-substituição – dos estudos de literatura. Embora fosse meta desse projeto facilitar uma contínua oscilação entre pesquisa empírica e reflexão sobre seus próprios pressupostos epistemológicos, não se espere que a forma institucional de uma disciplina articule tal oscilação. Ela deve antes conter e aumentar a interação entre um

41 Ver, por exemplo, de Henry Louis Gates Jr., *The Signifying Monkey. A Theory of African-American Literary Criticism*, New York/Oxford, 1988. Ver, também, Homi Bhabha (org.), *Nation and Narration*, New York, 1993.

42 Ver, especialmente, James Clifford, *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*, Cambridge/Massachusetts, 1988.

ramo dedicado aos estudos culturais e outro consagrado à reflexão epistemológica como entidades separadas, esta última devendo incluir o novo tipo de pesquisa histórica que se origina de um fascínio pela constituição do sentido.

A separação institucional dos dois paradigmas evidentemente não eliminaria a possibilidade para os profissionais de adquirir competência e trabalhar em ambos os contextos. Ao contrário, e à diferença da presente situação, na qual epistemologia e estudos culturais parecem lutar por um predomínio unilateral, tal separação poderia sublinhar a necessidade de participação ativa tanto na pesquisa cultural quanto nas discussões epistemológicas. A história das disciplinas acadêmicas propicia exemplos do sucesso de transformações intelectuais e institucionais semelhantes. Uma delas – herética aos olhos dos *scholars* obcecados por hierarquias e prestígio profissional –, foi a bifurcação, ocorrida em torno de 1900, no campo das Ciências entre engenharia e formas mais teóricas de pesquisa e ensino. Numa retrospectiva, é fácil perceber que pôr entre parênteses problemas teóricos se transformou, para a engenharia, a condição de uma bem-sucedida aplicação prática dos resultados das pesquisas, ao passo que a distância correspondente do campo das aplicações libera o pensamento teórico para a constante produção de alternativas e desafios. Assim, a diferenciação institucional em subdisciplinas não inaugura uma separação crescente entre engenharia e ciências teóricas, mas se converteu na condição para formas cada vez mais dinâmicas de complementaridade e interação.

Desnecessário dizer, por outro lado, que tal proposta nos situa diante de muitos problemas não resolvidos. Discussões sobre o futuro dos estudos literários poderiam concentrar-se na avaliação desses problemas – e de suas possíveis conseqüências – e compará-los às promessas do projeto institucional que tentei delinear. Esse projeto pode ser capaz de conectar nossas disciplinas a tarefas prioritárias do ponto de vista social e político, mas, apesar de sua ênfase em culturas não hegemônicas, decerto não pode permitir-se abandonar a tematização das culturas ocidentais. Pois ainda que essas culturas não mais ocupem um centro intelectual e institucional (um programa multicultural de ação exclui, por definição, a existência de tal centro), deveriam ser incluídas num processo contínuo de troca e negociação.

O que dificilmente se pode antecipar, todavia, é o impacto dessa transformação na realidade à sua volta. Não enfrentaria a tenaz resistência de professores de formação mais tradicional e de instituições mais conser-

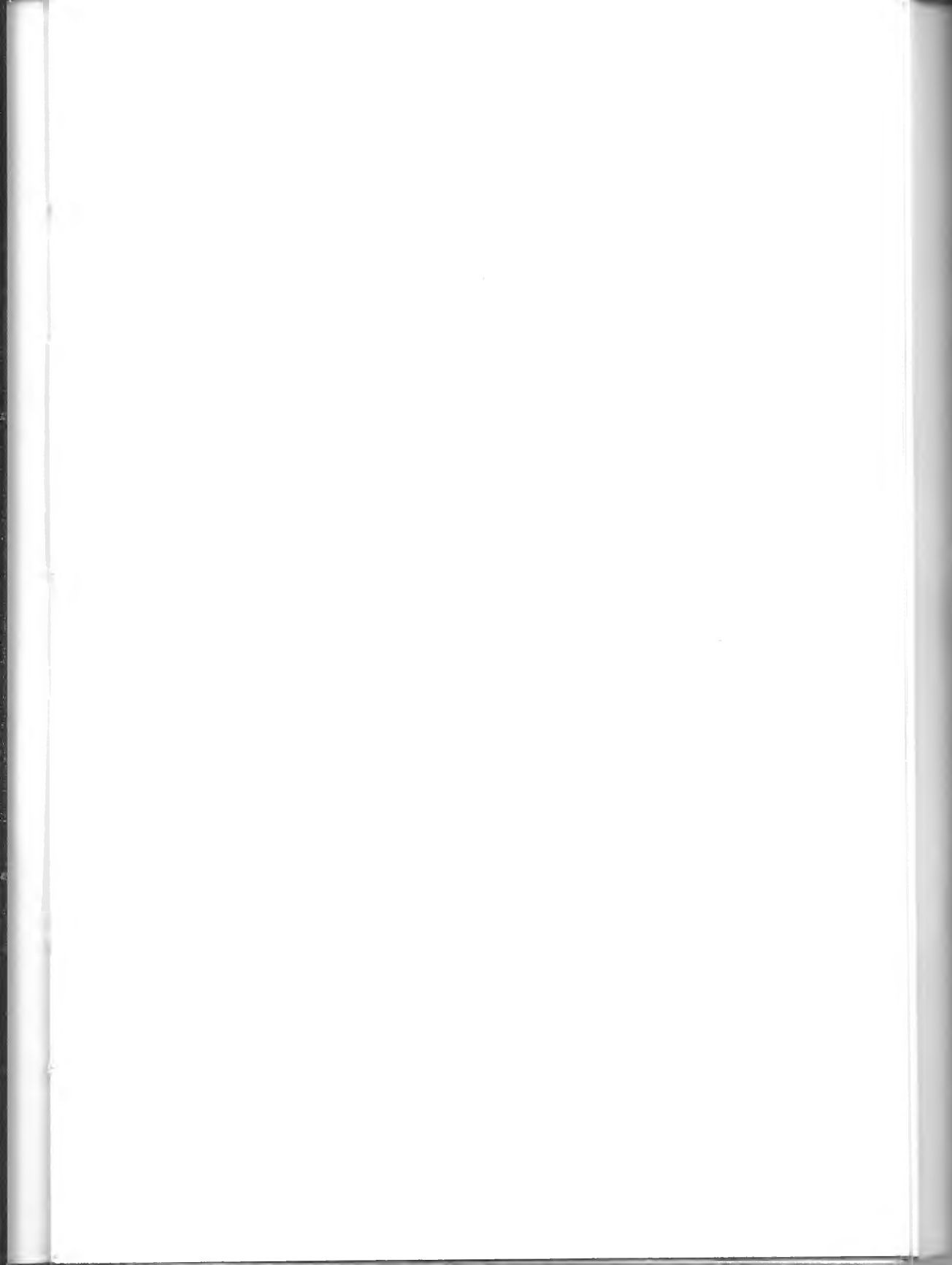
vadoras, resistência capaz de pôr em risco o futuro profissional de jovens especialistas? De que maneira uma auto-substituição dos estudos de literatura interagiria em mudanças simultâneas em outros campos acadêmicos dentro e fora das Ciências Humanas, talvez até com a dissolução do dualismo entre estas e as Ciências exatas? Não perderíamos o apoio do mundo extra-acadêmico, até aqui silencioso, porém vital, tão logo rompêssemos abertamente com a expectativa de que nos ocupamos apenas da interpretação da literatura? Não seria imprudência pensar alto a respeito de auto-substituição disciplinar num tal meio?⁴³

Menos do que arriscadas, julgo que tais perguntas são extremamente apropriadas no contexto de um risco calculado. Não obstante, também podem ser motivadas pelo nosso sonho imodesto – e paranóico – de um mundo inexoravelmente atento às discussões que se desenrolam na torre de marfim dos estudos de literatura. Quando nos alarmamos com o nosso futuro institucional, basta lembrar com veemência a tradicional e sempre eficiente inércia das instituições acadêmicas. Numa perspectiva mais séria, entretanto, pode-se alegar, como de fato alegam colegas americanos, que, em termos éticos, simplesmente não há alternativa para a obrigação de adaptar nosso projeto às tarefas emergentes de uma sociedade cada vez mais multicultural. Para concluir – quer desperdicemos a oportunidade histórica, quer não –, estaremos abandonando não a miséria, mas o privilégio da profissão acadêmica, se renunciarmos a certas reflexões e certos argumentos, por implicarem possíveis ameaças a uma sobrevivência isenta de mudanças das nossas disciplinas.

Uma excessiva cautela é justamente o que precisamos evitar.

Tradução de Bluma Waddington Vilar

43 Miranda Paton, aluna de pós-graduação no programa de História da Ciência em Stanford, levantou a questão, quando discutíamos os principais argumentos deste ensaio.



Referências Bibliográficas

1. "Konsequenz der Rezeptionsästhetik oder Literaturwissenschaft als Kommunikationssoziologie", in *Poetica*, 7, 1975, pp. 388-413.
2. "Persuader ceux qui pensent comme vous. Les fonctions du discours épideictique sur la mort de Marat", in *Poétique*, 39, 1979, pp. 363-384.
3. "Pathologies in the System of Literature", in *Theorie als Passion: Festschrift für Niklas Luhmann*, Dirk Baecker (org.), Frankfurt, Suhrkamp, 1987, pp. 137-180.
4. "It's Just a Game: On the History of Media, Sport, and the Public", in *Arete: The Journal of Sport Literature*, 4, 1986, pp. 24-43.
5. "O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação", in *Cadernos da Pós/Letras*, 5, 1993.
6. "The Future of Literary Studies?", Stanford, Department of Comparative Literature, 1993.